

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO**

MARIELI DE OLIVEIRA ÁVILA

**A PRESENÇA INTELECTUAL DE HÉLDER CÂMARA NA REVISTA BRASILEIRA
DE PEDAGOGIA (1934-1938)**

PONTA GROSSA

2020

MARIELI DE OLIVEIRA ÁVILA

A PRESENÇA INTELECTUAL DE HÉLDER CÂMARA NA REVISTA BRASILEIRA
DE PEDAGOGIA (1934-1938)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Linha de Pesquisa: História e Políticas Educacionais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Oriomar Skalinski Junior

PONTA GROSSA

2020

Ávila, Marieli de Oliveira
A958 A presença intelectual de Hélder Câmara na Revista Brasileira de Pedagogia
(1934-1938) / Marieli de Oliveira Ávila. Ponta Grossa, 2021.
134 f.

Dissertação (Mestrado em Educação - Área de Concentração: Educação),
Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Oriomar Skalinski Junior.

1. Intelectual católico. 2. Revista Brasileira de Pedagogia. 3. História da
educação. 4. Hélder Câmara. I. Skalinski Junior, Oriomar. II. Universidade
Estadual de Ponta Grossa. Educação. III.T.

CDD: 370.981

TERMO DE APROVAÇÃO

MARIELI DE OLIVEIRA ÀVILA

A PRESENÇA INTELECTUAL DE HÉLDER CÂMARA NA REVISTA BRASILEIRA DE PEDAGOGIA (1934-1938)

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:



Orientador (a) Prof. Dr. Oriomar Skalinski Junior - UEPG



Prof. Dr. Flávio Massami Martins Ruckstadter - UENP



Prof. Dra. Maria Julieta Weber Cordova - UEPG

Ponta Grossa, 08 de dezembro de 2020.

AGRADECIMENTOS

No decorrer da realização desse trabalho foi imprescindível ter pessoas especiais por perto, pois contribuíram para a consolidação da pesquisa perpassando o espaço acadêmico.

Para tanto, evidencio a minha gratidão por meu orientador Prof. Dr. Oriomar Skalinski Junior, um exemplo de professor, com muita sabedoria, sempre dedicado e disponível para contribuir com o meu avanço enquanto pesquisadora. Ter um profissional de tamanha competência me acompanhando foi um verdadeiro privilégio enquanto mestranda.

Agradeço ao meu incentivador inicial para que eu desse continuidade na vida acadêmica, que foi o meu orientador de TCC, Prof. Dr. Carlos Willians Jaques Moraes. Suas palavras e motivações foram fundamentais para que eu acreditasse que seria capaz de realizar o trabalho árduo que consiste em escrever uma dissertação.

À minha família pelo apoio durante toda a minha trajetória escolar, por confiarem e demonstrarem orgulho por eu conseguir realizar mais esta etapa, principalmente minha mãe Luciane Aparecida de Oliveira e meus irmãos Keliciane Traleski e Luciano Oliveira Ávila.

Ao meu namorado Diego Capeller pela partilha de bons momentos e por todo incentivo, especialmente na etapa final desta pesquisa, em que se fez presente em minha vida contribuindo para tornar tudo melhor.

Aos amigos que fiz durante o mestrado, em especial: Francielle Stefanello, Geovani Kreling, Isis Tomás, Karina Regalio Campagnoli, Natali Santos e Silmara Solomon, os quais compartilharam comigo de todos os momentos, trocando experiências, apoio e ocasiões de boas risadas.

Aos amigos e colegas de trabalho da Escola Municipal Professora Maria Vitória Braga Ramos. Principalmente a diretora Célia Regina Costa Pinto e a pedagoga Viviane Cristina Flores Iurko que não mediram esforços para organizar um horário diferenciado para que fosse possível eu me ausentar e realizar as disciplinas do Mestrado. Agradeço também à minha amiga Vanessa Souza Costa pelas palavras de apoio e a todos os meus alunos da educação básica, por me proporcionarem momentos de alegria e afeto.

À Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa por conceder licença parcial para que eu pudesse realizar o Mestrado e participar de eventos acadêmicos.

Aos membros da banca examinadora Prof^a Dra. Maria Julieta Weber Cordova, Prof. Dr. Flavio Massami Martins Ruckstadter e Prof^a. Dra. Vera Lucia Martiniak pelas contribuições para o avanço da qualidade pesquisa.

Ao grupo de Pesquisa História, intelectuais e educação no Brasil e no contexto internacional, que trouxe muitas reflexões, aprendizados e subsídios para a presente pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da pesquisa que permitiu a concretização da mesma.

Muito obrigada!

RESUMO

ÁVILA, Marieli de Oliveira. **A presença intelectual de Hélder Câmara na Revista Brasileira de Pedagogia (1934-1938)**. 2020. 134f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020.

O objetivo desta dissertação é analisar os escritos de Hélder Câmara na **Revista Brasileira de Pedagogia** (1934-1938), a fim de verificar o modelo de educação e de ação pedagógica por ele defendidos no período. O exame de seus textos é empreendido a fim de investigar se neles se concretizavam proposições educacionais atreladas à sua filiação ao integralismo, em 1932, ou se sua escrita encetava abertura a um diálogo renovador com a pedagogia moderna. As fontes primárias empregadas para a pesquisa foram os artigos publicados por Hélder Câmara, bem como as resenhas críticas assinadas com seu pseudônimo, Alceu da Silveira, ao longo da existência da **Revista Brasileira de Pedagogia** (RBP), Órgão Oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação (CCBE). Totalizou-se 60 textos, a saber: 26 artigos e 34 resenhas críticas. A singularidade da trajetória intelectual de Hélder Câmara foi situada a partir da articulação entre seus dados biográficos e as características das diferentes instituições nas quais tomou parte, tanto para contemplar sua socialização primária e secundária, quanto para avaliar seu papel enquanto clérigo – ao atuar como intelectual à frente de instituições ligadas ao campo educacional, sob orientação da hierarquia da Igreja. Com vistas a discutir o movimento dos agentes nos diferentes espaços sociais, a fim de acumular maior capacidade de influência, por meio do emprego de diferentes móveis de luta, empregam-se categorias de análise da sociologia de Pierre Bourdieu, notadamente, os conceitos de campo, de *habitus*, capital econômico, capital cultural, capital social e capital simbólico. Para analisar as ações de Hélder Câmara enquanto intelectual, nos termos de suas relações com outros intelectuais, utilizamos a categoria sociabilidade, conforme concebida pelo historiador Jean-François Sirinelli, a fim de destacar a importância e a particularidade da dinâmica das relações travadas entre agentes do campo intelectual. Ainda, ao desenvolver a análise dos escritos de Hélder Câmara na RBP, empregamos o conceito de apropriação, tal qual estabelecido por Roger Chartier; bem como o conceito de estratégia, definido por Michel de Certeau, com a finalidade de avaliar a particularidade do modo de ação dos intelectuais católicos naquele quadro específico. Como resultados da investigação foram encontrados nos textos adotados como fontes primárias aspectos ligados ao pensamento integralista, tais como a defesa do nacionalismo e da educação do ser humano integral – com destaque para a atenção à espiritualidade. A presença de tais ideais não se restringiu a um ano específico, visto que nos artigos de 1935 já apareciam algumas defesas nesse sentido, algo que subsistiu até o ano de 1937, momento em que Hélder Câmara se distanciou dos camisas verdes. Paralelamente a esse aspecto de sua ação intelectual, verificou-se, desde 1934, a presença de avaliações positivas de métodos e técnicas de ensino, então entendidos como modernos, nomeadamente, por meio de menção a propostas da Escola Nova. Assim, constatou-se, no período de 1935 a 1937, a concomitância desses dois ideários entremeando a produção escrita de Hélder Câmara na Revista Brasileira de Pedagogia.

Palavras-chave: História da Educação, Hélder Câmara, Intelectual católico, Revista Brasileira de Pedagogia.

ABSTRACT

ÁVILA, Marieli de Oliveira. **The Intellectual presence of Hélder Câmara in the Revista Brasileira de Pedagogia (1934-1938)**. 2020. 134f. Dissertation (Education Master's Program) – State University of Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020

The objective of this dissertation is to analyze Hélder Câmara's writings in the **Revista Brasileira de Pedagogia** (1934-1938) in order to verify the model of education and pedagogical action he defended in that period. His texts are examined aiming at investigating whether they put forward educational proposals linked to his affiliation to the *integralismo*, in 1932, or whether his writing favored the opening of a renewing dialogue with the modern education. The primary sources used in the research were the articles published by Hélder Câmara as well as the critical reviews in which he used his pseudonym, Alceu da Silveira, during the existence of the **Revista Brasileira de Pedagogia** (RBP), an official agency of the Confederação Católica Brasileira de Educação – CCBE (Education Catholic Brazilian Confederation). Sixty texts were gathered, namely, 26 articles and 34 critical reviews. The singularity of Hélder Câmara's intellectual trajectory was situated from the articulation between his biographical data and the characteristics of the different institutions in which he was a member. The objectives were to contemplate his primary and secondary socialization and to evaluate his role as a clergyman – when acting as an intellectual in the management of educational institutions under the guidance of the catholic church hierarchy. With the purpose of discussing the agents' movement in the different social spaces to accumulate greater influence capacity, by using different fight modes, the analysis of categories from Pierre Bourdieu's sociology was employed, mainly the concepts of field and habitus, economic capital, cultural capital, social capital and symbolic capital. To analyze Hélder Câmara's actions as an intellectual, regarding his relationships with other intellectuals, we used the sociability category, as conceived by the historian Jean-François Sirinelli, which highlights the importance and particularity of the dynamics of the relationships developed between agents of the intellectual field. Also, when developing the analysis of Hélder Câmara's writings in the RBP, we employed the appropriation concept, as established by Roger Chartier; as well as the concept of strategy, defined by Michel de Certeau, aiming to evaluate the particularities of the catholic intellectuals' mode of action in that specific context. The findings of our investigation of the texts adopted as primary sources refer to aspects linked to the integralist thought such as the defense of nationalism and the holistic education – emphasizing the attention given to spirituality. The presence of such ideals was not limited to a specific year, since in the 1935 articles some arguments in this sense were already put forward, something that was seen to occur repeatedly up to 1937, the time when Hélder Câmara distanced from the 'green shirts' (a nickname given to the integralists at that time). Along with this aspect of his intellectual action, since 1934, the presence of positive evaluations of teaching methods and techniques that were seen as modern were verified, mainly through mentions to the proposals of the New School Movement. Thus, in the period between 1935 and 1937 the presence of these two sets of ideas were seen to permeate Hélder Câmara's written production in the Revista Brasileira de Pedagogia.

Keywords: Education History, Hélder Câmara, Catholic intellectual, *Revista Brasileira de Pedagogia*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Hélder Câmara em 1931.....	48
Figura 2: Hélder Câmara e Alceu Amoroso Lima.....	52
Figura 3: Hélder discursando a um grupo de integralistas.....	61
Figura 4: Dom Hélder na Assembleia de fundação da CNBB em 1952.....	66
Figura 5: Dom Hélder e o presidente Juscelino Kubitschek.....	69
Figura 6: Dom Hélder e o presidente João Goulart.....	69
Figura 7: Dom Hélder recebendo visita.....	74
Figura 8: Dom Hélder em sua última viagem a Paris.....	76
Figura 9: Capa da primeira RBP (1934)	80
Figura 10: Capa da RBP no seu último ano de circulação (1938)	81
Figura 11: RBP sob a direção de Everardo Backheuser (1934)	82
Figura 12: RBP sob a direção de Hélder Câmara (1937)	82
Figura 13: Anúncio da revista A Ordem, na RBP em 1936	83
Figura 14: Convite para participação no 2º Congresso da Educação, na RBP em 1936.....	87
Figura 15: Anúncio sobre o livro <i>Sciencia e Religião</i> , na RBP em 1935.....	88
Figura 16: Mensagem para filiação à CCBE, na RBP em 1936.....	80
Figura 17: Gráfico comparativo Pesquisa do vocabulário catequético, na RBP em 1937.....	94

LISTA DE SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
AC	Ação Católica
ACB	Ação Católica Brasileira
AIB	Ação Integralista Brasileira
APC	Associação dos Professores Católicos
CCBE	Confederação Católica Brasileira de Educação
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros
LEC	Liga Eleitoral Católica
MEB	Movimento de Educação de Base
RBP	Revista Brasileira de Pedagogia

SUMÁRIO

Introdução	10
 CAPÍTULO 1 - Intelectuais, Igreja Católica, Estado e Educação no Brasil:	
primeira metade do século XX	22
1.1 Separação entre o Estado e a Igreja no Brasil	22
1.2 Reação Católica: intelectuais e periódicos	25
1.3 A Liga Eleitoral Católica e a Ação Católica Brasileira	30
1.4 Disputas no campo educacional e a renovação da pedagogia católica	35
 CAPÍTULO 2 – Trajetória Intelectual de Hélder Câmara.....	47
2.1 Origem familiar e formação no sacerdócio.....	49
2.2 Década de 1930 e o campo educacional	55
2.3 De participante da Ação integralista a defensor dos direitos humanos	60
2.4 Dom Hélder e a fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil	65
2.5 Engajamento público e político em defesa da educação católica e de uma Igreja popular	70
 CAPÍTULO 3 – Revista Brasileira de Pedagogia (RBP) como instrumento de expressão e formação na ação intelectual de Hélder Câmara	79
3.1 Contexto de surgimento da revista e sua estrutura ao longo dos anos	79
3.2 A militância de Hélder Câmara no campo educacional por meio de artigos na RBP	84
3.3 Resenhas assinadas com o pseudônimo Alceu da Silveira: a apropriação realizada pelo Hélder Câmara leitor.	103
 Conclusão	118
 Referências	126

Introdução

Hélder Pessoa Câmara (1909-1999) foi um importante intelectual católico brasileiro. Sua atuação foi bastante ampla tendo militado nos campos educacional, político e religioso. Nordestino, natural de Fortaleza - Ceará, foi ordenado padre aos 22 anos, com a necessidade de uma autorização especial do Vaticano, devido à pouca idade. Tornou-se bispo em 1952 e, imediatamente, empenhou-se para a criação da Conferência Nacional dos Bispos, fundada em 14 de outubro de 1952. Sua trajetória é composta por diversos engajamentos, dos quais tomou partes em diferentes momentos de sua vida, assim, foi participante da Ação Integralista no Brasil na década de 1930 e, posteriormente, de maneira gradativa, tornou-se militante de esquerda tendo trabalhado pela Igreja popular, como defensor dos direitos humanos e das classes empobrecidas.

Em razão de sua adesão às ideias progressistas, após 1960, foi bastante perseguido e censurado, sendo até mesmo silenciado durante a ditadura militar no Brasil. Pelo motivo de ter denunciado internacionalmente a barbárie das torturas que estavam ocorrendo no período. Entretanto, continuou com sua luta mesmo sofrendo ameaças, encontrava, por exemplo, maneiras de continuar falando com o povo, por meio do boletim arquidiocesano no programa de rádio local, o que demonstrava seu comprometimento com uma Igreja mais próxima às classes populares¹.

Na época do seminário obteve um ótimo desempenho no que concerne aos estudos e à facilidade de falar em público. Isso o fez uma liderança dentre os seminaristas. Possuía muito interesse em fazer leituras para estar atualizado em relação ao cenário político e educacional, admirando intelectuais como: Jackson Figueiredo, Leonel Franca e Alceu Amoroso Lima – os mesmos eram inspiração para a formação de suas ideias no âmbito do catolicismo. Além disso, gostava de escrever poesias como forma de meditação, porém foi repreendido quanto a isso no seminário. Voltou a escrever após sua ordenação utilizando o pseudônimo Pe. José, que usava em homenagem a sua mãe que tinha o costume de o encorajar dizendo: “Coragem, José”! (NETA, 2018; PILETTI; PRAXEDES, 1997).

¹ Ao empregar o termo classes populares referimo-nos ao grupo de agentes com menos capital econômico, optou-se pelo emprego da expressão tendo em vista ser recorrente em textos de Pierre Bourdieu, autor cujas categorias de análise são utilizadas neste trabalho.

Ao longo da vida, a fim de defender suas ideias envolveu-se em diversas polêmicas por meio de seus escritos. Por exemplo, em 1929 após ser informado por amigos que uma professora estava ensinando behaviorismo para seus alunos no Instituto de Educação de Fortaleza, Hélder escreveu um artigo criticando a atitude da mesma. Assinou um texto, pela primeira vez em sua trajetória, com o pseudônimo Alceu da Silveira, que utilizou para homenagear duas pessoas pelas quais tinha admiração: o advogado e crítico literário Alceu Amoroso Lima e o poeta Tasso da Silveira. (PILETTI; PRAXEDES, 1997).

Na década de 1930 se acirraram as disputas entre Igreja e Estado no campo educacional, devido aos ideais da Escola Nova que ganhavam espaço, notadamente, concretizados no **Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova**. Mobilizado por esse documento, Câmara publicou o artigo intitulado “Educação Progressiva”, em contraposição a educadores defensores da Escola Nova, especialmente, Anísio Teixeira. Esse artigo teve grande repercussão e trouxe visibilidade para Hélder Câmara, o que levou a que fosse considerado uma liderança católica.

Acreditando estar atuando em defesa da Igreja, Hélder tomou parte, ao longo de sua vida, em diferentes movimentos. Foi com esse viés que, em sua juventude, pouco tempo após sua ordenação, em 15 de agosto de 1931, veio a engajar-se no movimento católico ultradireitista denominado Ação Integralista Brasileira – fundado por Plínio Salgado, no ano de 1932. O movimento nacionalista de cunho autoritário, chegou mesmo a ser defendido por Alceu Amoroso Lima, em sua fase conservadora, por meio de textos nos quais discutia o Integralismo como possível solução para enfrentar as ideias laicas que permeavam o Estado brasileiro. (PILETTI; PRAXEDES, 1997).

Após a leitura de Amoroso Lima, Câmara aderiu formalmente ao movimento, com a devida autorização do arcebispo de Fortaleza, Dom Manoel da Silva Gomes, no ano de 1932. Sua participação foi intensa por meio de conferências públicas e de artigos. Porém, gradativamente, abandonou as convicções integralistas, pois não eram compatíveis com sua visão de mundo e, em 1937 a pedido de dom Sebastião Leme, arcebispo do Rio de Janeiro, que exigia que os padres não fizessem parte de movimentos de caráter partidário, Câmara se afastou do grupo integralista. Posteriormente, ao refletir acerca de sua trajetória de vida, o próprio Hélder Câmara avaliou sua participação nessa ação como um demérito. (PILETTI; PRAXEDES, 1997; RAMPON, 2015).

As reformas educacionais empreendidas na década de 1920, bem como seus desdobramentos nos primeiros anos da década de 1930, foram percebidas como uma ameaça pela militância católica no campo educacional. Nesse quadro, a criação das Associações de Professores Católicos (APCs), que ganhou corpo a partir de 1928, e, posteriormente, da Confederação Católica Brasileira de Educação (CCBE), em 1933, podem ser entendidos como parte da resistência ativa empreendida pela Igreja no período. O órgão oficial de divulgação da CCBE foi a **Revista Brasileira de Pedagogia**, periódico mensal que veio a público, ininterruptamente, entre os anos de 1934 e 1938, no qual a intelectualidade católica debatia teorias e métodos de ensino, especialmente, dialogando com as proposições escolanovistas.

Câmara se demonstrava muito ativo em prol da Igreja, escrevia artigos com críticas à educação laica e expunha suas opiniões publicamente. Dentre os artigos que escreveu no decorrer de suas atividades intelectuais relacionadas ao campo educacional, destacam-se: dois para a revista **A Ordem** e vários para a **Revista Brasileira de Pedagogia** (RBP), periódico do qual se tornou redator chefe em 1936. Na revista suas publicações foram regulares durante todos os anos de sua circulação.

A RBP recebia escritos dos principais nomes da militância católica no campo educacional do período. Trata-se de uma fonte primária² de extrema relevância para os estudos em História da Educação, visto ter sido uma importante difusora da apropriação católica dos métodos da Escola Nova, fomentando junto ao professorado ligado ou não às instituições da Igreja, a adesão à sua perspectiva particular acerca da pedagogia moderna, principalmente, por meio da assimilação de métodos e técnicas e a manutenção dos valores e da finalidade da tradicional educação católica.

Ao considerarmos esses elementos, delimitamos como questões para nossa pesquisa: Como a ação intelectual de Hélder Câmara na RBP (1934-1938), em seus artigos e nas resenhas que publicou usando seu pseudônimo, pode ser interpretada no seio das lutas travadas no campo educacional brasileiro na década de 1930? Ao tratar da temática da educação na RBP, verifica-se em sua escrita um diálogo com a pedagogia moderna, proposta geral do periódico, ou ainda é possível encontrar a presença de concepções derivadas de sua filiação inicial na juventude – o integralismo?

² Na presente dissertação fontes primárias são entendidas como fontes históricas que possuem correlação direta com o tema ou com o problema delimitado para pesquisa – distinguindo-se por seu caráter documental.

Para compor e conduzir a presente pesquisa, de caráter bibliográfico e documental, foram delimitados como fonte primária os 26 artigos escritos por Hélder Câmara para o periódico (RBP), e as 34 resenhas críticas que redigiu utilizando pseudônimo, perfazendo um total de 60 textos. Tal delimitação se deu a partir de achados preliminares da pesquisa bibliográfica, em que se identificou a Revista Brasileira de Pedagogia, publicada pela militância católica em educação entre 1934 e 1938, como fonte documental de interesse para a condução da pesquisa. A partir de consulta a bibliotecários responsáveis por arquivos, verificou-se que a coleção completa da mesma estava disponível na PUC-SP, somente na versão impressa, ou seja, não existia ainda a versão digitalizada da revista. Frente a isso nos dirigimos à instituição e providenciamos a digitalização dos 5 anos da publicação. É importante ressaltar que ao usar um periódico como fonte, de acordo com Luca (2006), encontramos várias possibilidades de abordagem. Visto os periódicos poderem cumprir função estratégica para a difusão de valores, ajustando-se rapidamente às demandas que se coloquem nas disputas particulares de um campo. Nesse sentido, torna-se fundamental analisar a articulação do periódico com as particularidades de seu período histórico, bem como com a rede de sociabilidade dos intelectuais que nele publicavam, de modo a compreender sua especificidade e seu sentido social no momento de circulação.

A considerar os elementos até aqui expostos, foi estabelecido como objetivo da presente dissertação: analisar os escritos de Hélder Câmara na Revista Brasileira de Pedagogia (1934-1938), a fim de verificar o modelo de educação e de ação pedagógica por ele defendidos no período. A investigação de seus textos é empreendida a fim de avaliar se neles se concretizavam concepções derivadas de sua anterior filiação ao integralismo, ou se, efetivamente, é possível constatar em sua escrita elementos promotores de um diálogo renovador com a pedagogia moderna. Para tanto, consideram-se as relações entre Igreja e Estado na primeira metade do século XX, bem como o papel desempenhado pelos intelectuais católicos junto a variadas instituições do espaço social. Com isso, a trajetória intelectual de Hélder Câmara pode ser colocada em perspectiva, compreendendo-se sua ação de modo articulado à sua rede de sociabilidade e à particularidade das instituições católicas nas quais tomou parte, situando-o, assim, no quadro das disputas travadas no campo educacional brasileiro.

Ao proceder a revisão de literatura se verificou que dentre os trabalhos existentes sobre Câmara o enfoque majoritário diz respeito à sua ligação com a constituição de uma Igreja mais popular no Brasil. Considerando-se Dom Hélder Câmara um intelectual relevante para a História da Educação brasileira, inicialmente, foram buscadas teses e dissertações que abordassem sua trajetória. Ao se pesquisar por “Helder Câmara” na plataforma de teses e dissertações da CAPES, foi obtido o resultado de 257 teses e dissertações, porém o fato de existir um Instituto de Ensino Superior denominado Helder Câmara influenciou a busca, pois muitos dos trabalhos encontrados na procura inicial eram advindos de referida instituição, entretanto, tratando de temáticas alheias ao nosso foco. Para especificar a busca, foi utilizado o filtro *Ciências humanas*, que resultou em 20 teses e dissertações que abordavam temáticas de fato relacionadas a estudos sobre Hélder Câmara. Dos 20 trabalhos encontrados, 16 são dissertações e 4 são teses.

Como não se tratou de um número elevado de trabalhos obtidos no levantamento, optamos por não delimitar um período específico na busca, em razão de estarmos interessados em saber se alguma pesquisa já havia analisado escritos de Dom Helder, particularmente, na **Revista Brasileira de Pedagogia**. No que diz respeito às datas dos trabalhos encontrados, foi possível verificar que anterior a 2000 havia apenas 1 trabalho publicado; já de 2000 a 2010 foram encontradas 9 pesquisas; e de 2010 a 2018 identificou-se 10 trabalhos.

Uma vez concluída essa primeira etapa de levantamento, buscou-se acesso ao texto integral dos estudos selecionados, especialmente, a fim de verificar as fontes primárias utilizadas, bem como entender os critérios empregados em seu recorte temporal. Nesse processo, ficou evidente que as pesquisas estavam voltadas para as realizações de Hélder Câmara após a década de 1950, com exceção de duas dissertações que abordavam o intelectual Câmara na totalidade de sua trajetória. Como não necessariamente as pesquisas encontradas eram da área ou linha de pesquisa em História, nem todas lançavam mão de fontes documentais. Para ficar clara a questão das áreas de pesquisa dessas teses e dissertações, agrupou-se conforme a área, obtendo-se o seguinte resultado: 1 em Sociologia, 6 em Ciências da Religião, 2 em Educação, 2 em História Social, 5 em História, 1 em Letras, 1 em História Comparada, 1 em Relações Internacionais e 1 em Ciência Política.

Verificou-se, assim, uma ampla variedade de áreas, nesse quadro demos atenção especial às 2 da área da Educação e às 5 produzidas em História. Embora

as demais também possam contribuir para a composição de um estudo sobre a trajetória intelectual de Dom Hélder, verificamos que possuem enfoque bastante diverso de nossas intenções de pesquisa, cujo foco principal é documental e delimitada à década de 1930.

Foi necessária uma pesquisa mais a fundo acerca de tais teses e dissertações (da área da educação e história), porém nem todas foram conseguidas na íntegra, pois algumas não estavam disponíveis nas plataformas digitais, e mesmo entrando em contato com os programas e/ou diretamente com os autores não foi possível consegui-las. Mas, a partir das 4 pesquisas que pudemos ter acesso ao trabalho completo, e assim empreender uma análise mais detalhada do conteúdo, observou-se que 3 pesquisas se dedicaram a Dom Hélder após 1960 e 1 desde a década de 1930. Dessa forma, conforme a proposta do presente estudo, foram destacados os seguintes trabalhos: uma tese – Condini (2011); duas dissertações – Praxedes (1997) e Prado (2012).

A tese defendida por Condini (2011), intitulada **Educar para a liberdade: a construção da educação libertadora de dom Helder Câmara à luz da pedagogia freireana**, tem recorte temporal de 1964 a 1985. Seu objetivo foi compreender como ocorreu o trabalho político educacional de dom Helder e identificar quais foram as suas referências pedagógicas. Para além disso, o estudo buscou reconhecer quais as influências teóricas presentes em seu discurso pedagógico. Essa tese empregou como fonte primária as obras e pronunciamentos feitos por Dom Helder, e também documentos eclesiais do período. Porém, toda sua análise se dá juntamente com o referencial teórico de Paulo Freire, contemplando suas conceituações e sua concepção de educação libertadora. Como conclusão, o estudo em questão apresenta a proposta educacional de Câmara, aliada aos direitos humanos, e suas preocupações com as injustiças sociais – no que é denominado de educação libertadora solidária. Ainda, apresenta uma possibilidade para que o pensamento de Dom Helder pudesse ser inserido no currículo, o que, segundo a avaliação do autor, implicaria em mudanças na relação pedagógica de professores e de alunos.

Na dissertação intitulada **Dom Hélder Câmara e a educação popular no Brasil**, o autor Walter Praxedes (1997), analisou a trajetória de Dom Helder entre 1930 e 1964. Foram realizadas análises de publicações em revistas, de correspondências e de anais de congressos, com o objetivo de identificar o perfil da atuação de Câmara no cargo de secretário geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Isso, com

vistas a compreender como se chegou à formulação de uma nova concepção de ação da Igreja e, por conseguinte, de educação popular. Especificamente acerca da **Revista Brasileira de Pedagogia** o autor selecionou alguns artigos para fazer parte da análise, mas o enfoque no trabalho foi interligado com a educação popular no Brasil após 1950, de maneira alinhada à figura de Helder Câmara. O trabalho utilizou como referencial teórico conceitos de Pierre Bourdieu, para a composição de um repertório instrumental para a análise das fontes. Praxedes em seu estudo indicou que Dom Helder foi responsável por atualizar a relação da Igreja com as classes populares, em busca de soluções para problemas sociais – tal foco também teria acarretado transformações na perspectiva católica acerca da educação.

A dissertação de Prado (2012), intitulada **Um personagem, um observador, um articulista: a escrita epistolar de Hélder Câmara sobre o Concílio Vaticano II**, possui o recorte temporal de 1962 a 1965. Nela são analisados discursos e livros de Dom Helder acerca do Concílio Vaticano II, com o objetivo de situar o mesmo e compreendê-lo a partir da grande produção epistolar por ele assinada. Essa pesquisa utiliza de várias referências teóricas, dentre eles Marx. Como conclusão o autor afirma que Helder Câmara, desde o tempo de seminário, já se manifestava de modo contundente em seus textos contra as desigualdades e a pobreza, assim, a oportunidade de levar essas ideias até ao Vaticano foi um dos momentos importantes de sua ação e luta em favor das classes populares. Em suas considerações o autor reconhece a importância de Helder Câmara para além de participação junto ao Concílio Vaticano II, tendo também abrangido trabalhos que implicaram em modificações regionalizadas no Brasil e na América Latina de maneira geral.

A presente dissertação tem mérito e se justifica em razão de trabalhar no sentido de trazer contribuições para fazer avançar o estado da arte das pesquisas existentes acerca de Dom Helder, para tanto empreende uma análise de todos os seus textos publicados nas páginas da **Revista Brasileira de Pedagogia** (1934-1938). Dessa forma, busca-se alcançar uma visão acerca de Helder Câmara na década de 1930, dando-se visibilidade ao seu movimento como intelectual – que, logo após sua ordenação aderiu à visão integralista, para em seguida, progressivamente, caminhar no sentido da defesa dos direitos humanos e das classes populares. São poucas as pesquisas que aprofundam a trajetória de Helder Câmara e analisam seus escritos nesse período. Da mesma forma, não são muitas as bibliografias que

contemplam sua trajetória no campo educacional, algo que propomos com o presente trabalho.

Para compor a pesquisa referente a trajetória de vida de Hélder Câmara, será utilizada de fontes bibliográficas. Essas fontes bibliográficas são compostas por diversos biógrafos e obras produzidas levando o nome de Dom Hélder. A utilização de várias obras para compor esse capítulo tem o intuito de trazer justamente um debate e reflexões sobre as diferentes informações trazidas sobre o dom. Optou-se por utilizar de obras publicadas na década de 1990, assim como algumas mais recentes de 2019, podendo assim confrontar as fontes e procurar o que as publicações mais atuais trouxeram de complemento sobre a vida e a trajetória intelectual de Dom Hélder.

Ao situarmos Helder Câmara como intelectual, é importante considerar que embora a palavra intelectual tenha origem na França, no final do século XIX,

[...] os intelectuais sempre existiram, pois sempre existiu em todas as sociedades, ao lado do poder econômico e do poder político, o poder ideológico, que se exerce não sobre os corpos [...], mas sobre as mentes pela produção e transmissão de ideias, de símbolos, de visões de mundo, de ensinamentos. (BOBBIO, 1997, p. 11).

Não há unanimidade acerca da definição do conceito de intelectual. De acordo com Leclerc (2004) a figura do intelectual está associada à manipulação de símbolos e à produção de trabalhos culturais, estéticos e científicos. Trata-se, então, de um agente dotado de visibilidade e de respeitabilidade perante a sociedade como um todo, ou mesmo diante de setores específicos, de modo a interferir na difusão de valores e ideias influenciando sobre as questões que se colocam para a coletividade.

Ao se pesquisar e analisar a atuação de intelectuais no seio de quadros históricos, cria-se uma área de pesquisa dotada de especificidade: a História Intelectual. Tratam-se de discussões sobre a função, a atuação e a historicidade de intelectuais, desse modo a área de estudo: “[...] diz respeito às diversas interpretações sobre os agentes, as práticas, os processos e os produtos classificáveis como intelectuais”. (WASSERMAN, 2015, p. 63). A História Intelectual, ao ser concebida nesses termos, vai para além da compreensão do agente de modo isolado, ela busca e propicia a análise do contexto e das ações realizadas pelos intelectuais em sociedade, na medida de suas redes de sociabilidade e das instituições nas quais tomaram parte.

Silva (2003) acrescenta, ainda, que há dois sentidos de análise no viés da História Intelectual: um se refere ao funcionamento da sociedade intelectual; o outro ao contexto histórico que influenciou as ações dos agentes. Portanto, não se trata de narrar uma vida de modo linear e cronológico, mas sim de buscar a trajetória singular do intelectual, buscando por elementos de sua socialização primária, de sua formação acadêmica, de sua ação profissional, de seus grupos de pertencimento, do sentido de suas obras e de suas intervenções sociais, entre outros aspetos.

Dosse (2007) afirma que a História Intelectual se desenvolveu como uma espécie de encontro entre a História das Ideias, a História da Filosofia, a História das Mentalidades e a História Cultural. Constituiu-se como um espaço de pesquisa que ao tomar elementos das referidas áreas, conseguiu se tornar relativamente autônomo, assim, simultaneamente expressa a obra, os autores e o contexto, a considerar as redes de sociabilidade na qual o intelectual tomou parte. Logo, a História Intelectual pretende abordar as obras, os acontecimentos, o percurso, ultrapassando as fronteiras disciplinares.

É importante ressaltar que o foco dessa dissertação não é produzir uma biografia sobre o padre Helder Câmara, mas sim abordar sua ação intelectual no campo educacional, contemplando-se sua origem familiar, sua formação acadêmica, sua formação religiosa, sua rede de sociabilidade, sua inserção em diferentes instituições ligadas à Igreja, sua produção escrita e sua representatividade social – alavancada por seu trabalho no sentido da criação da CNBB.

Ao buscarmos contemplar tais elementos, lançamos mão da sociologia relacional de Pierre Bourdieu. Vale aquilatar que, analisar uma trajetória, demanda o cuidado para não se implicar naquilo que Bourdieu (2011b) chamou de ilusão biográfica. Para tanto é necessário situar os agentes sociais de modo claro em relação ao grupo social ao qual tiveram pertencimento, considerando a trajetória e o sentido de tais grupos, ou mesmo instituições, cuja presença balizaram as demandas e as possibilidades de ação que se colocaram para o intelectual estudado. Partindo-se desses termos, busca-se adotar a perspectiva a seguir descrita por Bourdieu:

Tentar compreender uma vida como uma série única e, por si só, suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outra ligação que a vinculação a um 'sujeito' cuja única constância é a do nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diversas estações. (BOURDIEU, 2011b, p. 81).

Portanto, é fundamental abordar as relações travadas pelo agente no decorrer de sua vida. Para proceder a análise da trajetória de Helder Câmara, bem como de seus escritos na **Revista Brasileira de Pedagogia**, empregam-se conceitos cunhados pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, tais como os de *habitus*, de campo, de capital social, de capital cultural, de capital econômico, de capital simbólico e de espaço social. Para Bourdieu “[...] o uso científico de um conceito supõe controle prático e, se possível, teórico dos usos anteriores e do espaço conceitual, em que o conceito, tomado de empréstimo, havia sido utilizado”. (BOURDIEU; CHARTIER, 2017, p. 57). Dessa maneira, o uso da teia conceitual elaborada por Bourdieu como instrumental de análise na presente dissertação, leva em conta a historicidade de cada categoria empregada, bem como a medida da pertinência de seu uso no quadro de análise que se desenha para o objeto de pesquisa.

O conceito de *habitus* desempenha um papel-chave na presente dissertação, pois se trata de uma categoria de análise capaz de trazer para as discussões acerca do agente, tanto aspectos relativos à estrutura social, quanto elementos subjetivos particulares. Sinteticamente, o *habitus* pode ser definido como um sistema de disposições incorporadas pelo agente, a partir de sua socialização primária e secundária, são princípios geradores de práticas, de gostos, de preferências, de modos de existência, enfim, de inclinações de modo geral que são internalizadas pelo agente que as emprega como uma espécie de teoria da prática em seu cotidiano. Trata-se, portanto, de uma estrutura estruturante. (BOURDIEU, 2011).

Ao partir-se de tal definição conceitual, vale considerar a importância de se avaliar o *habitus* católico incorporado por Helder Câmara em sua formação sacerdotal, bem como as modificações desse *habitus*, na medida em que tomou contato com uma literatura progressista e, mesmo, na medida em que a Igreja enquanto instituição passou por um processo de modernização. A partir desse viés de avaliação, torna-se interessante buscar em seus escritos manifestações e/ou implicações que tais elementos tiveram em seu conjunto de disposições e de valores, de modo a influenciar seu modo de leitura do mundo e de ação sobre o mesmo.

Destaca-se a importância, para a análise a que nos propomos acerca de Helder Câmara, do conceito de espaço social, visto o mesmo proporcionar o início de reflexões acerca do campo intelectual, do campo religioso, do campo educacional e do campo político, na medida da autonomia relativa de cada um desses campos e da intersecção entre os mesmos, cuja porosidade faz com que influam um sobre os

outros – usualmente, prevalecendo o mais bem estruturado, para acumular maior capacidade de influência e construir uma hegemonia.

Os diferentes tipos de capital (cultural, econômico, social e simbólico) são conceitos que auxiliam sobremaneira nossa proposta de análise, por exemplo, ao considerarmos na trajetória de Câmara o quanto o capital cultural que recebeu no seio familiar, foi móvel de luta essencial para que transitasse com sucesso no campo acadêmico. Sua mãe professora e seu pai guarda livros dispunham de um capital cultural acumulado do qual Câmara pode usufruir em sua socialização primária, incorporando desde cedo um *habitus* ligado ao estudo e à leitura, para além disso, foi influenciado por seu tio paterno, no que diz respeito à instrução e ao gosto pelas artes.

No que se refere à discussão sobre a Igreja e o Estado no Brasil, na primeira metade do século XX, contemplamos como categoria de análise o conceito de estratégia, conforme definido por Michel de Certeau (1994). Tal conceito contribui na avaliação do modo de ação dos intelectuais católicos, particularmente, no que diz respeito ao campo educacional. Para Certeau, o estabelecimento de uma estratégia leva em conta o poder do qual um sujeito dispõe, bem como o modo que o mesmo pode empregá-lo, a fim de conceber um modo eficaz que lhe seja favorável frente aos demais ou a uma circunstância específica. Implica, portanto, em um cálculo de relações de força, a partir do qual um modo de agir efetivamente deliberado é implementado, com uma finalidade particular a ser atingida.

Ao considerar-se a importância da rede de sociabilidade de Helder Câmara na construção de sua relevância e alcance sociais como intelectual, verificamos que a mesma foi decisiva, visto se tratar de uma pessoa carismática que conquistava novas amizades com facilidade. Para além disso, os espaços sociais que frequentava, bem como os cargos importantes que progressivamente conseguiu galgar, propiciaram cada vez mais a ampliação de sua rede de contatos. Nesses termos, registra-se a relevância de Jean-François Sirinelli para a abordagem de nosso objeto de estudo, ao contemplar a importância da compreensão da dinâmica das relações travadas entre intelectuais. Nesse sentido, Sirinelli (2003) defende que o estudo das redes de sociabilidade é essencial, para trabalhos que se proponham a contemplar trajetórias intelectuais, pois podem demonstrar percursos de interação com outros intelectuais e modos de relação com grupos concorrentes.

Tendo em vista cumprir os objetivos propostos, a dissertação será organizada em três capítulos. No primeiro, intitulado Intelectuais, Igreja Católica, Estado e

Educação no Brasil – século XX, contextualiza-se a ação dos intelectuais católicos na sociedade brasileira do início do século XX. Esse capítulo busca alavancar a discussão acerca das disputas no campo educacional do país, dando-se destaque para a separação entre Estado e Igreja, bem como para os meios empregados pela militância católica a fim de recuperar sua capacidade de influência social.

No segundo capítulo, intitulado Trajetória Intelectual de Helder Câmara, é abordada sua origem familiar e a conformação de seu *habitus* católico, na teia das relações ligadas à sua formação sacerdotal. Para tanto, são empregadas fontes bibliográficas relativas à trajetória de Câmara para compor a análise. Em seguida, nesse capítulo discute-se sua transição, ao tornar-se com o decorrer dos anos um defensor dos direitos humanos e, mesmo, militante da esquerda. Um ponto importante do segundo capítulo diz respeito a participação de Câmara, no início de sua atuação intelectual, junto ao movimento integralista.

No terceiro capítulo, intitulado RBP como instrumento de expressão e formação na ação intelectual de Helder Câmara, é empreendida análise da fonte primária da dissertação. Inicialmente, são abordados histórico e estrutura da revista; em seguida, é dada ênfase aos escritos de Câmara, de modo a contemplar sua ação intelectual por meio do periódico, trabalhando no sentido de conformar e difundir uma concepção católica renovada de educação.

CAPÍTULO 1

Intelectuais, Igreja Católica, Estado e Educação no Brasil: primeira metade do século XX.

Nesse capítulo é discutida a relação entre os intelectuais, a Igreja Católica, o Estado e a Educação no Brasil da primeira metade do século XX, para tanto foram utilizadas bibliografias variadas a fim de compor a escrita relativa ao período e às temáticas. São apontados aspectos considerados chave, tomando-se como critério a proposta de discussão que permeia este trabalho, bem como seu objetivo específico. Essa contextualização é imprescindível para situar as disputas no campo educacional brasileiro, com destaque para as implicações relativas à separação entre a Igreja e o Estado ocorrida ao final do Império, e um de seus importantes corolários: aquela que ficou conhecida como Reação Católica.

No decorrer do capítulo é dada especial ênfase à educação no Brasil na década de 1930, a fim de contemplar o recorte temporal da pesquisa, abordando-se elementos sociais e culturais relevantes que permearam o período, dentre eles: o movimento da Escola Nova e o diálogo dos intelectuais católicos com tais ideias pedagógicas. As disputas no campo educacional e político que caracterizaram tal momento histórico são analisadas a partir da perspectiva de que: “[...] qualquer que seja o campo, ele é objeto de luta tanto em sua representação quanto em sua realidade”. (BOURDIEU, 2004b, p. 29).

O embate no campo educacional da década de 1930 teve como uma de suas importantes manifestações, enquanto veículo cultural em que eram travados debates, as publicações em periódicos – fossem jornais ou revistas. Aqui damos destaque a duas publicações católicas, quais sejam, a revista **A Ordem** e a **Revista Brasileira de Pedagogia**, ambas são apresentadas nesse capítulo – levando-se em conta seus diretores e autores, seu conteúdo e o papel desempenhado pelas mesmas na luta pela construção de uma hegemonia cultural católica no Brasil.

1.1 Separação entre o Estado e a Igreja no Brasil

A complexidade do século XX, por excelência contraditório e repleto de disputas beligerantes, torna especialmente instigante a investigação acerca das relações existentes entre os campos político e educacional. No início desse século

ainda ecoavam as consequências advindas da queda da monarquia no final do século XIX, concomitante à implementação da Primeira República em 1889, a qual perdurou até 1930. Casali (1995) destaca a publicação do decreto de 1890 feito por Marechal Deodoro da Fonseca (1827-1892), então chefe do Governo Provisório, como um marco do início da República:

A 7 de janeiro de 1890 foi publicado um Decreto do Governo Republicano Provisório (Decreto 119-A), contendo medidas como: separação entre Igreja e Estado, liberdade de culto, direito de todas as religiões à posse de seus bens (não haveriam expropriações) [...]. (CASALI, 1995, p. 66).

Dentre os fatores que levaram a tal separação estava o descrédito na religião como forma de legitimação do Estado, algo ligado ao avanço das ideias progressistas, liberais e positivistas. Nagle (1974) afirma que com a República: “[...] triunfaram as ideias liberais. Do ponto de vista da história do catolicismo no Brasil, termina a fase regalista e inicia a da independência entre a sociedade religiosa e a sociedade civil”. (NAGLE, 1974, p. 57). Essas ideias apontavam para uma concepção de Estado renovada: independente e forte. Nesse quadro, concretizou-se a separação entre o Estado e a Igreja Católica, oficializada por meio da Constituição de 1891, a qual não foi proclamada em nome de Deus, tal qual a anterior. “Depois de 400 anos oficializada, a Igreja se viu de repente excluída do domínio público e sem o apoio do Estado para influência religiosa”. (BRUNEAU, 1974, p. 65). É importante ressaltar alguns aspectos que atingiram diretamente os interesses da Igreja com a nova carta magna: o casamento religioso deixava de ser obrigatório, sendo reconhecido como oficial somente o casamento civil; a implementação da secularização dos cemitérios; e a indicação de um processo de laicização do ensino, por meio da exclusão do ensino religioso do currículo das escolas oficiais.

Nesse contexto de modificações sociais importantes e de ressignificação do papel do catolicismo na cultura brasileira, a Igreja enquanto instituição pode ser compreendida como um meio de comunicação e de constituição de sentidos, conforme os termos apresentados por Bourdieu (2005), ao discutir o campo religioso. Dom Antônio Macedo Costa (1830-1891), importante bispo da época, elaborou em 1890 um documento oficial denominado **Pontos de Reforma da Igreja no Brasil**, que priorizava alguns pontos como essenciais para ação da Igreja no período, destacam-se as seguintes proposições: Conferências Episcopais conforme a direção da Santa

Sé; atuação do episcopado e a união com o Papa; combate e eliminação dos abusos do Clero; Seminários exclusivos para candidatos ao Sacerdócio; missões para promover a fé; busca por colonos imigrantes com a colaboração de congregações religiosas europeias; fortalecimento das ordens religiosas para a fundação e direção de escolas católicas; expulsão de indivíduos ligados à maçonaria; e aumento do número de dioceses. (OLIVEIRA, 1985).

D. Macedo Costa foi um dos principais redatores da Carta Pastoral Coletiva de 1890, ponto de partida para a luta contra os ideais laicistas da Primeira República. Pierre Bourdieu nos auxilia na compreensão desse movimento ao indicar que “[...] todo campo religioso é o lugar de uma luta pela definição, isto é, a delimitação das competências, competência no sentido jurídico do termo, vale dizer, como delimitação de uma alçada”. (BOURDIEU, 2004a, p.120). Sendo assim, fica evidente que a Igreja iniciava sua luta pela definição de seu papel na República, entretanto, a morte de D. Macedo Costa em 1891, implicou num episcopado sem liderança expressiva no país.

Embora a Igreja aceitasse a República, discordava da sua proclamação com caráter laico, pois ainda se mobilizava no sentido da sustentação de sua vinculação com o Estado, nos termos de manutenção de suas possibilidades de influência política. Dentre as modificações decorrentes do referido processo de laicização “[...] a exclusão do ensino religioso das escolas foi algo que a Igreja jamais aceitou, o que a levou a mobilizar todas as suas forças para reverter esses estados de coisas”. (SAVIANI, 2013, p. 179). Conforme destaca Bourdieu a escola desempenha um papel fundamental para a legitimação de poderes, nesse quadro a Igreja se via profundamente ferida nessa capacidade, pois:

[...] os esquemas que organizam o pensamento de uma época somente se tornam inteiramente compreensíveis se forem referenciados ao sistema escolar, o único capaz de consagrá-los e constituí-los, pelo exercício, como hábitos de pensamentos comuns a toda uma geração. (BOURDIEU, 2005, p. 208).

Fica evidente que por meio da escola era possível instituir e consagrar os valores da Igreja, e para tanto era necessário disputar espaço no campo educacional. A Igreja enquanto instituição até então hegemônica no quesito educação, se viu ameaçada com tal perda. Em que pese isso, no seio dessa nova conjuntura, a Igreja encontrou novos caminhos para se beneficiar com a separação, pois passou a ter mais liberdade, o que se concretizou por meio de sua expansão institucional no Brasil.

Em 1893 o Papa Leão XIII criou outra província eclesiástica, em acréscimo a já existente, e mais quatro novas dioceses. Daí por diante o aumento das divisões eclesiásticas foi rápido. Em 1900 havia 17, em 1910 havia 30, em 1920 já chegava a 58 e por volta de 1964 o número de divisões eclesiásticas era 178 [...]. (BRUNEAU, 1974, p. 69).

Além da marcante ampliação do número de dioceses “[...] os laços com a Sé Romana começam a se tornar mais e mais fortes. A maior vinculação com Roma torna possível a aplicação das doutrinas católicas elaboradas na Europa aqui no Brasil”. (CURY, 1988, p. 14). Isso acarretou num catolicismo mais romanizado a ser implementado no país a partir de então. Paralelamente, houve inaugurações de seminários por todo o território nacional, com o devido apoio da Santa Sé, que enviava freiras, padres e irmãos. Aumentou muito, assim, o número de religiosos e de instituições ligadas a Igreja Católica no período, dentre elas: escolas, hospitais, seminários e conventos. Nesse contexto, em acordo com Bruneau (1974), a Igreja tinha dois princípios essenciais: um referente à orientação de Roma; e outro que considerava a ampliação de seu alcance territorial. Vale destacar que a romanização trouxe, também, alguma dificuldade para a Igreja no Brasil, especialmente, a orientação no sentido do combate ao Comunismo, Socialismo e Secularismo, o que não condizia com as principais suas principais demandas, o que acarretou em um catolicismo distante da realidade brasileira.

1.2 Reação Católica: intelectuais e periódicos

Ao perder sua hegemonia no campo educacional a Igreja concebeu, por meio de seus intelectuais, tanto clérigos quanto seculares, uma nova estratégia de atuação cultural e social: uma Reação Católica. Saviani (2013), ao tratar dessa mobilização, classifica-a como uma resistência ativa, pois a Igreja não trabalhou apenas no sentido de uma resistência passiva, ela foi além, e organizou planos de ação cultural para a divulgação de seus valores – com ênfase no âmbito educacional. Para a implementação desse plano, era imprescindível a retomada da capacidade de influência social e política, sem abrir mão do combate ao laicismo:

A aberta oposição ao laicismo terá em D. Leme o líder de que a Igreja necessitava para a orientação de seus propósitos. Em 1916, D. Sebastião Leme publica uma Pastoral que se tornou célebre uma vez que propunha uma ação decisiva operante com o fim de alterar as bases agnósticas e laicistas do regime. (CURY, 1988, p 14-15).

O modelo laicista não era algo positivo para a Igreja sob muitos aspectos, visto que “[...] sob uma forma laicizada; assiste-se então a uma redefinição dos limites do campo religioso, à dissolução do religioso em um campo mais amplo, que se acompanha de uma perda do monopólio [...]”. (BOURDIEU, 2004a, p. 122). Isso era algo inadmissível para a Igreja e ela lutou buscando meios para recompor sua hegemonia no campo educacional. A Carta Pastoral, escrita pelo então arcebispo de Recife, partia da: “[...] constatação que o Brasil é um país de maioria católica, Dom Leme se questiona sobre a pouca influência dos princípios católicos na vida social e política no país”. (HORTA, 2012, p. 82).

Esse documento se tornou um marco na história da Igreja no país, pois demarcou uma posição e encetou uma busca pela recatolização da cultura nacional. Campos (2010) destaca ainda que: “O programa de D. Leme sob o ponto de vista religioso, aponta para a tentativa de mobilizar os intelectuais e as massas. E do ponto de vista político, D. Leme pode ser considerado um notável estrategista [...]”. (p. 43). Segundo Saviani (2013) foi a partir de 1920 que as estratégias para uma resistência ativa ganharam mais corpo, sendo evidenciadas e acionadas efetivamente. Um fator imprescindível para a reação católica nesse período foi a atuação de seus intelectuais. De acordo com Bourdieu (2004a) os intelectuais podem ser compreendidos como produtores culturais, a considerar que:

Os produtores culturais detêm um poder específico, o poder propriamente simbólico de fazer com que se veja e se acredite [...]. Eles podem colocar esse poder a serviço dos dominantes. Eles também podem, de acordo com a lógica de sua luta no interior do campo do poder, colocá-lo a serviço dos dominados no campo social como um todo: [...] Porém, e isso vale também para os que se pretendem ‘intelectuais orgânicos’ dos movimentos revolucionários, as alianças baseadas na homologia de posição (dominante-dominado = dominado) são sempre mais instáveis, mais frágeis, do que as solidariedades baseadas na identidade de posição e, conseqüentemente, de condição e de *habitus*. (BOURDIEU, 2004a, p. 176, grifo do autor).

Nesses termos, os intelectuais, enquanto produtores culturais, podem agir conforme o interesse de dominados ou de dominantes, ou seja, passam a trabalhar em favor de determinados grupos sociais, ultrapassando a defesa dos seus interesses pessoais. Ao fornecerem instrumentos e procederem a análise de mecanismos sociais de luta e de dominação, os intelectuais viabilizam mecanismos de ação e de combate. (BONNEWITZ, 2003). Considerando-se tal entendimento, fica destacada a importância dos intelectuais ao longo da reação católica no Brasil, pois combateram e

resistiram aos ideais que ameaçavam a hegemonia da Igreja, empregando como instrumentos suas análises mobilizando a defesa dos interesses católicos.

Conforme destacado por Horta (2012), a transferência de D. Leme para a Arquidiocese do Rio de Janeiro, em 1921, foi um marco importante para a reação católica. Sua aproximação com o intelectual católico leigo, Jackson de Figueiredo, foi muito frutífera no sentido da organização de instituições que envolvessem diretamente o trabalho do laicato. Em conjunto fundaram a revista **A Ordem**, no ano de 1921, como um meio de divulgação das ideias católicas, periódico que, a partir da criação do Centro D. Vital em 1922, tornou-se praticamente veículo oficial do ideário católico no Brasil. Nomeadamente, Órgão do Centro D. Vital, a revista:

[...] evidencia, ao longo de sua publicação, um permanente esforço em circunscrever o seu ideário em termos de doutrina, e reproduz com clareza todos os movimentos políticos do grupo católico, em seu indistigível esforço de alcançar sua influência no campo da Sociedade Civil e recuperar prestígio e poder diretamente junto ao Governo, sobretudo nos anos mais próximos antecedentes à Constituinte de 1934. (CASALI, 1995, p. 120).

A revista em questão desempenhou papel imprescindível para a Igreja, como instrumento de debate e de combate sociais, articulando-se contra o laicismo republicano, havendo destaque para o que dissesse respeito ao campo educacional. O Centro D. Vital, cujo primeiro diretor foi Jackson de Figueiredo, era: “[...] um órgão destinado a aglutinar intelectuais leigos que desempenhariam o papel de elite intelectual da restauração católica”. (SAVIANI, 2015, p. 59). Ainda, conforme destacado por Casali (1995), o Centro D. Vital “[...] foi entendido pelo Cardeal Leme como a maior afirmação da inteligência cristã em terras do Brasil”. (p. 119).

Verifica-se que o nome dado à revista não foi ao acaso, pois o periódico tinha como lema manter a ordem social, a partir dos valores católicos, desse modo seus propósitos ultrapassavam o âmbito religioso, implicando numa ação que buscava de modo agudo permear o campo político. Segundo Miceli (2001, p. 128), tanto a revista quanto o Centro D. Vital foram criados “[...] como centros de reunião e de difusão das doutrinas e tomadas de posição de intelectuais católicos acerca de inúmeras questões temporais, essas instituições acabaram assumindo um elenco cada vez mais diversificado de tarefas [...]”.

Casali (1995) aponta dois momentos importantes na história da revista **A Ordem** e do Centro D. Vital. O primeiro, iniciado com a criação das instituições,

respectivamente em 1921 e 1922, tem como marco de seu fim a morte precoce de Figueiredo, em 1928. Nessa etapa o perfil conservador, antiliberal e tradicionalista de seu diretor, acabou por demarcar as características do periódico. O segundo momento é marcado pela direção de Alceu Amoroso Lima, sucessor de Jackson de Figueiredo, intelectual recém convertido ao catolicismo e detentor de representatividade no meio cultural no país. Também conhecido pelo pseudônimo Tristão de Athayde, Amoroso Lima aceitou “[...] em 1928 as responsabilidades da direção do Centro D. Vital, cargo que ocupou até 1966, e, concomitantemente, da revista **A Ordem**, que dirigiu até 1964”. (SKALINSKI JUNIOR, 2015, p. 60). Sua condução trouxe ao periódico um cunho mais cultural, rompendo com os paradigmas partidários característicos da direção de Jackson de Figueiredo.

A Ordem passou a ser a revista de ‘Dr Alceu’, que, desde o princípio, deixou claro ter propósitos diferentes dos de Jackson Figueiredo, embora carregasse grande influência do amigo recém-falecido. Como auxiliar em sua empreitada teria, no posto de assistente eclesiástico, nomeado diretamente por D. Leme, o padre Leonel Franca. O Centro D. Vital e a revista **A Ordem** acentuaram, a partir da composição entre esses três homens, suas pretensões de interferir na cultura do país e o seu foco em alcançar a camada intelectual, ocupando um papel destacado nas lutas no campo educacional, a rigor, tornando-se uma das fontes do ideário educacional católico no país. (SKALINSKI JUNIOR, 2015, p. 62).

Nesse momento, portanto, o Centro D. Vital e a revista **A Ordem** seguiram um novo rumo, a promoção de encontros que congregavam intelectuais, para além de articular o trabalho dos já convertidos, tinham como ambição cooptar novos membros para a instituição, por meio de debates culturais variados. Inclusive, a mobilização de jovens, que militariam junto às instituições de ensino, a partir de 1935 devidamente integrados à Ação Católica, era um dos objetivos do centro.

A utilização de impressos foi fundamental para o grupo católico. Por meio deles era possível fortalecer e dar visibilidade, dentre outras ações culturais, às suas proposições relativas ao campo educacional, atingindo o professorado de modo geral. Os impressos organizados pelos católicos não se limitaram à revista **A Ordem**, por exemplo, em 1933, a associação denominada como Círculo Católico do Rio de Janeiro, percebeu a necessidade de se ter um órgão oficial para a divulgação das ideias defendidas pela Confederação Católica Brasileira de Educação (CCBE), também fundada no ano de 1933. Frente a essa demanda: “Ficou resolvido que o antigo Boletim da APC do Distrito Federal deveria ser transformado e preparado para

uma atuação muito mais ampla. Passaria a ter o nome de Boletim de Pedagogia, até receber um título em caráter definitivo”. (SGARBI, 1997, p. 54). O título final estabelecido foi **Revista Brasileira de Pedagogia**³. O periódico se tornou um dos principais meios de divulgação do diálogo entre a militância católica no campo educacional e as novidades pedagógicas trazidas pela Escola Nova. A revista foi dirigida por Everardo Backheuser de 1934 a 1936, e, em seguida, por Dom Helder Câmara de 1937 a 1938⁴ – ano do fim da publicação.

Segundo Carvalho (2005) a **Revista Brasileira de Pedagogia**, enquanto Órgão Oficial da CCBE, tinha como sócios as instituições escolares católicas, nas quais seus volumes eram distribuídos e circulavam, de modo a se constituírem em referencial bibliográfico para o professorado católico, com o devido respaldo da hierarquia eclesiástica. É fundamental considerar o contexto de surgimento da **Revista Brasileira de Pedagogia**, de modo articulado à Associação de Professores Católicos (APC).

Sentindo-se ameaçadas pelas reformas governamentais, pela importação dos métodos pedagógicos norte-americanos (inspirados pelo “pragmatismo” de Dewey e outros) e pela ‘infiltração’ dos educadores profissionais nos cargos de gestão em todos os níveis do sistema de ensino, as autoridades eclesiásticas empenharam-se em defender seus interesses mediante a criação de um circuito de instituições – a Associação dos Professores Católicos, a Revista Brasileira de Pedagogia, entre outras – capazes de fazer frente à concorrência movida pelos educadores profissionais recrutados pelo Estado, cujas pretensões hegemônicas e matérias de doutrina pedagógica tiveram a contrapartida de uma prolixa literatura de proselitismo subsidiada pela Igreja. (MICELI, 2001, p. 129).

Mediante o exposto, percebe-se que a criação da Associação de Professores Católicos, em 1931, por Everardo Backheuser e pelo jesuíta Leonel Franca, ocorreu em grande medida devido às “ameaças” que ganhavam corpo por meio das reformas encetadas pelo Estado. Nesse quadro, ações no sentido da promoção de práticas e de políticas educacionais, alinhadas aos valores e interesses defendidos pela Igreja, tornaram-se assunto de primeira ordem entre a militância católica.

O movimento, que cresceu rapidamente, percorreu dois caminhos diferentes. As Associações de Professores Católicos (APCs) de Ubá, em Minas Gerais, e de Campinas (SP) recebiam em seus quadros não apenas professores, mas também “intelectuais de outras especialidades e carreiras liberais, para que os professores pudessem desenvolver uma ação social mais intensa. Isto

³ Revista que é fonte primária desta dissertação.

⁴ A trajetória intelectual de Dom Hélder Câmara será discutida no segundo capítulo.

ocorreu graças à ligação das APCs com o Centro D. Vital. (SGARBI, 1997, p. 29).

Saviani (2015) relata que a APC foi unida na Confederação Católica Brasileira de Educação (CCBE), em 1933, que passou a coordenar cerca de 40 APCs espalhadas pelo país. Aproximadamente um terço dos professores membros eram assinantes da **Revista Brasileira de Pedagogia**, órgão oficial de divulgação do ideário educacional da CCBE. Com isso fica clara a importância do periódico na divulgação de teorias, de práticas e de técnicas pedagógicas, mediante a leitura realizada por intelectuais apoiados pela hierarquia da Igreja. Para além disso, a mobilização e a convocação para cursos, para congressos e demais eventos, efetivava-se em grande parte por meio das páginas da revista.

De acordo com Miceli (2001) na década de 1930 a Igreja e seu trabalho de mobilização social e cultural obteve proporções consideráveis. Inclusive, devido à nova orientação do Vaticano que defendia o agrupamento das diferentes instituições católicas, sob uma direção central – à maneira da Ação Católica implementada em alguns países da Europa. Em 1935 os Estatutos da Ação Católica Brasileira foram promulgados, por bispos brasileiros que conceberam a instituição em acordo com o modelo italiano.

1.3 A Liga Eleitoral Católica e a Ação Católica Brasileira

Em 1932 foi criada a Liga Eleitoral Católica (LEC), instituição suprapartidária, que atuou até 1937, com o intuito de participar das eleições sem necessariamente fundar um partido. Para tanto, a LEC estabelecia listas de candidatos recomendados aos católicos, mediante o compromisso dos postulantes com um programa católico mínimo. O retorno do ensino religioso ao texto constitucional era um dos pontos mais destacados desse programa:

O ensino religioso nas escolas oficiais que, já contemplado no Decreto n. 19.941, de 30 de abril de 1931, se queria consolidar definitivamente mediante sua inscrição no texto constitucional. A mobilização dos católicos foi de tal modo eficiente que conseguiu adesão de mais de dois terços dos constituintes, logrando a aprovação do seu programa mínimo, além de outras medidas por eles preconizadas (SAVIANI, 2015, p. 59-60).

A Igreja Católica criou a LEC com o objetivo de captar poder político. Sua extensão abrangeu todo o país mostrando a força da Igreja no período. (CURY, 1988). É importante ressaltar, nos termos expressos por Bourdieu (2011a), que os limites entre diferentes campos sociais podem ser tensionados, a depender da circunstância e do jogo de poder estabelecido numa situação. A ação da LEC certamente foi um desses momentos, no qual o campo político/eleitoral e o campo religioso impactaram-se mutuamente de modo importante, deixando claro haver uma porosidade entre os mesmos, ou seja, não são estanques e podem repercutir um sobre o outro.

Acrescenta-se que com a proximidade da eleição de 1933, a Ação Brasileira Integralista⁵, fundada em 1932, por ter adotado os programas propostos pela LEC, esperava ser lançada como partido oficial da Igreja. Embora tenha conseguido a aderência por parte de alguns clérigos, entre eles o padre Helder Câmara, jamais foram aceitos pelo arcebispo Dom Leme que, enquanto liderança da Igreja, não compactuou com tais ideais, barrando suas pretensões e se opondo a que padres se filiassem ao movimento.

Schwartzman, Bomeny e Costa (2000) destacam que o movimento denominado de Ação Integralista Brasileira (AIB) chegou a receber em certos momentos algum apoio do governo Vargas, já em outros foram deixados de lado sendo reprimidos em suas atividades. Em 1935 “[...] a Ação Integralista Brasileira e a Aliança Nacional Libertadora [...] disputam entre si o espaço político, rapidamente preenchido pelo Governo a partir da Lei de Segurança Nacional (março 1935) [...]”. (FAUSTO, 2007, p. 339). Em 1937, Vargas decretou oficialmente a dissolução da AIB, mesmo que inicialmente tenha tirado proveito de sua força política, a fim de viabilizar o golpe por ele empreendido em 1937 – que culminou com o Estado Novo. A mediação entre AIB e o governo Vargas era estabelecida por Plínio Salgado, líder do movimento, que, ao mesmo tempo, tentava conter a repressão do governo, e manter uma ligação positiva com Francisco Campos, figura forte no governo getulista.

A Liga Eleitoral Católica, que tinha Alceu Amoroso Lima como Secretário Geral, frustrou as expectativas integralistas, nos termos de um apoio partidário. A instituição “[...] se apresentava, em seus Estatutos, como organização com dupla finalidade: 1º) Instruir, congregar, alistar o eleitorado católico; 2º) assegurar aos candidatos dos

⁵ “Movimento que defendia a criação de um Estado nacional corporativo, católico, antiliberal, anti-burguês, anti-norte-americano, anti-soviético e anti-comunista”. (CONDINI, 2004, p.78).

diferentes partidos a sua aprovação pela Igreja e [...] o voto dos fiéis [...]” (FAUSTO, 2007, p. 375). Sobre Amoroso Lima, Skalinski Junior (2015) afirma que:

Ao desempenhar papel chave no retorno do ensino católico às escolas oficiais, nos rumos tomados pela Constituinte de 1934, por meio da LEC, bem como na implantação da Universidade Católica e na condução da Ação Católica Brasileira, Alceu Amoroso Lima foi a mais importante figura do laicato militante ao longo da Era Vargas (SKALINSKI JUNIOR, 2015, p.93).

Alceu Amoroso Lima, enquanto secretário da LEC, foi crucial para o sucesso da organização, que alcançou os objetivos pretendidos junto à Constituinte de 1934. Segundo Fausto (2007) dentre os traços característicos de atuação da LEC, estava a questão da mobilização e alistamento do eleitorado católico, bem como a conquista do voto feminino – visto que, em 1933, houve a primeira eleição em que era dado às mulheres a possibilidade de voto. Ter o controle do voto feminino foi uma das estratégias da Igreja conquistar número no escrutínio.

Vale destacar os dez pontos que pautavam o programa da LEC, a saber:

1º- Promulgação da Constituição em nome de Deus. 2º- Defesa da indissolubilidade do laço matrimonial, com a assistência as famílias numerosas e reconhecimento dos efeitos civis ao casamento religioso. 3º- Incorporação legal do ensino religioso, facultativo nos programas das escolas públicas [...] 4º- Regulamentação da assistência religiosa facultativa às classes armadas, prisões, hospitais etc. 5º- Liberdade de sindicalização, de modo que os sindicatos católicos, [...] tenham as mesmas garantias dos sindicatos neutros. 6º- Reconhecimento do serviço eclesiástico de assistência espiritual às Forças Armadas e às populações civis como equivalente ao serviço militar. 7º- Decretação de legislação dos trabalhos inspirados nos preceitos de justiça social e nos princípios da ordem cristã. 8º- Defesas dos direitos e deveres da propriedade individual. 9º- Decretação da lei de garantia da ordem social [...] 10º- Combate a toda e qualquer legislação que contrarie [...] os principais fundamentos da doutrina católica. (FAUSTO, 2007, p. 377-378).

Ao se considerar a lista de pontos pretendidos é possível concluir que a LEC foi vitoriosa na versão final da Constituição de 1934, tendo sido acatados importantes pontos defendidos pelos católicos, tais como: a indissolubilidade do matrimônio; a incorporação legal do ensino religioso como facultativo nas escolas; e a assistência religiosa às classes armadas, também como facultativa. (SCHWARTZMAN et al, 2000). Os resultados obtidos reafirmaram que a “[...] LEC abrangeu toda a nação e mostrou a força da Igreja na época” (CURY, 1988, p. 114), assim ficava claro que embora a Igreja não fosse mais hegemônica, estava longe de ser considerada como uma força social sem expressão no país.

A maioria dos candidatos recomendados pela Liga Eleitoral Católica foram vitoriosos na eleição. De acordo com Piletti e Praxedes (1997) a posse dos novos deputados, apoiados pela LEC, ocorreu em maio de 1935, tendo sido marcada por um clima tenso e com muitas ameaças, sendo necessário que tais deputados e seu candidato a governador, fossem refugiados em um quartel sob a proteção de destacamentos armados.

Em acordo com Bruneau (1974) D. Leme considerou os resultados da LEC como a concretização de alguns de seus objetivos, nos termos do que entendia ser a Verdade e a Justiça segundo a cosmovisão católica. Também na década de 1930 a Ação Católica “[...] menina dos olhos e Pio XI, tornara-se uma das preocupações dominantes do episcopado brasileiro”. (BANDEIRA, 2000, p. 99). Em atenção à direção de Roma, foi fundada oficialmente por D. Leme a Ação Católica Brasileira (ACB), em 1935, movimento da Igreja que foi um meio de resposta aos desafios que o contexto demandava, no que se refere às disputas pela hegemonia nos planos social e cultural. Alceu Amoroso Lima foi um intelectual decisivo em tal ação, inclusive, sendo o primeiro presidente da ACB, cargo que ocupou até 1945.

Em 1933, Dom Leme, durante o Congresso Eucarístico Nacional, em Salvador, decide, juntamente com os bispos presentes à solenidade, pela criação de uma estrutura nacional da ACB e, posteriormente, submete a Roma um projeto de estatutos. Fica entendido que a sede nacional seria no Rio de Janeiro, capital da República. (BANDEIRA, 2000, p. 104).

É importante destacar, conforme Bruneau (1974), que a Ação Católica tinha como uma de suas principais metas envolver, progressivamente, o laicato nas questões importantes para a Igreja. Embora tenha sido oficializada em 1935, desde 1932 já havia uma movimentação institucional que a caracterizava, congregando intelectuais leigos. “A Ação Católica foi adotada através de todo o país pelos setenta bispos, e por volta de 1937 tinha ultrapassado todos os outros movimentos leigos”. (BRUNEAU, 1974, p. 88). Em conformidade com a direção intelectual dada à associação, diversos movimentos da juventude fizeram parte da ACB. Também foram criadas organizações para católicos em idade mais madura, tais como: Homens da Ação Católica (HAC) e Liga Feminina da Ação Católica, ambas para os maiores de trinta anos. (SAVIANI, 2015).

Fica evidente que a Ação Católica buscava alcançar pessoas de todas as idades, bem como com vivências variadas em campos sociais diversificados, além de

contemplar as diferentes regiões do país. No Brasil a ACB foi desdobramento e franca expansão da Confederação Católica, existente desde 1922, criada por D. Leme, a fim de coordenar as ligas e associações católicas do país. (NAGLE, 1974). A ideia da Ação Católica, em grande medida, era centralizar o comando de diferentes intervenções sociais do laicato, posicionando intelectuais em suas respectivas áreas de atuação, com vistas a oferecer respostas à altura no embate com os intelectuais laicistas.

A 'Ação Católica' percorreu longo processo para chegar a se consolidar como movimento da Igreja Católica, sua expressão universal foi assumida dentro do pontificado de Pio XI, conhecido como o Papa da Ação Católica, todo um contexto de mudanças sociais e políticas envolveram o pontificado de Pio XI e permitiu o reconhecimento da 'Ação Católica' como uma das alternativas da Igreja para responder aos desafios demandados na época. (SOUZA, 2006, p.40).

Ao tratar da expansão da Ação Católica no Brasil, Miceli (2001) afirma que os estatutos da mesma eram baseados no padrão italiano, com a centralização das diferentes Associações Católicas. Assim, a ACB se espalhou pelo país por meio de órgãos diretores ligados a diferentes associações, dotadas cada uma de sua particularidade apostólica e de carisma. Conforme Fausto (2007): "Pio XI joga todo o peso da estratégia da Igreja, não em partidos, mas numa associação de leigos destinada ao combate religioso, social e mesmo político, sem ser um partido e sob estrito controle da hierarquia eclesiástica". (p. 374).

É importante registrar que a Ação Católica teve uma nova organização a partir da segunda metade da década de 1940, tornando-se diferente de quando liderada por D. Leme, falecido em 1942. Sua divisão deixou de ser pautada em categorias como: adulto, jovem, masculino e feminino, para ser organizada de modo mais específico. Como exemplos temos a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Universitária Católica (JUC), a Juventude Agrária Católica (JAC) e a Juventude Operária Católica (JOC) – em que pese a expressão juventude, não eram impedidos de tomar parte pessoas com mais idade. Tratou-se de um período em que as associações de leigos ganharam mais autonomia. "A Ação Católica no Brasil foi marcada por dois momentos distintos. O primeiro, com a chamada Ação Católica Geral (de 1932 a 1950), e o segundo momento, a Ação Católica Especializada (de 1950 a 1960)". (SOUZA, 2006, p. 48).

1.4 Disputas no campo educacional e a renovação da Pedagogia Católica

Os anos 1930 foram absolutamente agitados no campo educacional, o retorno do ensino religioso às escolas oficiais, em 1931, a publicação do **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**, em 1932, e a subsequente ruptura dos católicos com a Associação Brasileira de Educação, são modelares nesse sentido. Após 1930 “[...] os componentes ideológicos passam a ter uma presença cada vez mais forte na política, e a educação seria a arena principal em que o combate ideológico se daria”. (SCHWARTZMAN et al, 2000). Ou seja, o campo educacional se tornou uma espécie de espaço para o qual convergiam muitas disputas da cultura nacional, afinal o estabelecimento de um modelo de educação em detrimento de outro, implicava na conformação de um tipo de nação a médio prazo.

Não se tratava, portanto, exclusivamente de um confronto no campo educacional, mas de um embate que ultrapassava as fronteiras do campo, espraiando-se para o campo político e o campo cultural-ideológico. Os agentes que tomaram parte em tais disputas, com frequência, transitavam entre os campos político e educacional. De acordo com Carvalho: “Ao facilitar e intensificar a circulação de ideias e as trocas culturais, a Revolução de 1930 também teria potencializado o debate educacional que vinha sendo travado desde a década anterior”. (1998, p. 20). Aqui cabe mencionar o destacado por Bourdieu (2004b), ao indicar que independentemente de qual for o campo, ele será objeto de luta em seu todo.

Com o intuito de institucionalizar a discussão dos problemas educacionais da época, em 1924 foi fundada a Associação Brasileira de Educação (ABE). Instituição que nas décadas de 1920 e de 1930 organizou debates e conferências para tratar do campo educacional brasileiro. (FREIRE FILHO, 2002). A ABE, inicialmente, conseguiu reunir intelectuais católicos e liberais. Conforme Dermeval Saviani:

A concepção humanista moderna de filosofia da educação ganhou impulso no Brasil especialmente a partir da criação da ABE [...], por iniciativa de Heitor Lyra, que evidentemente, pensou em uma entidade ampla, capaz de congrega todas as pessoas, de várias tendências, em torno da bandeira da educação. (SAVIANI, 2013, p. 177).

Campos (2010) afirma que: “A ABE congregou nos anos 1920 na sua grande maioria os intelectuais católicos, pois grande parte dos pensadores que se denominava de renovadores participava de conferências nacionais, mas não chegou

a integrar aquela instituição”. (p. 109). Porém, em 1932, o grupo católico acabou abandonando a ABE, devido à exaltação dos ideais da Escola Nova conforme a apropriação apresentada pelos intelectuais liberais, no Manifesto dos Pioneiros. Vale destacar que a imprensa, à época, noticiou que o documento era apoiado pela ABE. (CARVALHO, 1988). Em resposta, ocorreu a criação da Confederação Católica Brasileira de Educação (CCBE), no ano de 1933, instituição formada pelos intelectuais católicos que deixaram a ABE.

No campo educacional da década de 1930 os principais adversários da Igreja no quesito hegemonia, avançavam com a propagação de uma nova concepção educacional, que era defendida pelos educadores liberais também conhecidos como Pioneiros da Escola Nova. Em 1931 foi decretada a permissão do ensino religioso nas escolas públicas, mas a Igreja queria mais que isso, visando que o Estado fosse contra o ensino neutro e a favor de um ensino confessional e católico. Entretanto, posições importantes ocupadas junto à burocracia estatal por alguns líderes da Escola Nova, criavam obstáculo à concretização de tal pretensão. Interessante destacar que, nesse momento, foi reservado espaço na revista **A Ordem**, por meio de uma seção, para que fosse enfatizada a importância e o papel da Igreja na educação dos povos e na formação das nacionalidades. (SCHWARTZMAN et al, 2000).

De modo amplo, é correto afirmar que a luta da Igreja Católica era também em favor da conservação de um *habitus* católico entre a população, algo intimamente ligado ao processo de socialização secundário concretizado nas instituições de ensino, conforme sentido concebido por Pierre Bourdieu:

[...] *habitus*, essa disposição regrada para gerar condutas regradas e regulares, à margem de qualquer referência a regras; e nas sociedades onde o trabalho de codificação não é muito avançado, o *habitus* é o princípio de maior parte das práticas. (BOURDIEU, 2004a, p. 84, grifo do autor).

O *habitus* pode nortear práticas e comportamentos sendo capaz de incorporar convenções sociais, acabando por produzir regularidades nos agentes, como corolário de diferentes aspectos de sua posição no espaço social. Quanto menos estão evidentes as regras, mais passível das práticas serem estruturadas e direcionadas pelo *habitus*: “Isso sobretudo nas sociedades em que há muito poucas coisas codificadas; de modo que, para saber o que as pessoas fazem é preciso supor que elas obedecem a uma espécie de ‘sentido do jogo’” (BOURDIEU, 2004a, p. 96). Assim,

a classe social e o campo em que um agente está inserido, tornam-se decisivos na composição de seu *habitus*, por esse motivo agentes que compartilham classe e campo sociais costumam ter em comum certas práticas e preferências.

O conceito de *habitus* pode ser relacionado, dessa forma, à reprodução da estrutura social, vale enfatizar que Bourdieu emprega esse conceito para como [...] a ponte, a mediação, entre as dimensões objetiva e subjetiva do mundo social, ou simplesmente entre a estrutura e a prática”. (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2009, p. 24). Essa relação entre o que é objetivo e subjetivo ocorre de maneira dialética, o *habitus* se efetiva como um conceito de mediação entre o individual e o coletivo.

O autor insiste que o *habitus* seria fruto da incorporação da estrutura social e da posição social de origem interior do próprio sujeito. Essa estrutura incorporada seria colocada em ação, no entanto, ou seja, passaria a estruturar as ações e representações dos sujeitos, em situações que diferem, em alguma medida, das situações nas quais o *habitus* foi formado. (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2009, p. 25, grifo dos autores).

Ao considerarmos a perspectiva sociológica cunhada por Bourdieu, fica evidente que a perpetuação do *habitus* católico era crucial para a influência da Igreja no campo educacional brasileiro como um todo, assim seria possível que fossem reproduzidas estruturas tal como eram constituídas a partir dos valores do catolicismo, difundindo-as como um *habitus* a ser incorporado na formação dos estudantes.

É preciso articular os movimentos de luta no campo educacional da década de 1930 com a circunstância particular criada pelo golpe que deu início à Era Vargas, um governo inicialmente de composição, no qual os ministérios e os cargos foram “loteados” entre representantes de diferentes setores sociais, a fim de acomodar conflitos e garantir alguma estabilidade ao governo provisório. A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, comandado por Francisco Campos, foi um marco decisivo para o campo educacional. Conforme Favero e Britto (2002, p. 385), Francisco Campos: “Como Ministro da Educação e Saúde Pública (1930-1932), atuou intensamente para ampliar as bases do novo regime, intervindo no debate político e educacional do momento, recrutando apoios, cooptando forças, mediando interesses [...]”. O fato de tal intelectual ser ligado ao ideário escolanovista implicou em algum tensionamento, entretanto, ao longo do governo de Vargas, o referido ministério acabou por acolher grande número de militantes católicos. A influência de Alceu

Amoroso Lima foi marcante na composição e na direção dadas às políticas educacionais para o país.

O início da década de 1930 se caracterizou pelo acirramento das disputas pelo poder de interferir nos rumos da educação pública, o apoio da Igreja a Vargas após o mesmo tomar o governo pode ser interpretado nesse sentido. Entretanto, num primeiro momento vale se considerar que Vargas não tinha grande interesse na religião e em sua ligação com o Estado, conforme discutido por Bruneau:

O próprio Vargas era um agnóstico confesso, sem nenhum interesse na religião, como o eram todos que faziam parte da sua 'entourage' imediata. Era, entretanto, grande amigo pessoal de D. Leme. Essa amizade começou quando o movimento revolucionário de Vargas veio do Rio Grande do Sul para o Norte, para o Rio, e o presidente, Washington Luís, se recusou a abdicar. Na tentativa de evitar a violência [...] a junta militar representante de Vargas solicitou a Leme que falasse com o Presidente. D. Leme concordou, conseguiu convencer Washington Luís e desde então Vargas lhe ficou extremamente agradecido [...]. (BRUNEAU, 1974, p. 80-81).

A proximidade e boa relação pessoal de Getúlio Vargas, enquanto o líder do Estado, com D. Leme, enquanto liderança da Igreja, contribuiu para que os católicos conquistassem espaço junto à burocracia estatal, para além de conseguir influir em decisões governamentais que poderiam lhes trazer benefício. É correto afirmar que D. Leme, assim, conseguia fazer uso de seu capital social, a fim de alavancar os interesses da Igreja. Nogueira e Nogueira (2009) fazem menção a esse conceito elaborado por Pierre Bourdieu destacando o quanto as relações sociais estabelecidas pelos agentes, a partir de sua posição no espaço social, implicam em poder e capacidade de influir em diferentes campos. Conforme destacado por Schwartzman et al (2000), para além dessa relação pessoal entre as duas lideranças, a Igreja buscava seu espaço no novo regime, por meio da mediação do ministro Francisco Campos. Assim, em diferentes frentes de ação, os católicos avançaram muito em relação ao alcance que tinham na Primeira República.

Nesse sentido, é importante registrar que no contexto educacional já a década de 1920 havia sido de extrema relevância, especialmente, em razão das reformas do ensino implementadas em diferentes estados, tais como: São Paulo (1920), Ceará (1922), Bahia (1928), Minas Gerais (1927-28), Pernambuco (1928), Paraná (1927-28), Rio Grande do Norte (1925-1928) e Distrito Federal (1922 e 1926) – todas foram associadas a educadores liberais. (BOMENY, 2003). A publicação do **Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova**, em 1932, em grande medida foi um desdobramento

lógico de tais reformas. Assinado por 26 educadores, entre eles, Lourenço Filho, Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, o documento visava uma reconstrução educacional para o país, por meio de uma escola laica, gratuita e para todos, bem como por meio da elaboração de um Plano Nacional de Educação. “Ao exigir o ensino laico – pois a religião é vista como manifestação obscurantista –, o manifesto provoca, inevitavelmente, a reação das lideranças católicas”. (BANDEIRA, 2000, p. 96).

O movimento dos pioneiros considerava que os novos modos de vida em sociedade, decorrentes em grande parte dos avanços científicos e tecnológicos, demandavam por uma nova forma de ensino e de formação. A renovação, nesse sentido, era entendida como algo fundamental, tanto no que diz respeito a uma ampla reorganização institucional do campo educacional, quanto à inovação nos métodos de ensino, pois não acreditavam na eficácia do método pedagógico tradicional naquele momento histórico. (CURY, 1988). Conforme destacado por Dermeval Saviani:

O ‘Manifesto’ apresenta-se, pois, como um instrumento político, como é próprio, aliás, desse ‘gênero literário’. Expressa a posição do grupo que se aglutinou na década de 1920 e que vislumbrou na Revolução de 1930 a oportunidade de vir a exercer o controle da educação no país. (SAVIANI, 2013, p. 254).

Dentre o grupo de educadores que compunham o movimento da Escola Nova é imprescindível destacar três intelectuais. Lourenço Filho (1897-1970): que desempenhou papel fundamental em todo o processo de desenvolvimento, mobilização e divulgação de tais ideias pedagógicas no Brasil. Fernando de Azevedo (1894-1974): responsável pela promoção da reforma de instrução pública, sendo posteriormente o presidente da ABE, tendo também construído contribuições teóricas importantes no âmbito da aplicação da Psicologia, no ensino escolanovista. Anísio Teixeira (1900-1971): bastante influenciado pela obra de John Dewey, de quem foi aluno nos Estados Unidos, foi um dos pilares da apropriação das teorias escolanovistas no país. (SAVIANI, 2013).

A relevância desses intelectuais deu credibilidade e alcance social ao **Manifesto do Pioneiros**. De acordo com Alípio Casali:

Em 1932, o acirramento dos conflitos ideológicos do grupo católico com as forças liberais em expansão (sobretudo no campo educacional) forçou uma explicitação ainda maior das estratégias de Restauração Católica e pressionou os mesmos católicos a atitudes mais aguerridas e combativas em seu movimento. (CASALI, 1995, p. 128).

É interessante analisar tal embate sob uma perspectiva construtiva para o âmbito educacional, visto que as ações das partes acabavam por colocar em movimento, em debate, aspectos bastante enraizados historicamente. Nesse sentido, Walter Praxedes afirma que: “[...] essa disputa entre católicos e os educadores de orientação laica representa para a história da educação brasileira um momento de amadurecimento do campo educacional no país [...]”. (PRAXEDES, 1997, p. 24). Embora uma análise distanciada possa nos oferecer essa válida perspectiva, o que se verificava no cotidiano dos jornais e conferências muitas vezes era uma disputa beligerante. Conforme a avaliação de Magaldi e Neves (2007, p. 3):

Na visão de lideranças católicas, os saberes científicos somente comporiam um elemento valioso na formação do professor, se assimilados em sintonia com os valores cristãos, a espiritualidade, a dimensão metafísica. Contra um sentido de ‘materialismo’ excessivo observado na concepção dos educadores renovadores, os católicos apresentavam sua visão de magistério – apoiada, por sua vez, na própria concepção de ‘educação integral’, sobre a qual duelavam com os ‘escolanovistas’, - integrando ciência e fé, razão e espiritualidade.

Frente a essa circunstância, a Igreja trabalhou intensamente em favor de difundir socialmente a importância da educação pautada em valores religiosos, para buscar, junto ao Estado, subsídios e facilidades na expansão de suas instituições de ensino. “Os pioneiros confrontaram-se imediatamente com a proposta da Igreja de fortalecer a rede privada de escolas confessionais e de garantir a obrigatoriedade do ensino religioso em todo o sistema educacional”. (BOMENY, 2003, p.48). A presença do ensino religioso nas escolas oficiais, ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa informada pelos pais, mesmo que de modo facultativo, no texto da Constituição de 1934, foi uma grande derrota para os intelectuais liberais.

Ainda em 1934, houve importante mudança no Ministério da Educação e Saúde Pública, que passou a ser dirigido por Gustavo Capanema, intelectual que ficaria no cargo até o fim da era varguista, com a queda do Estado Novo, em 1945. Capanema buscou manter bom convívio com intelectuais de diferentes matizes, tentando se mostrar alheio às disputas ideológicas que rodeavam seu ministério. Em que pese isso, suas indicações para os cargos ministeriais foram um tanto controversas, por exemplo, em certo momento convidou Fernando de Azevedo para assumir a direção nacional de educação, ao mesmo tempo em que convidada Alceu Amoroso Lima –

um dos responsáveis por sua nomeação – para proferir conferências no prédio do Ministério. Nesse quadro, o líder católico se manifestou francamente contra a nomeação de Azevedo que, em sua avaliação, era uma verdadeira bandeira do escolanovismo e do liberalismo. Amoroso Lima sugeriu nomes do quadro católico, dentre eles, o padre Helder Câmara, entretanto, Capanema findou optando por Lourenço Filho para o cargo, o qual permaneceu pouco tempo. (FÁVERO; BRITTO, 2002).

De acordo com Schwartzman et al (2000) a posição do governo no que se referia a educação era difícil e complexa, uma vez que não podia ferir a Igreja, pois contava com ela para a transmissão de valores e ideias a nível nacional. Particularmente em virtude disso, a Igreja adquiriu uma posição privilegiada em relação ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Os pioneiros eram vistos naturalmente como liberais, e é fundamental considerar que “[...] os segmentos conservadores mais influentes da Igreja católica na década de 1930 viam no liberalismo individualista a mesma ameaça da desagregação que atribuíam ao comunismo”. (BOMENY, 2003, p. 51). Saviani (2015) aponta que conforme o movimento renovador ia avançando e concretizando conquistas, surgia uma tendência de renovação da pedagogia católica, e a aprovação da Constituição de 1934 demonstrou um equilíbrio de forças entre católicos e pioneiros.

Discursando a 26 de julho de 1936 na cerimônia com que se comemorou o restabelecimento do ensino religioso nas escolas públicas, Francisco Campos afirmava que esse ato do governo provisório havia quebrado a tradição agnóstica do regime republicano [...]. (MARTINS, 2010, p. 81).

A Confederação Católica Brasileira de Educação incentivava seus associados a adotar novidades pedagógicas – mesmo as escolanovistas – que fossem capazes de renovar suas práticas de ensino, entretanto, deixava claro o quanto os valores e a finalidade da educação católica não poderiam ser colocados em xeque. Alguns intelectuais católicos viram na carta encíclica sobre a Educação Cristã da Juventude, denominada *Divini Illius Magistri*, exarada em 1929 pelo Papa Pio XI, um meio de orientação para a resistência frente às ideias laicas e liberais que predominavam no campo educacional naquele momento. Pio XI (1929) afirmava que o Estado deveria respeitar o direito das famílias a uma educação cristã, efetivamente, sendo uma obrigação do Estado honrar o direito natural da Igreja em participar na formação de

seus membros. Nesses termos, para os católicos, a escola seria um ambiente de extensão da Igreja e da família.

Por conseguinte, é importante destacar que o grupo de educadores católicos da época não rejeitava totalmente as ideias da Escola Nova, a própria fundação da **Revista Brasileira de Pedagogia** expressava o propósito em encetar tal diálogo, com o devido respaldo da CCBE. A necessidade de se renovar a pedagogia católica, naquele contexto social de novas demandas, parecia ser evidente para grande parte da intelectualidade católica engajada no campo educacional. Como aponta Sgarbi:

[...] é neste diálogo, no interior da CCBE, com outros educadores, os chamados profissionais da educação, que se vai construindo progressivamente um escolanovismo próprio, um parto sem dúvida cheio de dificuldades, mas que fez nascer o que chamamos de 'Escolanovismo Católico'. (1997, p. 90).

Certamente houve uma polêmica educacional acirrada sob muitos aspectos entre católicos e liberais, particularmente no que diz respeito ao laicismo, entretanto, progressivamente, no que dizia respeito às teorias e aos métodos da Escola Nova, ocorreu uma particular apropriação realizada pelos intelectuais ligados à Igreja. Saviani (2015) registra que Alceu Amoroso Lima reconheceu a coerência da proposta da Escola Nova, que concebia a criança como centro no processo educacional, consentindo os novos métodos e afirmando que a pedagogia católica deveria empreender estudos acerca dos mesmos, dialogando com o que era produzido pela pedagogia moderna. Segundo Sgarbi, ao analisar a **Revista Brasileira de Pedagogia**, é possível verificar que:

[...] os católicos ligados ao movimento educacional de 1930 e organizados em torno das APCs e da CCBE não foram contrários aos princípios da Escola Nova como um todo, e chegaram mesmo a construir, a divulgar e a vivenciar, um escolanovismo próprio [...]. (SGARBI, 1997, p. 165-166).

Ao avaliarmos tal apropriação, colocando-a em perspectiva a partir do conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu, parece-nos adequado entender que a mesma acabava, também, por implicar em uma modificação – progressiva – do cotidiano de ensino nas instituições católicas. Ou seja, de certo modo inclinava o professorado católico a incorporar modificações em seu *habitus*, a considerar de modo amplo o processo de socialização e de trabalho no âmbito escolar. A apropriação do escolanovismo pode ser avaliada, portanto, como uma ação estratégica, a fim de encontrar novos meio e

instrumentos para disputar espaço no campo educacional. Para Bourdieu (2004a, p. 23) o *habitus* produz estratégias que:

[...] embora não sejam produto de uma aspiração consciente de fins explicitamente colocados a partir de um conhecimento adequado das condições objetivas, nem de uma determinação mecânica de causas, mostram-se objetivamente ajustadas à situação.

Fica claro o quanto as estratégias de renovação estavam ajustadas às demandas que o contexto apresentava e exigia da Igreja, a fim de concretizar suas ambições nos campos político, social e, especialmente, educacional. Carvalho afirma que as divergências estratégicas entre católicos e pioneiros “[...] não se restringiu ao modo como diferencialmente se apropriaram dos preceitos da pedagogia da Escola Nova. Nessas estratégias, é o próprio campo que é diferencialmente constituído”. (CARVALHO, 2005, p. 89).

Michel de Certeau nos traz importantes contribuições para pensar o conceito de estratégia, conforme por ele definido uma estratégia considera o poder que um sujeito possuiu e que pode usar, de maneira a conceber um modo de agir sobre os demais. Em suas palavras, a estratégia seria:

[...] o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ‘ambiente’. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. (CERTEAU, 1994, p.46).

Sob esse viés de entendimento, não há dúvida acerca do quanto as estratégias da Igreja foram intensas por todo a Era Vargas. Entretanto, cabe destacar um retrocesso marcante nesse período, a saber, o ocorrido com a Constituição de 1937, concebida após o regime do Estado Novo ser instaurado por Getúlio Vargas. Nela ficava instituído que o ensino religioso poderia ser abordado como matéria de curso das escolas primárias, mas não poderia ser considerado como obrigação por parte dos professores, tampouco de frequência obrigatória pelos alunos. (BOMENY, 2003). Em suma, ao considerarmos a delimitação de nosso objeto de estudo, aspectos de três constituições foram influenciadas pelas estratégias de luta da Igreja: 1891, 1934 e 1937.

No tocante ao ano de 1937 cabe ressaltar os elementos políticos importantes que foram verdadeiro divisor de águas no cenário nacional: “Vargas, em 10 de

novembro de 1937, com o apoio do chefe do estado maior do Exército, general Góis Monteiro, e do ministro da Guerra [...], ordena o fechamento do Congresso, cancela as eleições e dá o golpe político que fundou o Estado Novo”. (PILLETI; PRAXEDES, 1997, p. 136). Dom Leme não se manifestou como contrário ao golpe, pois, nesse momento, a Igreja Católica no Brasil via a ditadura de Vargas como algo menos nocivo que as ideias comunistas, compreendidas pelo clero como uma ameaça real ao país. Horta (2012) ressalta que desde o começo do Estado Novo os discursos presidenciais evidenciavam a manipulação da escola como aparelho ideológico, ficando nítido a intenção de Vargas em utilizar a doutrina do Estado Novo para dirigir a educação nacional. Em 1942 foram criados programas para o ensino religioso no curso secundário pela Arquidiocese do Rio de Janeiro, com o intuito de formar cristãos apresentando a posição da Igreja frente aos problemas políticos, econômicos, científicos, sociais e religiosos. Era o início de um dissenso efetivo entre a Igreja e o governo de Getúlio Vargas.

É importante considerar como um marco, no ano de 1942, a morte de do grande líder católico Dom Sebastião Leme: “[...] no dia 17 de outubro de 1942, às vésperas do Congresso Eucarístico de São Paulo”. (BANDEIRA, 2000, p. 58). O mentor da Ação Católica Brasileira falecia, sendo substituído por Dom Jaime de Barros Câmara, fato que abalou o modo de organização da Igreja e seu poder de ação, pois: “A personalidade fechada e o retraimento político de dom Jaime tornaram acéfalo o episcopado nacional e a atuação eclesiástica sofreu um processo de fragmentação pelas Dioceses, o que diminuiu em muito a capacidade de influência política da Igreja no Brasil”. (PILLETI; PRAXEDES, 1997, p. 159).

A queda de Vargas em janeiro de 1946, trouxe para o campo educacional um recomeço do debate no concernente às obrigações do Estado para com a escola pública, discussão que havia ficado impossibilitada pela ditadura implementada durante o período do Estado Novo. (PRAXEDES, 1997). “O fim do Estado Novo e a nova Constituição de 1946 abriram espaço para a retomada do debate sobre filosofia e política educacionais”. (BANDEIRA 2000, p. 357). O foco nesse momento foi direcionado para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, proposta que teve início na década de 1930, com as ideias do **Manifesto dos Pioneiros**. (BANDEIRA, 2000). Seria o início de um longo debate, pois a mesma foi sancionada apenas em 1961, tendo ficado desde 1948 no Congresso Nacional.

Bomeny (2003) registra que os pioneiros continuaram ativos na década de 1950, publicando ainda, em 1959, outro documento – **Manifesto dos Educadores: mais uma vez convocados** – abordando a função social da educação e os deveres do Estado em relação ao ensino público. No mesmo período, a perspectiva moralista e triunfalista da Igreja perdeu força, e o ensino da religião passou a ser mais apologético. Se comparada com as décadas anteriores, a Igreja demonstrou uma tendência mais progressista, que acarretou no surgimento, inclusive, de uma esquerda católica no fim da década de 1950 – algo que mais tarde teria como desdobramento uma aliança entre setores da Igreja com as classes populares, marcadamente, a partir de 1964. (HORTA, 2012). Barros e Oliveira afirmam que:

Ao longo dos anos 50 houve uma nítida evolução nas relações entre Igreja-Estado no Brasil. Passou-se da linha, traçada no início da República, de autonomia, de respeito e simpatia mútua, e mesmo da linha mais atualizada, na formulação dada pelo Cardeal Leme, de cooperação estreita em questões vitais para a Igreja em termos de fé, moral e educação, para abranger também uma cooperação mais estreita em termos de justiça social [...]. (BARROS; OLIVEIRA 2000, p. 31).

Praxedes (1997, p. 30) assegura que: “É nesse contexto de renovação da concepção dos católicos sobre a missão temporal da Igreja, onde emerge uma nova maneira de encarar a relação entre fé e justiça social”. Dessa forma, a ação social da Igreja, nas décadas de 1950 e de 1960, afastou-se das classes médias para estar mais vinculada às classes populares, modificação cuja grande expressão se concretizou por meio do Movimento de Educação de Base (MEB):

Através do MEB, uma parcela dos católicos, desenvolveram formas inéditas de pedagogia direcionadas às camadas populares objetivando a alfabetização, conscientização e incentivo à atuação política por transformações substantivas na sociedade brasileira de então. (PRAXEDES, 1997, p. 31).

Com isso, evidenciou-se o novo rumo tomado pela Igreja após a década de 1950, o qual constituiu uma Igreja popular e renovada. Tal característica não impedia que os católicos continuassem lutando por subvenções junto ao Estado: “A influência através da educação foi aparentemente alcançada pela Igreja através da Lei de 1961, na qual o Estado continuaria a providenciar recursos para as escolas”. (BRUNEAU, 1974, p. 134). O novo modelo de organização e de ação social da Igreja, após 1950 e 1960, levou muitos membros do clero e do laicato a se preocuparem e se envolverem,

por exemplo, com questões ligadas aos direitos humanos e ao combate de injustiças sociais. Para tanto, contou com intelectuais que se envolveram e lutaram pela construção de uma Igreja popular – em oposição a quadros que permaneceram elitistas – voltada para os pobres e para ações de enfrentamento à desigualdade social.

CAPÍTULO 2

Trajetória intelectual de Helder Câmara

Neste capítulo será abordada a trajetória intelectual do padre Helder Câmara (figura 1), contemplando-se sua origem familiar, sua formação acadêmica, a constituição de seu *habitus* católico e sua articulação com diferentes instituições ligadas à Igreja. É importante considerar que: “Sua vida religiosa, desde sua ordenação em 1922, em Fortaleza, [...] foi caracterizada pelo aspecto polêmico de sua postura política e religiosa, diante da realidade de cada época”. (CONDINI, 2004, p.12). Levando em conta essa característica, analisamos a ligação de Câmara com o movimento integralista na década de 1930, bem como sua transição para se tornar, com o passar dos anos, um importante defensor dos direitos humanos no Brasil e, mesmo, um militante de esquerda. Face a transformação exposta, destaca-se o papel de Helder Câmara na construção de uma Igreja Católica popular no país.

Conforme a perspectiva de Bourdieu (2011b), ao se analisar uma trajetória intelectual faz-se necessário levar em consideração o campo em que o mesmo estava inserido, as instituições na qual tomou parte e seu *habitus* incorporado. Mais do que uma biografia isolada, a história de uma vida intelectual significa: “[...] um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma intenção subjetiva, de um projeto”. (BOURDIEU, 2011b, p. 74). Nesses termos, na presente dissertação, mais do que a vida de um agente social, buscamos investigar como um intelectual católico se articulou a um projeto cultural e político e, dotado de autonomia relativa, atuou de modo estratégico a fim de promover valores e defender interesses.

Dessa forma, tomar a trajetória intelectual de Câmara como objeto de pesquisa, a fim de proceder uma análise a partir de conceitos de Pierre Bourdieu, implica em que no decorrer da investigação sejam considerados aspectos como: o campo, seu funcionamento e práticas; e o *habitus* e suas estratégias de perpetuação, pois podemos: “[...] encontrar no *habitus* o princípio ativo, irreduzível às percepções passivas, de unificação das práticas e representações”. (BOURDIEU, 2011, p. 77, grifo do autor). Nesses termos, nossa análise busca discutir o papel político de Helder Câmara, enquanto intelectual produtor e difusor de valores culturais, de modo a dar

visibilidade à dinâmica da modificação de seu *habitus*, nos termos de suas práticas e representações, ao longo da trajetória contemplada. Conforme Bourdieu:

[...] a noção de *habitus* tem várias propriedades. Ela é importante para lembrar que os agentes têm uma história, que são produtos de uma história individual, de uma educação associada a determinado meio, além de serem produto de uma história coletiva e que em particular as categorias do pensamento, as categorias de juízo, os esquemas de percepção, os sistemas de valores, etc., são o produto de incorporação das estruturas sociais. (BOURDIEU, 2017, p. 58, grifo do autor)

Logo, o uso do conceito de *habitus* para a composição de uma história intelectual, com o viés de análise a partir de Bourdieu, contempla a particularidade da vida do agente e a estrutura social na qual esteve inserido, promovendo uma discussão de caráter amplo, capaz de contemplar tanto aspectos objetivos quanto subjetivos.

Figura 1: Helder Câmara em 1931.



Fonte: NETA (2018).

2.1 Origem familiar e formação no sacerdócio

Helder Pessoa Câmara nasceu dia 7 de fevereiro de 1909, na cidade de Fortaleza, Ceará. Era o décimo primeiro filho do casal: João Eduardo Torres Câmara Filho, guarda-livros em uma casa comercial; e Adelaide Rodrigues Pessoa, professora de primeiras letras. Câmara foi batizado em março de 1909 na capela da Santa Casa de Misericórdia, tendo como padrinhos sua tia Diva Pamplona e Mauricio Gracho Cardoso, então vice-governador do estado. O pai de Câmara tinha convicções maçônicas, mas a educação de seus filhos, as práticas familiares e os batismos seguiam a tradição católica por influência em razão da esposa Adelaide (PILETTI; PRAXEDES, 1997).

Embora o pai de Câmara não fosse católico, sua família incorporou, a partir de suas vivências e práticas cotidianas, um *habitus* católico. Bourdieu (2011b) considera o *habitus* como um conjunto de: “[...] disposições adquiridas que fazem com que a ação possa e deva ser interpretada como orientada em direção a tal ou qual fim, sem que se possa, entretanto, dizer que ela tenha por princípio a busca consciente desse objetivo”. (BOURDIEU, 2011b, p. 164). Nesses termos, a família Câmara cotidianamente exerceu atitudes e práticas típicas da religião católica, criando assim uma socialização primária para o filho Helder a partir da qual constituiu, também, um *habitus* católico, em seu caso bastante enraizado, visto sua opção pelo sacerdócio.

A mãe de Helder Câmara era professora primária. Ela recebia seus alunos na casa da família, porque à época o Estado não conseguia arcar com os gastos de todos os prédios escolares. Por esse motivo casas privadas eram alugadas, a fim de servir de espaço para escolas públicas. Assim, a mãe de Câmara recebia seu salário de professora, mais o pagamento de aluguel pela casa. (CÂMARA, 1979). Sobre sua mãe Hélder Câmara (1954) afirmou:

Quando, depois de partir e repartir pelos muitos filhos um pedaço de bolo ou uma fruta, nada sobrava para ela, não me continha e exigira que ela também se servisse. A simplicidade com que se esquecia de si, a discrição com que se apagava, a bondade com que se dividia ficaram como fundo musical no mais íntimo de mim mesmo. Ensinou-me com exemplos inesquecíveis, a ser incapaz de humilhar uma criatura humana. Foi mais longe: despertou-me para a convicção de que é impossível ao homem julgar seus irmãos. Ensinou-me, sem palavras, com a vida, a não acreditar em acaso, mas a descobrir em tudo e sempre, nos grandes acontecimentos e nos meúdos pormenores, a vontade amável da Providência Divina. De certo modo, foi ela quem escolheu meu lema de bispo: *In manus tuas*. (CÂMARA, 1954, p. 14).

A citação dá evidência ao fato de que a mãe desempenhou papel modelar na vida de Helder Câmara. Outro aspecto relevante de seu núcleo familiar se refere ao tio paterno Carlos Câmara, do qual recebeu importantes influências relativas a seus gostos em relação às artes, tais como o teatro e a música. (ARAÚJO, 2012). Helder Câmara estruturou seu *habitus* primário, designadamente no que diz respeito aos estudos e às artes, sob influência marcante da mãe e do tio, a atividade e formação de ambos foi marcante nesse sentido. Conforme destacado por Bourdieu:

[...] a propensão das famílias e das crianças para investir na educação (que constitui por si só um dos fatores importantes do êxito escolar) depende do grau em que dependem do sistema de ensino para a reprodução de seu patrimônio e de sua posição social, bem como das oportunidades de sucesso prometidas a tais investimentos em função do volume de capital cultural que possuem. Esses dois conjuntos de fatores se sobrepõem a fim de determinar as diferenças consideráveis nas atitudes com relação à escola e ao êxito escolar (por exemplo, as que separam o filho de professor do filho de operário, ou então, o filho de professor primário do filho do pequeno comerciante). (BOURDIEU, 2001, p. 264).

É possível assim perceber o quanto Câmara foi constituindo seu capital cultural e sua rotina de estudos por influência familiar, estabelecendo contato com livros cuja contribuição mais tarde se mostraria efetiva a considerar sua facilidade em aprender, em ler, em escrever e em externalizar suas opiniões com desenvoltura. É imprescindível considerar o quanto sua mãe foi importante, de fato crucial, como impulso inicial na construção de sua trajetória intelectual.

Para Helder sua mãe não foi somente sua primeira professora, que lhe ensinou a ler e a escrever. Foi sua mestra nas lições de vida, sua confidente em seus momentos de dificuldades, sua incentivadora na realização de seus sonhos. Sua mãe destaca-se como presença efetiva e afetiva em sua vida. (ARAÚJO, 2012, p. 35).

No seio de sua família Câmara recebeu uma formação humana e cristã, tendo uma educação pautada no diálogo, longe de violências físicas. (FUITEM, 2019). Ele foi uma criança tímida, calma e reservada, desde pequeno gostava de observar a função dos padres nas missas e adorava brincar de imitá-los. Afirmava já pequeno que quando crescesse seria padre, sua mãe sonhava e incentivava seu desejo. Do mesmo modo seu pai, que de início questionava se o menino Helder compreendia o que de fato era ser padre, entretanto, após perceber que era isso mesmo que ele

queria, deu-lhe apoio e pensou em possibilidades para ajudá-lo a entrar no Seminário. (RAMPON, 2013).

Quando tinha apenas 14 anos Câmara ingressou no Seminário Diocesano de Fortaleza, onde ficou conhecido por sua simpatia e alegria. Vale destacar que seu desempenho acadêmico foi um dos melhores, inclusive, levando-o a receber prêmios, especialmente nas disciplinas de literatura: brasileira, portuguesa e francesa. Sua facilidade para falar em público foi valorizada, dessa forma acabou se tornando uma espécie de porta-voz dos seminaristas. (NETA, 2018). Ao avaliarmos esse quadro favorável, não podemos deixar de considerar que: “[...] a base intelectual recebida em sua família e na escola particular o favoreceu em sua vida no seminário. Visando sua preparação para entrar no seminário, os pais o colocam em uma escola particular”. (ARAÚJO, 2012, p. 36-37). Tal fato reforça o defendido por Bourdieu e Passeron (2008), quando afirmam a importância e a repercussão do *habitus* primário na vida do agente, visto que, na medida do que foi incorporado, torna-se mais capaz de transitar em diferentes campos, de modo a se posicionar com mais facilidade no espaço social.

Para além de sua rica socialização primária, Câmara desfrutou de esmerada formação nas instituições de ensino que frequentou, constituindo assim, de modo secundário, um *habitus* que lhe seria muito favorável no desdobramento de sua trajetória. Nesse sentido, destacam-se:

Os anos vividos no Seminário Diocesano de Fortaleza, conhecido como ‘Seminário da Prainha’, dirigido com rigor, desde sua fundação, em 1864, pelos padres holandeses lazaristas, da Congregação de São Vicente de Paulo, deixaram marcas profundas na formação intelectual e espiritual do futuro padre Helder. (FILHO, 2012, p. 32).

De acordo com Piletti e Praxedes (1997) naquele período as escolas públicas eram escassas, o que tornava comum a entrada de meninos no seminário em busca de estudo, por esse motivo era pequena a quantidade de meninos que de fato se ordenavam padres. Mas Câmara se diferenciava dos demais nesse aspecto, mostrando-se sempre convicto em relação a sua vocação.

Para ingressar no seminário era necessário que a família pagasse o valor anual de 450 mil réis, dividido em três vezes. Além do pagamento de uma matrícula e de 15 mil réis anualmente, montante destinado para arcar com o consumo de luz. Ficavam por conta da família as despesas referentes à lavagem de roupas, aos livros, aos remédios, entre outros. Como o pai de Câmara já pagava as despesas de seus irmãos,

acabou por conseguir uma redução de 50% no valor da pensão, e o restante ficou por conta das Vocações Sacerdotais da Diocese de Fortaleza. (PILETTI; PRAXEDES, 2008).

Câmara gostava de escrever poesias como forma de meditação, porém durante o seminário foi repreendido quanto a isso. As poesias eram vistas pelo padre Reitor do seminário como um perigo para sua vocação sacerdotal. Mesmo discordando dessa orientação, Helder Câmara acatou a mesma e não mais redigiu poesias até o final de sua formação no seminário. (RAMPON, 2013). Após sua ordenação retomou o hábito de escrever suas meditações em forma de poesia, e assinou cerca de sete mil meditações com o pseudônimo padre José. (NETA, 2018).

Conforme Neta (2018) nesse período de seminário Câmara passou a nutrir grande admiração por Dom Sebastião Leme, tanto no que dizia respeito à sua atuação no âmbito político ao realizar mediações em favor da Igreja, quanto ao que se referia a sua habilidade de comunicação e no trato com importantes intelectuais brasileiros – tais como, Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima. Por sua iniciativa trocou cartas com Amoroso Lima, ainda no período em que estava no seminário. Após a morte de Figueiredo: “[...] o seminarista Helder lhe escreveu uma carta lamentando a partida de Jackson e agradecendo a Deus pela chegada de seu ‘novo líder’”. (RAMPON, 2013, p. 41). Essa carta foi marcante para o início da amizade entre Alceu Amoroso Lima e Helder Câmara (figura 2).

Figura 2: Helder Câmara e Alceu Amoroso Lima.



Fonte: NETA (2018).

Essa amizade perdurou por muito tempo. Era frequente que Câmara recebesse indicações de leitura por parte de Amoroso Lima, as mesmas certamente influenciaram sua trajetória intelectual. Helder Câmara desde a época de seminarista era leitor da revista **A Ordem**, por esse meio:

[...] acompanhava os acontecimentos sociais e políticos de sua época [...]. Helder recebia a revista na casa de seus pais e a mãe a levava para o filho no seminário em ocasião da visita dominical. Por meio da leitura, ele mergulhava e sentia-se participante da realidade de seu tempo. (FUITEM, 2019, p. 20).

Tais leituras de Helder Câmara nesse período eram o meio pelo qual conseguia travar contato com os mais relevantes acontecimentos do campo político e do campo cultural. O conceito de campo, tal qual concebido por Pierre Bourdieu, é chave importante para discussões relativas a ação de intelectuais. Conforme o sociólogo francês, o campo é uma espécie de universo intermediário:

O universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas. A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias. (BOURDIEU, 2004b, p.20).

Em acordo com a teoria de Bourdieu, o termo espaço social é empregado quando está se fazendo menção à totalidade da estrutura social, enquanto o emprego do conceito campo social indica o referido microcosmo, dotado de particularidades que o diferenciam, de modo a tornar pertinente a subdivisão do espaço social em diversos campos.

Segundo Piletti e Praxedes (1997) Helder Câmara tinha o hábito de ler artigos de Jackson de Figueiredo e de Leonel Franca, intelectuais a partir de quais ideias embasava naquele momento sua visão de mundo, algo bastante comum entre os seminaristas. No que diz respeito ao ensino no seminário que frequentou, Seminário da Prainha, em Fortaleza, o enfoque da formação intelectual era voltado ao ensino de idiomas, de literatura e de humanidades, contrapondo-se ao enfoque em ciências naturais e em tecnologias. Outro aspecto relevante é o de que a formação era desvinculada da discussão de questões sociais, distanciando-se dessa maneira de uma formação mais combativa.

Em 1927, ainda com 18 anos, Helder Câmara foi encaminhado a passar suas férias visitando paróquias, com o intuito de conseguir assinaturas para o jornal da diocese: **O Nordeste**. O pároco Manuel Macedo deu a sugestão de que Câmara fosse solicitar o apoio e uma carta de recomendação assinada pelo padre Cícero. (RAMPON, 2013). O encontro com padre Cícero foi algo impactante em sua trajetória, pois Câmara sabia que certas publicações do jornal eram usadas: “[...] para atacar constantemente o padre Cícero, sem lhe dar qualquer chance de defesa”. (FILHO, 2012, p. 36). Mesmo assim, o padre não deixou de assinar o jornal, Câmara interpretou esse acontecimento como uma lição.

No ano de 1929, ainda no seminário, Helder Câmara ficou indignado ao tomar conhecimento que uma professora de psicologia, chamada Edith Braga, estava ensinando behaviorismo para os alunos, o que entendia ser caso de denúncia pública. Para levar a cabo sua intenção, ao assinar o artigo, usou pela primeira vez o pseudônimo Alceu da Silveira – homenagem e demonstração de admiração ao intelectual católico Alceu Amoroso Lima e ao poeta Tasso da Silveira. Essa publicação pode ser considerada polêmica, tendo em vista que os meios intelectuais da cidade passaram a comentar o assunto, e não demorou muito para que Câmara tivesse a devida resposta da professora. Ele a replicou na tentativa de combater os erros que via nas ideias behavioristas. Tal fato gerou problemas para Câmara, pois os artigos não foram bem vistos pelo vigário-geral, cunhado de Edith, que, após tomar ciência do caso, deu ordem para que não fosse publicado mais nada sobre esse assunto. Frente ao episódio Helder Câmara cogitou deixar o seminário, porém ao aprofundar sua reflexão optou por se ausentar da polêmica, com o apoio de seus colegas seminaristas. (PILETTI; PRAXEDES, 1997).

Em 1931, aos 22 anos, foi ordenado sacerdote. Devido à pouca idade precisou de uma permissão do Vaticano. Exerceu sua vida sacerdotal com a orientação do arcebispo da capital do Ceará, Dom Manoel da Silva Gomes. Nesse período se dedicou à defesa educação católica, fazendo-se presente em variados meios de comunicação social. (BARROS; OLIVEIRA, 2000). No que diz respeito, particularmente, à produção escrita, Câmara escrevia artigos para criticar os ideais da educação laica – que ganhavam corpo na educação brasileira.

Os colegas de Helder Câmara no seminário foram alocados em paróquias do interior, mas ele foi designado para acompanhar os círculos operários, criados pelo padre Guilherme Waessen, em Fortaleza. Esse fato tornou possível que Câmara fosse

morar com a família. A ele ficou incumbida a tarefa de organizar uma capela, que mais tarde viria a se tornar uma paróquia. (FUIITEM, 2019). Após sua ordenação foi convidado para compor a equipe dedicada à formação dos futuros seminaristas, auxiliando na escolha dos livros que seriam utilizados. Ao sair do seminário o padre Câmara:

[...] tinha uma cabeça muito lógica, cartesiana, silogística, mas o povo não pensava desse modo. No curso de Filosofia, os seminaristas estudavam basicamente Escolástica e, na Teologia, dava-se destaque à história das heresias. (RAMPON, 2013, p.43).

Portanto, fica evidente o quanto o estilo de formação que recebeu no seminário foi algo que marcou a conformação e o rumo iniciais de sua trajetória intelectual, impactando decisivamente as características distintivas de suas primeiras ações como intelectual – padre recém ordenado. Nesse quadro é importante considerar que: “Helder contou em casa com certas condições educacionais que o tornaram apto a receber a cultura erudita e europeizante oferecida pelos padres lazaristas franceses e holandeses”. (PILETTI; PRAXEDES, 2008, p. 50). As discussões de Pierre Bourdieu relativas à constituição do capital cultural nos auxiliam a compreender tal fato. Conforme destacado por Patrice Bonnewitz, o capital cultural, nos termos apresentados por Bourdieu, corresponde “[...] ao conjunto das qualificações intelectuais produzidas pelo sistema escolar ou transmitidas pela família”. (BONNEWITZ, 2003, p. 53). No caso de Helder Câmara o volume de seu capital cultural era destacado, quando comparado aos demais colegas padres, incorporado sob a forma de um *habitus*, moldado tanto nas relações familiares quanto nas escolares.

2.2. Década de 1930 e o campo educacional

No ano de 1933, mediante articulação com seu arcebispo, Helder Câmara fundou “[...] o Movimento da Sindicalização Operária Feminina [...] com o intuito de promover a sindicalização das mulheres. Até então, eram aceitos só os sindicatos masculinos”. (FUIITEM, 2019, p. 22). Câmara estava preocupado com a alfabetização das mulheres, entretanto, essa ação não foi bem vista pelos integrantes da elite, o padre foi criticado em termos agressivos, acusado de colocar “as empregadas contra

as patroas”, fomentando greves. A ação reacionária das elites acabou por colocar fim ao movimento de sindicalização feminina, em que pese isso, houve resistência com a manutenção e o surgimento de novas escolas voltadas à alfabetização de mulheres. (RAMPON, 2013).

Em 1934 ocorreu a sexta Conferência Nacional de Educação, em Fortaleza, evento a partir do qual Helder Câmara passou a ser mais conhecido nacionalmente, especialmente, devido à sua publicação acerca da educação progressiva, nas páginas da revista **A Ordem**, como uma resposta ao livro de Anísio Teixeira. A partir da conjugação desses dois acontecimentos, Câmara foi reconhecido como uma nova liderança intelectual da Igreja. (PILETTI; PRAXEDES, 1997). Como parte da implementação de suas ações em defesa do catolicismo, Câmara aproximou-se de:

[...] muitos políticos e pessoas influentes na vida do nosso país, sobretudo antes do regime militar. Ele garantia a presença pública da Igreja na sociedade brasileira, nas várias esferas da atividade humana: econômica, política e social. (ROCHA, 1999, p. 40).

A partir desse registro, é possível considerar o quanto Helder Câmara travou relacionamento com pessoas conhecidas e influentes da época, e como progressivamente aumentou sua rede de sociabilidade. Barros (2022, p. 63) afirma, mesmo, que o padre Câmara: “[...] tornou-se conhecido por ser alguém de grandes atividades e imensa rede de relações”. (BARROS, 2011, p. 63). Ao considerarmos esse viés de interpretação, Sirinelli nos traz contribuições para produção de sentido, pois:

[...] a sociabilidade também pode ser entendida de outra maneira, na qual também se interpenetram o afetivo e o ideológico. As ‘redes’ secretam, na verdade, microclimas à sombra das quais a atividade e o comportamento dos intelectuais envolvidos frequentemente apresentam traços específicos. E assim entendida, a palavra sociabilidade reveste-se portanto de uma dupla acepção, ao mesmo tempo ‘redes’ que estruturam e ‘microclima’ que caracteriza um microcosmo intelectual particular. (SIRINELLI, 2003, p. 252-253).

Assim, ao construir sua rede de sociabilidade, Helder Câmara, para além de se servir dos benefícios da mesma, era impactado pelo viés dos valores e das ações de sua rede de relações. Sirinelli (2003) registra que nas relações estruturadas em redes, ocorrem trocas que se referem ao microcosmo do grupo, e elas são capazes de traçar afetividades entre os intelectuais, construindo uma espécie de sensibilidade que faz

com que todos sejam de algum modo matizados pela marca do grupo. Nesses termos é que precisamos considerar o quanto as redes de sociabilidade de Helder Câmara foram decisivas na construção de sua trajetória singular.

De acordo com Araújo (2012), entre os anos de 1931 e 1935, Câmara se dedicou à organização da JOC (Juventude Operária Católica). Praxedes (1997) complementa tal informação ao assinalar que foi por meio da JOC que Câmara fortaleceu sua ligação e sua atuação no campo educacional, fundando diversas escolas para atendimento às crianças carentes de Fortaleza. Esse trabalho consistia no empréstimo de prédios escolares pertencentes ao governo, e o posterior contato com jovens que cursavam o ginásio, a fim de que os mesmos fizessem trabalho voluntário ensinando as crianças. Ainda nesse período, foi assistente eclesiástico da Liga Eleitoral Católica, além de professor de psicologia, de religião e de filosofia. Como militante católico engajado, defendia que as reformas educacionais deviam ocorrer de acordo com a perspectiva da Igreja, nesse sentido atuava por meio da escrita de artigos em periódicos, enfatizando esse aspecto.

Na eleição de 1934 Francisco de Menezes Pimentel foi eleito governador do Ceará – com o apoio da Igreja. Nesse quadro, Helder Câmara foi convidado por Pimentel para ser o diretor de Instrução Pública do Estado, cargo equivalente à função de secretário de educação do estado. O sacerdote aceitou o convite, mas com a condição recebida de seu arcebispo, qual fosse a de que, enquanto diretor, não tivesse intervenção política partidária. (FUIITEM, 2019). Ao tomar posse do cargo, Câmara passou a trabalhar no seio do tecido burocrático, em favor dos interesses da Igreja. Primeiramente, intercedendo para que o governador assinasse o decreto que regulamentava o ensino religioso facultativo nas escolas públicas; em seguida, promovendo um ato em favor da Igreja, devidamente patrocinado pela Direção de Instrução Pública, com vistas à realização do II Congresso Católico Regional de Educação, no interior do Ceará. (PILETTI; PRAXEDES, 1997).

Focado em seus objetivos, durante os meses de sua gestão Câmara desempenhou bem seu cargo, atingindo resultados expressivos. Fato que causou mal-estar entre os demais secretários e, até mesmo, no então governador. Tal circunstância criou um clima difícil para o trabalho de Câmara, passando a ter que enfrentar pressão e dificuldades para dar seguimento em sua atuação, até que, no final de 1935, em razão de sua ligação com o integralismo, com apenas cinco meses à frente da Direção de Instrução Pública, acabou por pedir demissão. (FUIITEM, 2019).

O trabalho burocrático não o aprazia, mas foi executado de maneira exitosa. O cargo lhe rendeu muito prestígio no Estado, o tornou ainda mais conhecido e procurado. Esses anos vividos no Ceará sugerem pistas iniciais para conhecermos melhor o intelectual Helder Câmara. A meteórica carreira na educação que o fez secretário de educação aos 26 anos, inicia um profissional dedicado e focado nas causas em que se envolvia. (NETA, 2018, p.30).

Sua passagem como secretário de governo no Ceará deixou claro o quanto Helder Câmara era comprometido com as causas educacionais, fato que efetivamente lhe conferiu prestígio em seu estado. Conforme destaca Neta (2018), o pedido de demissão do padre Câmara esteve ligado a uma polêmica com o governador Pimentel. Pilleti e Praxedes (1997) afirmam que o desentendimento entre os dois se deu após o episódio de uma manifestação integralista, realizada em saudação ao bispo, a qual foi violentamente reprimida pela polícia a partir da ordem do governador. Câmara se manifestou publicamente contra a atitude de Pimentel e, em sequência, pediu sua exoneração do cargo público.

No ano de 1936 o padre Câmara se mudou para o Rio de Janeiro, capital do país, local em que conheceu muitos intelectuais. Tal convivência implicou em importantes transformações no modo de conceber suas ações. Conforme Fávero e Britto (2002, p. 441): “Na capital da República, ocupou cargos em órgãos oficiais de educação, distinguindo-se nos meios religiosos e educacionais”. Nos primeiros meses de sua atuação no Rio de Janeiro assessorou Lourenço Filho, posteriormente, passou no concurso para o Instituto de Pesquisas Educacionais do Distrito Federal, assumindo a chefia da Sessão de Medidas e Programas. (NETA, 2018).

Essa nomeação implicou no aumento de seu capital social, nos termos do “[...] conjunto das relações sociais de que dispõe um indivíduo ou grupo. A detenção deste capital implica um trabalho de instauração e manutenção das relações, isto é, um trabalho de sociabilidade: convites recíprocos [...]”. (BONNEWITZ, 2003, p. 54). Sua rede de contatos foi significativamente ampliada, inclusive, com muitas pessoas interessadas tendo se aproximado dele, em razão do cargo de chefia que passou a ocupar. Do aumento de seu capital social, Helder Câmara fez especialmente combater em favor da Igreja.

Inicialmente, sua adaptação à vida no Rio de Janeiro se revelou difícil, a considerar as diferenças em relação a seus costumes no nordeste do país. Aos poucos a possibilidade de convivência com intelectuais católicos de renome nacional,

tais como Dom Sebastião Leme, Leonel Franca e Alceu Amoroso Lima, acabou sendo um fator que fez com que superasse as dificuldades iniciais. Ainda, nesse sentido, vale mencionar o trabalho com importantes educadores da época, tais como Lourenço Filho e Everardo Backheuser. (PILETTI; PRAXEDES, 2008). A considerar essa circunstância, vale ressaltar o apontado por Jean-François Sirinelli ao afirmar que: “Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver”. (SIRINELLI, 2003, p. 248). Tomando essa perspectiva em consideração, é possível entender que os intelectuais com que Helder Câmara convivia no Rio de Janeiro, possuíam valores e interesses em comum que os faziam tomar gosto por manter proximidade, certamente não de modo apenas desinteressado, pois com isso podiam alavancar, mutuamente, suas possibilidades de ação.

Em fevereiro de 1936, Helder Câmara se tornou redator-chefe da **Revista Brasileira de Pedagogia**, órgão oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação. Câmara contribuía regularmente com artigos para o periódico, desde sua fundação em 1934, entretanto, em razão de falta de verbas, e não por deliberação de seu editor, no ano de 1938 a revista saiu de circulação. (PRAXEDES, 1997).

Ainda em 1936, Helder Câmara foi nomeado, pelo arcebispo Dom Leme, diretor técnico de ensino religioso da Arquidiocese, com o objetivo modernizar aspectos do ensino de catequese, inclusive, de modo a incorporar métodos escolanovistas nessa prática de ensino. Dessa forma, colaborou para a renovação das práticas catequéticas, rompendo com os métodos de memorização e valorizando uma formação de cunho mais reflexivo, na formação pastoral em nível nacional. (ARAÚJO, 2012). Como desdobramento dessa atividade, ainda em 1936, criou a **Revista Catequética** e, ainda, em razão de seu cargo de assistente geral da Ação católica, fundou a **Revista do Assistente Eclesiástico**. (BARROS; OLIVEIRA, 2000).

De acordo com Neta (2018), em 1939, Helder Câmara assumiu o cargo de chefe da Sessão de Inquéritos e Pesquisas do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, além de desenvolver atividades em vários setores do Ministério da Educação e Saúde Pública:

No exercício de suas tarefas, empenhava-se, de fato, na presença da Igreja no órgão estatal da Educação. Ali ele orientava padres e freiras que o procuravam e sinalizava para instituições católicas o caminho de seu

desenvolvimento. Foi assim que se tornou um dos inspiradores da criação de cursos superiores no instituto de Santa Úrsula. (FÁVERO; BRITTO, 2002, p. 443).

Conforme Fávero e Britto (2002) para se compreender efetivamente o papel de Helder Câmara, enquanto notável educador, é preciso considerar que sua ação ultrapassou os processos formais de educação. Assim, torna-se necessário adotar uma concepção mais ampla de educação, a fim de alcançar na análise todas as ações do padre que implicaram o campo educacional, efetivamente, algo que se coloca para além da presença cotidiana nas instituições de ensino e a atuação imediata como professor. Sua ação como educador ocorreu, também, por meio da ação pastoral da Igreja Católica, a qual tinha muita influência sobre os rumos da educação nacional, permeando as instâncias burocráticas do Estado e influenciando sobre os rumos das políticas nacionais de educação.

2.3 De participante da Ação integralista a defensor dos direitos humanos

No ano de 1932 se instalou no Brasil um movimento inspirado no fascismo italiano e no ultramontanismo português: a Ação Integralista Brasileira (AIB). O **Manifesto de Outubro**, assinado por Plínio Salgado, foi o marco fundador da AIB, nesse documento seu autor, em meio a proposições nacionalistas e reacionárias, manifestava a intenção do movimento de se aproximar das instituições católicas no país. Nesse sentido, enquanto ações concretas, Plínio Salgado manteve contato com lideranças católicas, dentre elas, no Ceará, com Severino Sombra de Albuquerque, militar e político brasileiro, criador da Legião Cearense do Trabalho. Em razão do mesmo se encontrar exilado em Portugal, surgiu o convite para que Helder Câmara, ainda em Fortaleza, passasse a integrar a Ação Integralista Brasileira. Em um primeiro momento Câmara ficou em dúvida se aceitaria ou não o convite, entretanto, após a leitura de escritos de Alceu Amoroso Lima – ainda em sua fase de pensamento autoritário – nos quais avaliava o integralismo como ação válida para enfrentar o laicismo crescente, Helder Câmara, mediante autorização do arcebispo Dom Manoel da Silva Gomes, aceitou se filiar ao movimento. (PILETTI; PRAXEDES, 1997).

A Ação Integralista Brasileira tinha o intuito de implantar um projeto de Estado, conforme os termos descritos a seguir:

O projeto político integralista tinha como princípio ideológico a 'Revolução do Espírito' alicerçada numa proposta de reforma moral cristã. Como proposta política as lideranças integralistas ampliavam sua propaganda política através de um discurso em defesa de um Estado forte e centralizado como pressuposto fundamental do projeto político nacionalista da AIB para o Brasil na década de 30. O 'Estado Integral' era o agente modificador da organização social através de um modelo corporativo e extremista, defendido nas publicações de um partido político com pretensões a conquista da hegemonia política para implantar seu projeto de Estado. (BARBOSA, 2006, p. 79-80).

Araújo (2012) explica que a Ação Integralista era um movimento: “[...] de inspiração fascista, pregava a valorização da Pátria, a defesa da tradição e da família, os valores militares e declarava-se contra o capitalismo e o comunismo”. (p. 49). Helder Câmara fez parte desse movimento de 1932 a 1936 (figura 3). Condini (2015) afirma que o tipo de formação doutrinária que Helder Câmara recebeu no seminário de Fortaleza (1923-1931), possivelmente o influenciou a compactuar e fazer parte do movimento integralista no Brasil, principalmente, a se considerar que “[...] o integralismo parecia o caminho para se fazer do Brasil o país essencialmente católico”. (FÁVERO; BRITTO, p. 450).

Figura 3: Helder discursando a um grupo de integralistas.



Fonte: BRITO FILHO (2020).

O intelectual à frente do integralismo no Brasil era Plínio Salgado, que por meio de ação organizada impulsionava temáticas como o nacionalismo e a religiosidade. Sua viagem à Itália, na década de 1930, permitiu que conhecesse de perto integrantes

do fascismo, movimento europeu que se propôs a alavancar algo semelhante no Brasil. Fundada em 1932 a AIB teve seu auge no ano de 1934, momento em que contava com uma milícia armada, efetivamente, uma estrutura semimilitar focada na hierarquia e na obediência aos ideais do movimento e ao líder Plínio Salgado. Conforme João Fábio Bertonha:

Em 1935 a milícia foi dissolvida na teoria, mas mantida na prática sob o disfarce de sociedade atlética. Congressos e encontros integralistas se sucederam, com o intuito de divulgar o movimento. Também ocorreram lutas de rua com os militantes antifascistas brasileiros, as quais, apesar de nunca atingirem os níveis de violência verificados na Alemanha, levaram a vários mortos e feridos dos dois lados. (BERTONHA, 2001, p. 61).

As ideias que norteavam a organização integralista estavam baseadas no pensamento defendido por Plínio Salgado, com destaque para a valorização de elementos ligados ao campo religioso, em oposição às concepções de mundo materialistas – principalmente, ao comunismo. Para esse intelectual deveria existir um movimento renovador para combater o comunismo e capaz de proporcionar um estado de espiritualidade, a fim de atingir a prosperidade integral. A organização da AIB era detalhada, já que existiam grupos locais para reuniões em células, com a devida subordinação a outra superior. Essas reuniões serviam tanto para repassar informações e ordens da liderança, quanto para transmitir a ideologia do movimento para os respectivos militantes e novos integrantes. (BERTONHA, 2001).

Inserido nesse emaranhado de ideias, Câmara foi um militante integralista efetivamente engajado, organizava comícios e escrevia artigos em defesa do movimento. “Padre Helder abraçou os ideais de Deus, pátria e família sentindo-se bastante atraído pelo integralismo. No entanto essa ligação durou cinco anos, cooperando com instituições de cunho conservador”. (FUIITEM, 2019, p. 20). Em razão de seu alcance social:

[...] Helder não ingressou sozinho na AIB. Levou consigo praticamente toda a militância da Legião Cearense do Trabalho. Para resolver o problema com o líder Severino Sombra, ainda no exílio em Portugal, que discordava da filiação da Legião à Ação Integralista, com o apoio do capitão Jeová Mota e de Ubirajara Índio do Ceará, Helder convoca uma reunião do movimento e os três convenceram a maioria dos conselheiros legionários a apoiarem a adesão formal ao integralismo. (PILETTI; PRAXEDES, 1997, p. 87-88).

Isso implicou no reconhecimento de Câmara como o responsável pelo ingresso do Integralismo no Ceará: “[...] politicamente, como integralista assumido – ‘um

sacerdote camisa-verde da província do Ceará’ – como se autodefiniria em um artigo polêmico contra o correligionário Severino Sombra, pregara a ‘doutrina do sigma’ em vários estados brasileiros”. (PILETTI; PRAXEDES, 2008, p. 97). Ao considerar esse momento de sua trajetória intelectual, Praxedes (1997) e Piletti e Praxedes (2008), dividem a história de vida de Helder Câmara em “anos verdes” e em “anos dourados”, respectivamente para se referir ao período em que fez parte do integralismo e, em seguida, aos tempos em que já havia se desvinculado do movimento passando a militar em favor dos direitos humanos.

Em 1936 Helder Câmara trocou vários telegramas com Lourenço Filho e, a partir dessa comunicação, recebeu o convite para assumir o cargo de Assistente-técnico de Educação do Distrito Federal, posição na qual auxiliaria Lourenço Filho. Entretanto, para que isso se efetivasse, era necessária a mudança de Diocese com a devida autorização do arcebispo Dom Manoel, que por fim se revelou um grande incentivador. Dom Manoel também conseguiu a concordância de Dom Sebastião Leme em receber o jovem padre na arquidiocese do Rio de Janeiro. Já em sua primeira reunião de trabalho com Dom Leme, o padre Câmara recebeu ordem para deixar a Ação Integralista, visto que o arcebispo do Rio de Janeiro não permitia que seus clérigos tivessem engajamento político partidário. Nesse período Helder Câmara se encontrava abalado emocionalmente devido a recente morte de sua mãe Adelaide. Para além disso, também passava por transição em suas concepções políticas, não mais estando em pleno acordo com aos ideais integralistas. Frente a essa circunstância, não se opôs à exigência de Dom Leme. (PILETTI; PRAXEDES, 1997).

Apesar disso, conforme apontado por Rampon (2015), o líder do integralismo Plínio Salgado, mesmo percebendo o afastamento de Helder Câmara da AIB, nomeia-o integrante do Grupo dos Doze. Dom Leme, ao tomar ciência do fato, considerou ser prudente manter um bom relacionamento com a AIB, aconselhando o padre a aceitar com a condição de seu nome não ficar visível na lista – porém, não foi o que ocorreu. Os integralistas difundiram a informação de que o padre Câmara era membro do Conselho Superior com a autorização de Dom Leme. Após o golpe que levou ao Estado Novo no Brasil, em 1937, Dom Leme retomou a orientação dada a Helder Câmara para que definitivamente se afastasse do integralismo. Vale destacar que a AIB também foi incluída no decreto, implementado no Estado Novo, no qual Getúlio Vargas determinava o fechamento de todos os partidos políticos.

Com o contexto internacional do final da década de 1930:

Tornara-se constrangedor para alguém que aderira ao fascismo em nome de um futuro mais digno, humano e católico, como forma de defesa contra o comunismo soviético, compactuar com os regimes totalitários que empolgavam a Europa promovendo a perseguição terrorista e racista aos seus opositores, e que visivelmente se preparavam para uma nova guerra de expansão imperialista. O nazismo e o fascismo, que serviriam de modelo para o integralismo no Brasil, no final dos anos 1930 já eram facilmente identificados como manifestação de barbárie e decadência. (PILETTI; PRAXEDES, 2008, p. 120).

O Estado Novo concebido por Getúlio Vargas também contribuiu para o fracasso do integralismo, visto ter impedido que a organização continuasse sua marcha, desarticulando-se pouco a pouco. Vale ressaltar que os integralistas só conseguiram atingir as classes médias, já Vargas, com o Estado Novo, conseguiu atingir as classes médias e o operariado. Getúlio Vargas ganhou força e representatividade com seu discurso contra o comunismo, o que fez com que o apelo popular da AIB fosse se perdendo. (BERTONHA, 2001).

Mais tarde Câmara reconhece sua participação no integralismo como um “pecado da sua juventude”, afirmando que não se afastou apenas por ordem superior, mas por suas experiências místicas que o faziam refletir e buscar cada vez mais sua fé em Deus. No ano de 1938 foi perseguido pelos integralistas sendo, inclusive, necessário que se escondesse na casa de amigos. (RAMPON, 2015). Ao abandonar as posições integralistas, Câmara passou a defender ideais democráticos, passando a atuar junto à Ação Católica Brasileira, experiência que lhe proporcionou contato direto com a realidade de vida dos setores populares. O cenário político nacional e internacional da época contribuiu para que Helder Câmara vislumbasse as efetivas implicações do movimento integralista, assim, ao deixar para trás sua vinculação com ideias nacionalistas e autoritárias, demarcou um momento de transição em sua trajetória intelectual. (FUITEM, 2019).

Piletti e Praxedes (2008) ressaltam que Helder Câmara foi novamente influenciado pelo intelectual Alceu Amoroso Lima, que também se encontrava em um momento de transição, rumo a um pensamento católico democrático. Já em 1936 Amoroso Lima indicou para Câmara a leitura do livro **Humanismo Integral**, escrito naquele ano pelo eminente intelectual católico francês Jacques Maritain. Após a leitura da obra Câmara transformou sua concepção de Estado, bem como suas ideias acerca do emprego da violência. Tal leitura provocou grande impacto em Helder Câmara, de modo a estabelecer definitivamente sua ruptura com ideias reacionárias e ultramontanas.

2.4 Dom Helder e a fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Helder Câmara morou no Rio de Janeiro de 1936 a 1942, período no qual expandiu bastante sua rede de sociabilidade. Cabe aqui destacar dois nomes de seu círculo de convivência que tiveram grande impacto sobre suas ideias: Alceu Amoroso Lima e Virginia Cortes de Lacerda. Amoroso Lima foi mais que apenas um amigo para Helder, efetivamente, foi um parceiro de autorias em periódicos e trabalhos atinentes à Igreja, parceria que durou até a década de 1960. Seu vínculo de amizade com Virginia Cortes de Lacerda era bastante estreito, estudavam juntos e trocavam correspondências. Foi em cooperação com Virginia que o padre Câmara consolidou as bases do grupo de trabalho da Arquidiocese do Rio de Janeiro, organizando o que foi chamado de Ano Santo de 1950, o qual, com auxílio da Ação Católica Brasileira, foi um importante evento que alavancou, inclusive, a posterior criação da CNBB, em 1952. (NETA, 2018)

Com o intuito de conseguir apoio para a sua ideia de fundação das Conferências Episcopais, um objetivo que se materializou mais tarde por meio da CNBB, o padre Câmara viajou para Roma, em dezembro de 1950, a fim de se encontrar com o subsecretário do Vaticano: Giovanni Montinni. Ao apresentar sua proposta, antes de tudo, foi questionado em razão ser um padre e estar se propondo a dirigir uma conferência para bispos. Helder Câmara encontrou saída para tal indagação ao apontar que o Monsenhor Montinni também não era bispo, em que pesasse isso, ele era o meio de ligação dos bispos do mundo. Desse encontro se desdobraria uma amizade frutífera para Câmara, visto que Montinni, posteriormente, ofereceu apoio à fundação da CNBB. (FILHO, 2012).

Em março de 1952, Helder Câmara recebeu a nomeação episcopal, sendo-lhe atribuída a responsabilidade de ser bispo auxiliar do Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano, o agora Dom Helder, empenhou-se para a fundação da CNBB, argumentando sobre a necessidade de se ter uma união entre os bispos, para buscarem conjuntamente soluções para os problemas de suas dioceses e para aquilo que lhes fossem dificuldades em comum. (FUISTEM, 2019). Como bispo, estava preocupado com o cenário da Igreja, particularmente, a considerar que as distâncias no território brasileiro estavam dispersando a ação episcopal. Em sua avaliação era decisivo para o futuro da Igreja a unificação de suas ações, de modo a discutir os problemas que

ultrapassavam as dioceses, encontrando um meio de diálogo com o Estado. “É importante salientar que, numa Igreja Católica tradicional e conservadora como a brasileira, a fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil foi um acontecimento surpreendente”. (CONDINI, 2009, p. 18). A fundação ocorreu oficialmente em uma assembleia dos bispos brasileiros, acontecida no ano de 1952 (figura 4).

Figura 4: Dom Helder na Assembleia de fundação da CNBB em 1952.



Fonte: PILETTI e PRAXEDES (1997).

Para a fundação da CNBB Câmara contou com o auxílio do cardeal italiano Carlos Chiarlo, então Núncio Apostólico no Brasil, a ideia mesma surgiu em um diálogo ocorrido entre ambos, após o falecimento do Cardeal Leme, perda que acarretou um vazio na liderança da Igreja. Dom Helder ocupou o cargo de primeiro secretário geral da CNBB, posição na qual se manteve por doze anos. (BARROS; OLIVEIRA, 2000).

No momento da fundação da CNBB, em outubro de 1952, Dom Helder foi o principal líder que tentou, através de suas ideias, fazer com que todo o episcopado nacional abraçasse esse novo projeto para a igreja. Em relação à atuação social das dioceses nordestinas, havia uma preocupação acentuada a respeito das desigualdades sociais. (CONDINI, 2009, p. 22).

Embora tenha sido importante seu empenho pessoal, Dom Helder Câmara contou com o apoio ativo de bispos e sacerdotes para a criação da CNBB, sem eles a concretização de sua ideia não seria possível. Recebeu o auxílio, entre outros, de: Dom Fernando Gomes, Dom Antônio Cabral, Dom José Delgado e Monsenhor José Vicente Távora. (PILLETI; PRAXEDES, 1997). Autores como Bandeira (2000) e Bruneau (1974), inclusive, preferem em seus trabalhos atribuir a criação da CNBB ao grupo de bispos nordestinos. A união do referido grupo pode ser exemplificada no fato de terem proposto ao presidente Juscelino Kubitschek, mediante articulação de Dom Helder: “[...] um plano econômico e social para a região Nordeste, o que terminou por resultar na Operação Nordeste (Openo)”. (COSTA, 2014, p. 125). Nesse mesmo sentido, é preciso destacar o papel que o Cardeal Jaime de Barros Câmara teve no processo de criação da CNBB, mesmo que indiretamente, pois:

Não foi coincidência o fato deste catarinense (filho de baiana), que havia iniciado sua trajetória episcopal como primeiro bispo de Mossoró (RN) entre 1936 e 1941, ter recebido como bispos auxiliares da Arquidiocese do Rio de Janeiro, por ele assumida em 1943, nada menos que dois bispos nordestinos: Dom Hélder Câmara (de 1952 a 1964) e Dom José Távora (de 1954 a 1958). (COSTA, 2014, p.123).

Com a concretização da criação da CNBB os bispos decidiram que a primeira reunião oficial iria ocorrer na cidade de Belém, em agosto de 1953, na qual seriam discutidos temas como a posição da Igreja em relação à reforma agrária, além de outros problemas sociais emergentes no país. Dom Helder sugeriu e conseguiu a aprovação da junção entre a Ação Católica Brasileira e a CNBB, o que trouxe maior autonomia para ACB, a considerar o financiamento por parte da CNBB. Nesse momento, era ideia hegemônica entre os bispos, a necessidade de modernização da administração da Igreja, bem como de unidade entre o episcopado, com vistas a ter maior capacidade de influir nas políticas sociais implementadas pelo Estado. (PILETTI; PRAXEDES, 2008).

Para que os interesses da Igreja fossem efetivamente contemplados era fundamental que os bispos, por meio de seus encontros regionais, conseguissem construir consensos e definir meios de ação. Notadamente, ter maior participação nos

programas sociais criados pelo governo de Juscelino Kubitschek (presidente, entre 1955 e 1960), era uma prioridade para os católicos e a ação de Dom Helder foi decisiva para tanto (figura 5). Dom Helder teve relação próxima a João Goulart, presidente de 1961 a 1964, tendo articulado apoio a suas reformas (figura 6). (CONDINI, 2004).

[...] Dom Hélder foi amigo íntimo de vários Presidentes da República, como Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e Goulart. Ainda recebeu de Juscelino o convite para ser Ministro da Educação e prefeito do Rio de Janeiro, e de Goulart, o convite para ser seu Vice. Como podemos observar, de fato Hélder Câmara era uma pessoa influente, haja vista os convites e as amizades que o mesmo construiu no período em que estava residindo no Rio de Janeiro. (PRADO, 2012, p. 34).

Fica evidente, a partir desse trecho, o quanto Dom Helder recebeu convites para assumir, ou para concorrer, a cargos importantes ligados à sociedade política. Sua indicação como Secretário Geral da CNBB, por ocasião de sua fundação em 1952, certamente foi um evento que alavancou muito o seu capital simbólico, de modo a credenciá-lo no que diz respeito à representação social de sua respeitabilidade, a fim de liderar um trabalho capaz de ampliar a conexão entre a Igreja e as demandas populares no seio da realidade brasileira.

Dom Helder permaneceu no cargo de Secretário Geral da CNBB até 1964, quando o clima e as necessidades da Igreja mudaram completamente, em razão do golpe militar. (PILETTI, PRAXEDES, 1997). Fuitem (2019) acrescenta que em 1968 um dos desejos de Dom Helder era a criação de um movimento de não violência, com o intuito de se opor à opressão e à violência do período na América Latina. Para tanto, em uma das assembleias da CNBB, 43 bispos assinaram o compromisso com o projeto de construção da paz, no qual eram previstas iniciativas para acabar com a barbárie em curso. Dom Helder tentou alavancar tal ideia, por meio de discursos e de artigos, a fim de sensibilizar líderes religiosos e líderes políticos a tomarem parte no projeto. Porém, em dezembro de 1968, o governo militar decretou no Brasil o Ato Institucional n. 5 (AI-5), que proibia todas as manifestações no país. Logo, o projeto pretendido por Helder Câmara não obteve êxito, tendo sido reprimido e perdido força.

Figura 5: Dom Helder e o presidente Juscelino Kubitschek.



Fonte: PILETTI e PRAXEDES (1997).

Figura 6: Dom Helder e o presidente João Goulart.



Fonte: PILETTI e PRAXEDES (1997).

2.5 Engajamento público e político em defesa da educação católica e de uma Igreja popular

As implicações sociais e políticas, nacionais e internacionais, derivadas da II Guerra Mundial, bem como o avanço em militância e em difusão de obras de intelectuais católicos que defendiam princípios democráticos, foram cruciais para que o pensamento e as ações de Dom Helder fossem modificados, a partir de meados da década de 1930. O trabalho por ele realizado desde então, levou-o a se credenciar como uma liderança emergente do catolicismo no Brasil. (PILETTI; PRAXEDES,

2008). De acordo com Fuitem (2019) sua inquietação em busca da construção de uma nova Igreja, no que dizia respeito às questões sociais, tinha como origem o contato com bispos advindos de países subdesenvolvidos da África, da Ásia e, mesmo, de outros países da América Latina. Com isso, Helder Câmara reconheceu a necessidade de uma Igreja voltada às classes populares, tendo tomado tal causa para si, trabalhou em favor da implementação dessa ideia no Brasil.

Condini (2004) afirma que um evento que pode ser considerado importante na trajetória intelectual de Helder Câmara foi o Congresso Eucarístico Internacional, por ele organizado no Rio de Janeiro, em 1955. Como acontecimento, o congresso representou uma grande transformação para a Igreja e para os setores conservadores da sociedade, pois a partir desse evento houve um fortalecimento do olhar para as demandas dos setores pobres. O congresso fez aumentar ainda mais a dedicação de Câmara para as classes populares, com o a finalidade última de superar a dominação de classes. Ao avaliarmos esse movimento a partir dos conceitos de Pierre Bourdieu, podemos entender a estrutura do mundo social, na medida em que a mesma implica em certas práticas que refletem a sociedade objetivamente. Os diferentes tipos de capital por ele definidos fazem parte de tal estrutura, que aproxima ou afasta pessoas. “A ideia central de Bourdieu é a de que os capitais são instrumentos de acumulação. Quanto maior o volume possuído e investido pelo indivíduo em determinado mercado, maiores suas possibilidades de um bom retorno”. (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2009, p. 45). Assim, conforme essa perspectiva:

O que existe é um espaço social, um espaço de diferenças, no qual as classes existem de algum modo em estado virtual, pontilhados, não como um dado, mas como algo que se trata de fazer [...]. A posição ocupada no espaço social, isto é, na estrutura de distribuição de diferentes tipos de capital, que também são armas, comanda as representações desse espaço e as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo. (BOURDIEU, 2011, p. 27).

Nesses termos, superar a estrutura do mundo social na medida de suas desigualdades certamente é algo muito complexo, entretanto, Helder Câmara tinha consciência do grande trabalho ao qual se propunha, frente às desigualdades enraizadas na sociedade brasileira. De toda forma, constituía-se como seu maior desafio: “[...] atacar as causas dessas injustiças: a concentração da renda, da propriedade e a exploração do trabalho”. (CONDINI, 2004, p. 24). Para além desses elementos, entendia ser necessário trabalhar pela mudança de pensamento da

população pobre, promovendo condições para que frequentassem escolas, de modo a se politizar e se perceberem como sujeitos na sociedade. (CONDINI, 2004). Patrice Bonnewitz, ao tratar da teoria de Bourdieu, nos auxilia a entender essa perspectiva ao considerar que:

[...] a socialização, realizando a incorporação dos *habitus* de classe, produz a filiação de classe dos indivíduos, reproduzindo ao mesmo tempo a classe enquanto grupo que compartilha o mesmo *habitus*. Esse conceito está na base da reprodução da ordem social. Por isso, como princípio de conservação, ele também pode tornar-se um mecanismo de invenção e, conseqüentemente, de mudança. (BONNEWITZ, 2003, p.77, grifo da autora).

A partir da década de 1950 ficou ainda mais evidente o quanto Dom Helder estava envolvido na luta contra as desigualdades sociais. Nesse período ele já era bastante conhecido no Rio de Janeiro, inclusive: “[...] participava constantemente de programas de TV e rádio, sempre em busca de auxílio para suas obras sociais. Era chamado ‘bispo dos favelados’, [...] construiu um edifício para abrigar os moradores da favela da Praia do Pinto no Leblon”. (FILHO, 2012, p. 40). Sua militância e seu modo de agir o tornaram célebre:

A luta contra as injustiças sociais foi o aspecto mais marcante da vida de Dom Helder. Sua preocupação não se restringia ao Recife e Olinda, nem ao Brasil, mas assumia um caráter mundial, manifestando-se contra um sistema que mantinha dois terços da população global em cruéis condições de miséria. Entretanto, era no nordeste que centrava sua atuação, enfrentando a oposição de grande parte da sociedade, da facção mais conservadora do clero e dos militares que o chamavam de ‘bispo vermelho’. (ROZOWYKWIAT, 2016, p.19).

Dom Helder Câmara assumiu a arquidiocese de Olinda e Recife em março de 1964. Com seu retorno ao nordeste os embates entre a Igreja e o governo do estado tornaram a acontecer, ainda, como elementos catalisadores de possíveis conflitos podemos destacar um acontecimento no campo religioso e outro no campo político, respectivamente, o Concílio Vaticano II (1962-1965) e o golpe militar de 1964. Tal circunstância impeliu a Igreja Católica no Brasil para um período de conflito interno, bem como de acomodações e transformações, promovidas pelo embate entre seus membros face aos desafios que se colocavam para os católicos – progressistas ou conservadores. Frente a esses acontecimentos a Igreja não seria mais a mesma no Brasil, Dom Helder Câmara também não, pois a realidade com que se deparava era muito diferente de um regime democrático.

A ditadura militar no Brasil durou de 1964 a 1985. No período a Igreja esteve dividida entre os que apoiavam o golpe militar, entre os contrários à ditadura e entre os que se diziam neutros. Dom Helder afirmava não confiar nos militares e se posicionava de modo contrário às detenções políticas, bem como ao emprego da violência. Em maio de 1970, ao proferir um discurso na França, Dom Helder denunciou que no Brasil estavam ocorrendo torturas absurdas. (FUIITEM, 2019). De acordo com Neta (2018) essa fala foi algo marcante para a trajetória intelectual de Helder Câmara, pois a partir desse momento passou a ser apoiado e reconhecido na Europa, inclusive, tendo sido criado um movimento, em território europeu, para dar suporte às demandas e ideias do arcebispo.

Os militares buscaram negar as acusações proferidas por Helder Câmara. Nesse período ele foi muito atacado, inclusive, sendo nomeado pelo uso das mídias como o “bispo vermelho”, apesar disso Dom Helder contou com o apoio da opinião pública internacional. (FUIITEM, 2019). A perseguição ao arcebispo seguiu durante a década de 1970, por orientação dos militares, textos e notícias ligadas a Helder Câmara não podiam ser divulgadas. Nesse quadro, Dom Helder se comunicou com o povo, de 1970 a 1977: “[...] apenas pelo boletim arquidiocesano, informativo mimeografado restrito a arquidiocese de Olinda e Recife e pelo seu programa de rádio na emissora local”. (ARAÚJO, 2012, p.176). Nesse mesmo período Câmara foi indicado para receber o prêmio Nobel da Paz. Porém, a ditadura foi um grande empecilho para o recebimento do prêmio, pois, por via diplomática, o governo militar impediu que isso fosse possível. Ele foi indicado diversas vezes para receber o prêmio, entretanto, a premiação nunca se concretizou. (ROCHA, 1999).

Os militares viam em Dom Helder uma liderança civil e religiosa com a capacidade de comover e de mobilizar a opinião pública nacional, uma verdadeira ameaça à continuidade do regime autoritário no país. (FÁVERO; BRITTO, 2002). “A lei do silêncio imposta pelo Governo Militar a Dom Helder mexeu em um dos pontos nevrálgicos de sua vida”. (ARAÚJO, 2012, p.176). A mesma durou cerca de sete anos. Helder Câmara sempre foi muito comunicativo e desde os tempos de seminário expunha suas opiniões publicamente com convicção, ao se ver silenciado foi tolhido em uma de suas principais habilidades, foi o preço que pagou por defender posições progressistas e por denunciar os abusos cometidos pelo regime militar:

Foi naquele contexto sócio-político-econômico que Dom Hélder construiu um modelo de esperança e resistência para enfrentar o regime militar. Tornou-se o principal líder da Igreja Católica do Nordeste e, ao longo dos anos, o mais importante religioso da Igreja Católica progressista no Brasil e na América Latina. Isso ocorreu devido à sua postura, conduta e coerência diante dos fatos, além do compromisso a favor dos excluídos. Soma-se a isto, também, a sua constante luta pelo fim das injustiças sociais e a permanente cobrança pelo cumprimento e respeito aos direitos humanos pelo governo comandado pelas forças armadas. (CONDINI, 2004, p. 35).

Em linhas gerais, Dom Helder pode ser considerado um intelectual crítico, em que pese isso, é importante considerar que o campo intelectual é um campo de disputas entre dominantes e dominados, de modo que os intelectuais têm um papel político, seja a fim de legitimar uma estrutura de dominação, ou para resistir e lutar contra a estrutura estabelecida. No caso de Helder Câmara seu embate contra as desigualdades sociais e a violência do regime militar foi distintivo de sua ação, o que estabelecia com clareza sua atuação intelectual em favor dos direitos humanos. Pierre Bourdieu destaca a importância e a necessidade do intelectual crítico: “Não há verdadeira democracia sem verdadeiro contra-poder crítico”. (BOURDIEU, 1998, p. 11). Porém, nem sempre o intelectual crítico consegue garantir seu espaço de ação, como ocorreu com Dom Helder, que acabou sendo em grande medida silenciado no país. Bourdieu complementa:

Desejo que os escritores, os artistas, os filósofos e os cientistas possam se fazer ouvir diretamente em todos os domínios da vida pública em que são competentes. Creio que todo o mundo teria muito a ganhar se a lógica da vida intelectual, da argumentação e da refutação, se estendesse à vida pública. Hoje, é a lógica da política, da denúncia e da difamação, da "sloganização" e da falsificação do pensamento do adversário que se estende muitas vezes à vida intelectual. Seria bom que os 'criadores' pudessem exercer sua função de serviço público e, às vezes, de salvação pública. (BOURDIEU, 1998, p. 11).

Teria sido de grande relevância social que Dom Helder tivesse conseguido mídias de alcance nacional para a divulgação de suas ideias durante a ditadura militar, entretanto, embora sua expressão tenha sido limitada no país, conseguiu publicar diversos livros internacionalmente, tais como: ***Pour arriver à temps*** (1970); ***Les Conversions d'un évêque*** (1977); ***Spirale de violence*** (1978); ***Quien soy yo?*** (1978); entre outros.

Concomitantemente a isso, Helder Câmara permaneceu ativo e em defesa de uma Igreja para os pobres, como afirma em crônica lida em uma emissora de rádio católica de Recife, no programa “Um olhar sobre a cidade”. Esse programa foi um dos

meios que Câmara encontrou para continuar se comunicando com a população durante a ditadura militar. (ROZOWYKWIAT, 2016). A crônica, escrita em 12 de março de 1976, foi intitulada “A Igreja dos pobres”:

Visitando uma área pobre fiquei feliz vendo que os pobres conheciam pelo nome e saudavam com carinho o padre daquela Paróquia. Quando lhe expliquei meu contentamento, ele comentou com humildade e inteligência: ‘Contentamento o Senhor deveria ter não porque eles sabem meu nome e me conhecem. Contentamento o Senhor deveria ter se eu soubesse o nome de todos os pobres e conhecesse a história de cada um deles’. [...] Compreendestes os tempos novos. E sabes que mais do que nunca a boa nova, o Evangelho, tem que ser pregado com a vida antes de ser anunciado com as palavras. (CÂMARA, 1976/2016, p. 167).

Fica evidente o quanto Dom Helder nesse período almejava uma Igreja que estivesse voltada às classes populares, para além disso, conforme assinala Filho (2012), era uma pessoa de hábitos simples, inclusive, no decorrer de sua vida nunca utilizou da moradia destinada aos arcebispos, preferindo viver em uma casa simples e pequena nos fundos da Igreja das Fronteiras, no bairro Boa Vista em Recife. Ali recebeu pessoas importantes de diversos lugares do mundo, em que pese isso, nesse mesmo espaço recebia visitas dos pobres, os quais acolhia de maneira afetuosa. (figura 7). Nunca possuiu automóvel, muito menos motorista particular, pois considerava que seriam luxos incompatíveis com um bispo que defendia uma Igreja pobre e servidora. (FILHO, 2012).

Figura 7: Dom Helder recebendo visita.



Fonte: ROCHA (1999).

A repressão sofrida por Dom Helder durante a ditadura foi de fato intensa. Era acusado de ser “comunista” em razão do modo como defendia a causa dos pobres, de maneira geral suas declarações irritavam os militares que, costumeiramente, afirmavam que: “[...] os pronunciamentos do arcebispo pareciam mais discursos comunistas do que simplesmente sermões”. (FUITEM, 2019, p. 54). Nesse sentido, uma das frases de Câmara que se tornou célebre, efetivamente, tendo entrado para o imaginário coletivo nacional, merece aqui ser lembrada: “Quando dou pão aos pobres, me chamam de santo. Mas quando pergunto por que eles têm fome, me chamam de comunista”. Essa frase retrata bem o que Helder viveu especialmente no período após 1964.

Fuitem (2019), ao tratar dos ataques sofridos por Helder Câmara nesse período, faz menção a um acontecimento ocorrido quando o mesmo ainda morava no Rio de Janeiro, em 1968, tratou-se de um episódio no qual sua casa e sua paróquia foram alvejadas a tiros, por um grupo que se intitulava Comando de Caça aos Comunistas.

Após o ocorrido fez-se necessário um período de escolta por policiais. Sua casa, nos fundos da Igreja, tinha os muros constantemente riscados com ameaças, além disso, eram frequentes os telefonemas anônimos afirmando ter bombas no quintal de sua casa. (ROCHA, 1999). Mesmo frente toda essa pressão, Helder Câmara seguiu com seu trabalho, o que acabou por sensibilizar muito seus apoiadores, implicando num aumento de sua respeitabilidade social.

Com o fim da ditadura militar no Brasil e o concomitante fim da censura, Dom Helder recuperou suas possibilidades de manifestação em larga escala e alcance, assim passou a se pronunciar sobre variadas temáticas ligadas à defesa dos pobres, dentre elas tratou da questão da reforma agrária. Aspectos da desigualdade social no país foram denunciados internacionalmente por Câmara, por exemplo, os problemas da concentração de renda, da injustiça política e do colonialismo. (RAMPON, 2013).

Já na década de 1990, tendo acumulado em sua trajetória muitos anos de combate social, e abalado por diversos falecimentos de pessoas queridas que lhe eram próximas, a saúde de Helder Câmara começou a dar sinais de enfraquecimento. Com pouco peso e experimentando a sensação de constante cansaço, o arcebispo demonstrava desânimo e fraqueza corporal indicando que já não estava bem, pois esse comportamento era contrário ao que demonstrou ao longo de sua vida. Desaconselhado pelos médicos a viajar, fez sua última viagem em 1994

acompanhado de sua secretária Zezita, indo a Paris participar de uma homenagem a seu amigo Abbé Pierre (figura 8). No ano de 1999 Câmara foi internado devido a uma infecção, retornou para casa na noite de 27 de agosto, ainda nessa data, com 90 anos, faleceu devido a insuficiência respiratória. (FUISTEM, 2019). “Naquela sexta-feira, dom Helder passou o dia ouvindo canções religiosas e levantando os braços. Parecia que estava conversando com Deus e preparando a partida, comentou sua secretária Zezita ao Jornal do Comércio”. (PILLETI; PRAXEDES, 2008, p. 382).

A memória de Dom Helder Câmara passou a ser uma referência para os engajados na luta por uma Igreja popular. Sua representação no imaginário do povo, inclusive, nos termos de sua suposta santidade, levou a Arquidiocese de Olinda e Recife a apresentar, junto ao Vaticano, em maio de 2014, o pedido de abertura do processo de beatificação e canonização de Dom Helder. Roma emitiu primeira resposta favorável. Nesse sentido, em 2015, foi-lhe outorgado o título de Servo de Deus. Primeiro passo na longa trajetória até uma possível beatificação e, posterior, canonização. No ano de 2017 Dom Helder foi declarado Patrono Brasileiro dos Direitos Humanos, pela Lei n. 13.581/2017, sancionada pelo então presidente da República Michel Temer. Tais fatos confirmam o quão significativa foi a figura de Dom Helder, enquanto intelectual da Igreja que militou preferencialmente em favor dos pobres, tendo a defesa dos direitos humanos como o norte de suas ações.

Figura 8: Dom Helder em sua última viagem a Paris.



Fonte: PILETTI e PRAXEDES (1997).

Sendo assim, pode-se considerar que Dom Helder Câmara foi, e ainda é, um intelectual de muita importância e representatividade, tanto nacional quanto internacionalmente. Ao considerarmos a questão do peso e da função do intelectual enquanto produtor cultural, vale retomar o registrado por Pierre Bourdieu (2007), quando apontou para as profundas transformações ocorridas, ao final do século XX e início do século XXI, em função das novas categorias de produtores culturais assalariados surgidos no seio dos meios de comunicação de massa. Em suas palavras:

[...] essas mudanças morfológicas, acompanhadas pelo desenvolvimento de novas instâncias de organização da vida intelectual - comitês de reflexão, de estudo, etc. - e de novos modos institucionalizados de comunicação - colóquios, debates, etc. - favorecem a aparição de produtores intelectuais mais diretamente subordinados a demanda dos poderes econômicos e políticos, assim como portadores de novos modos de pensamentos de expressão, além de novas temáticas e maneiras de conceber o trabalho intelectual e a função do intelectual. (BOURDIEU, 2007, p. 144).

A partir dos assinalamentos de Bourdieu, evidencia-se o fato de que o campo intelectual é muito dinâmico, podendo mudar não apenas no que diz respeito a seus agentes e instituições, mas também no relativo às características da estrutura que baliza a produção de bens simbólicos. O desenvolvimento e as transformações dos campos impactam necessariamente o papel dos intelectuais, no limite, há inclusive uma transformação no *habitus* dos mesmos, que passam a ser modelados por demandas típicas de mídias aceleradas, nas quais os temas aparecem com grande velocidade, de algum modo impondo um novo tipo de intelectual, em grande medida esvaziado de conteúdo. Conforme a avaliação de Bourdieu:

O mundo intelectual é hoje o terreno de uma luta visando produzir e impor 'novos intelectuais', portanto uma nova definição do intelectual e do seu papel político, uma nova definição da filosofia e do filósofo, doravante empenhado nos vagos debates de uma filosofia política sem tecnicidade, de uma ciência social reduzida a uma politologia de sarau eleitoral e a um comentário descuidado de pesquisas comerciais sem método. (BOURDIEU, 1998, p. 10).

O *habitus* de Dom Helder Câmara passou por vários momentos de modificação no decorrer de sua trajetória, entretanto para compreender tais mudanças é imprescindível considerar o contexto que perpassava os campos político, intelectual e educacional, em diferentes conjunturas históricas do país. De modo que, embora

tendo existido ajustes, verificaram-se elementos de perenidade em seu *habitus*, pois em todos os períodos sua dedicação estava voltada para a Igreja, de tal modo que sua ação e produção intelectuais sempre tiveram esse viés – mesmo que eventualmente trabalhando contra a hegemonia do campo religioso. As mudanças institucionais pelas quais a Igreja passou repercutiram sobre Helder Câmara que então, enquanto intelectual, dotado de relativa autonomia, apropriou-se das mesmas e, por meio de suas sínteses e de seu entendimento, contribuiu para modernizar a Igreja – especialmente, no que diz respeito à opção pelos mais pobres.

CAPÍTULO 3

A Revista Brasileira de Pedagogia (RBP) como instrumento de expressão e formação na ação intelectual de Hélder Câmara

Esse capítulo tem como objetivo identificar o modelo de educação e de ação pedagógica defendidos por Hélder Câmara em seus escritos na RBP, situando-os no quadro das disputas do campo educacional brasileiro – entre católicos e pioneiros da Educação Nova. São tomadas como fontes primárias artigos publicados por Hélder Câmara, bem como resenhas assinadas com seu pseudônimo, Alceu da Silveira. Tais modalidades de texto produzidos por Câmara estiveram presentes na **Revista Brasileira de Pedagogia** na íntegra de seus anos de sua circulação – 1934 a 1938. Ao todo são 60 textos: 26 artigos nos quais abordou diversos temas ligados à educação, assinando com seu próprio nome; e 34 resenhas críticas, assinadas com seu pseudônimo.

Essas duas classes de publicações foram regulares na revista ao longo dos anos. Dessa forma, Câmara escreveu desde o primeiro número da revista, publicado em fevereiro de 1934, até a última edição, publicada em junho de 1938. A partir de 1936, Hélder Câmara assumiu o posto de redator-chefe da RBP, anteriormente dirigida por seu amigo Everardo Backheuser – presidente da CCBE.

3.1 Contexto de surgimento da revista e sua estrutura ao longo dos anos

Em outubro de 1933, por meio de uma reunião geral do Círculo Católico do Rio de Janeiro, foi discutida a necessidade da criação de um órgão para tornar públicas as ideias da CCBE. Decidiu-se que o até então chamado **Boletim da Associação dos Professores Católicos do Distrito Federal** teria seus objetivos redefinidos. Sob o título provisório **Boletim de Pedagogia**, a publicação teria sua circulação ampliada, passaria a contar com a colaboração de intelectuais católicos de renome, e teria como público-alvo professores católicos, e mesmo não católicos, de todo o país. No mês de novembro do mesmo ano, em reunião da Comissão Diretora da Associação de Professores do Distrito Federal, deliberou-se que o nome do novo periódico seria: **Revista Brasileira de Pedagogia** (figura 9). (SGARBI, 1997).

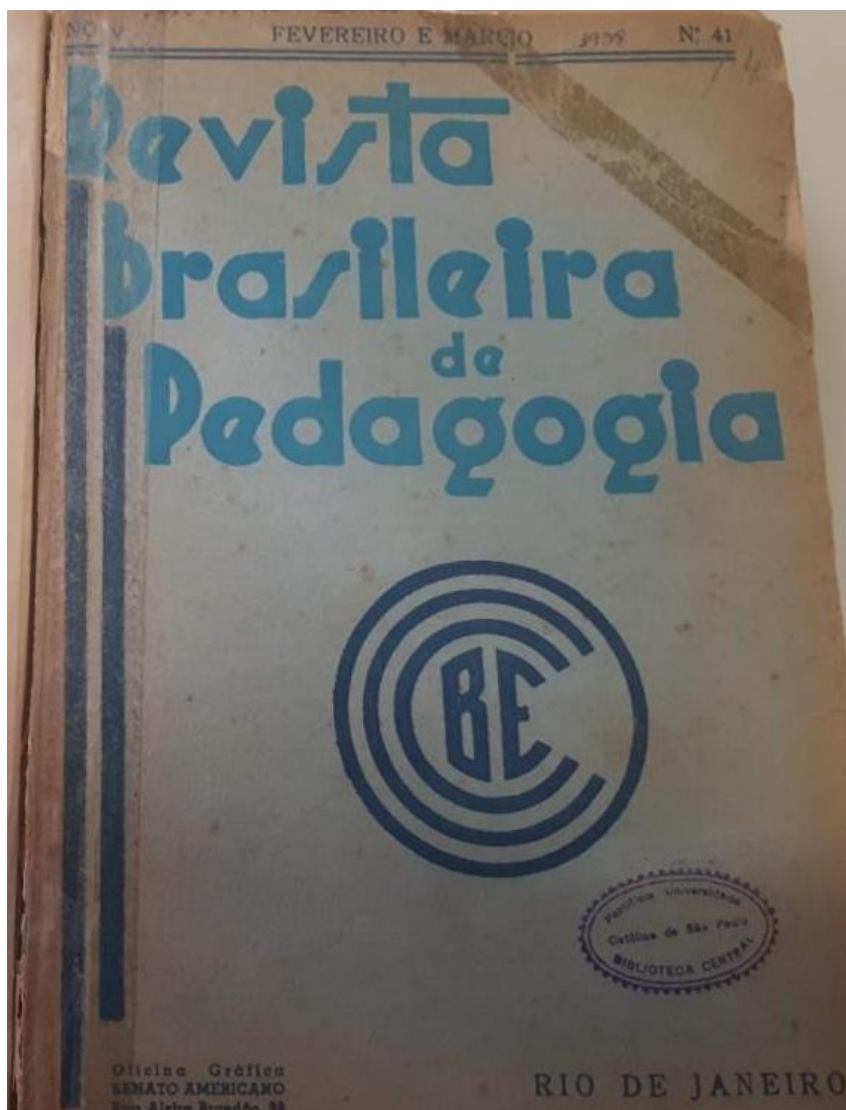
A revista contava com cerca de 1.550 assinaturas no ano de 1934, o que correspondia a um quarto do número de professores associados à CCBE, e era disponibilizada nas instituições ligadas à confederação. O mote inicial do periódico estava ligado à divulgação dos princípios da **Carta Encíclica *Divini Illius Magistri***, exarada por PIO XI em 1929, documento no qual os princípios da educação cristã eram reafirmados. Para além disso, a revista tinha como foco promover o diálogo de intelectuais católicos ligados ao campo educacional com as novidades trazidas pela metodologia escolanovista. Com isso, criava-se um espaço frutífero para a apropriação católica da pedagogia moderna, o que acabou por implicar em uma progressiva renovação da pedagogia católica.

Figura 9: Capa da primeira RBP (1934).



Fonte: Acervo da autora.

Figura 10: Capa da RBP no seu último ano de circulação (1938).



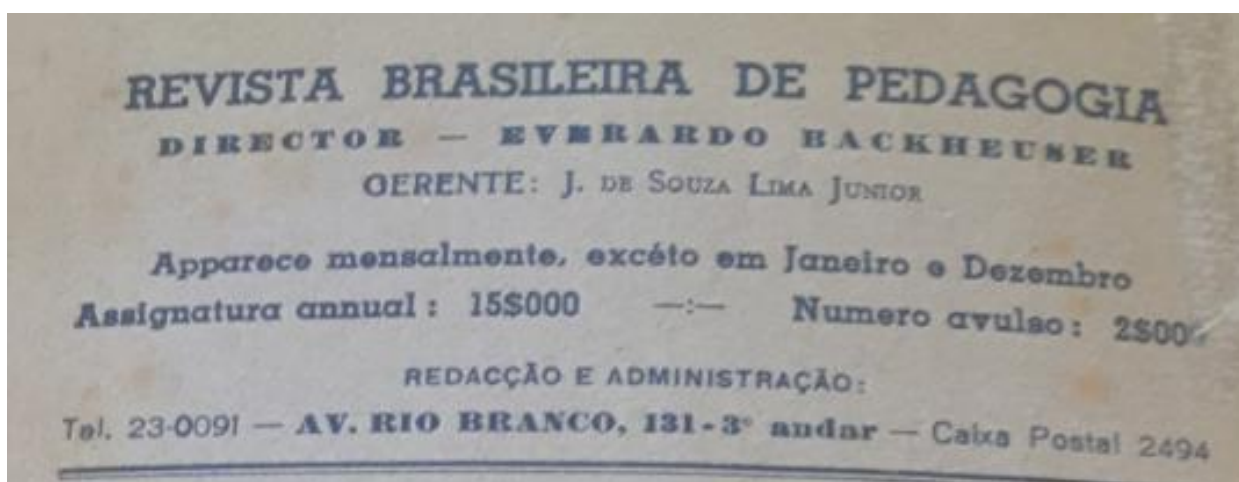
Fonte: Acervo da autora.

A estrutura do periódico se modificou ao longo de seus anos de existência, inclusive, em razão da mudança ocorrida em sua editoria geral (SGARBI, 1997). O que permaneceu no mesmo formato desde a sua primeira edição até a última foi a sua capa (figura 9). Nela se verifica na parte superior informações referentes ao número da revista, ao ano de publicação e ao mês. Logo abaixo era posicionado o título do periódico e a sigla da CCBE. No canto inferior a designação da cidade de publicação: Rio de Janeiro. Entre os anos de 1934 e 1936 a RBP esteve sob a direção de Everardo Backheuser, informação disponível no sumário da revista (figura 11), que o apontava como diretor e o nome de J. de Souza Lima Junior enquanto gerente. Nesse período a revista era estruturada da seguinte forma: artigos e resenhas sobre a educação; notas sobre notícias nacionais e estrangeiras; consultas abertas para

receber perguntas advindas dos professores leitores da revista; ação social trazendo assuntos sobre novas associações e estatutos; e a seção de notas e notícias.

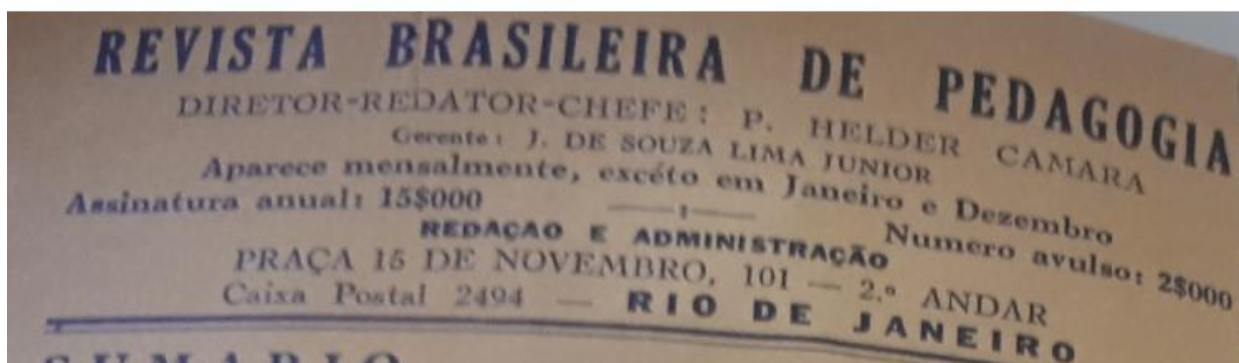
Já sob a editoria geral de Helder Câmara, essa informação continuava presente no sumário, mas agora o apontava, de acordo com a figura 12 (1937), como “diretor-redator-chefe” (RBP, 1937, s/p), e a gerência continuava em nome de J. de Souza Lima Junior (figura 12). Entre os anos de 1937 e 1938 a estrutura se modificou nos seguintes aspectos: criou-se a seção Galeria dos Mestres Contemporâneos – que trazia discussões sobre um educador da atualidade; os artigos passaram a ser classificados em diferentes seções; foi criada uma coluna fixa chamada Literatura Pedagógica e a Seção de Notas e Notícias estrangeiras ganhou mais espaço, passando a contar maior número de páginas do que até então.

Figura 11: RBP sob a direção de Everardo Backheuser (1934).



Fonte: Acervo da autora.

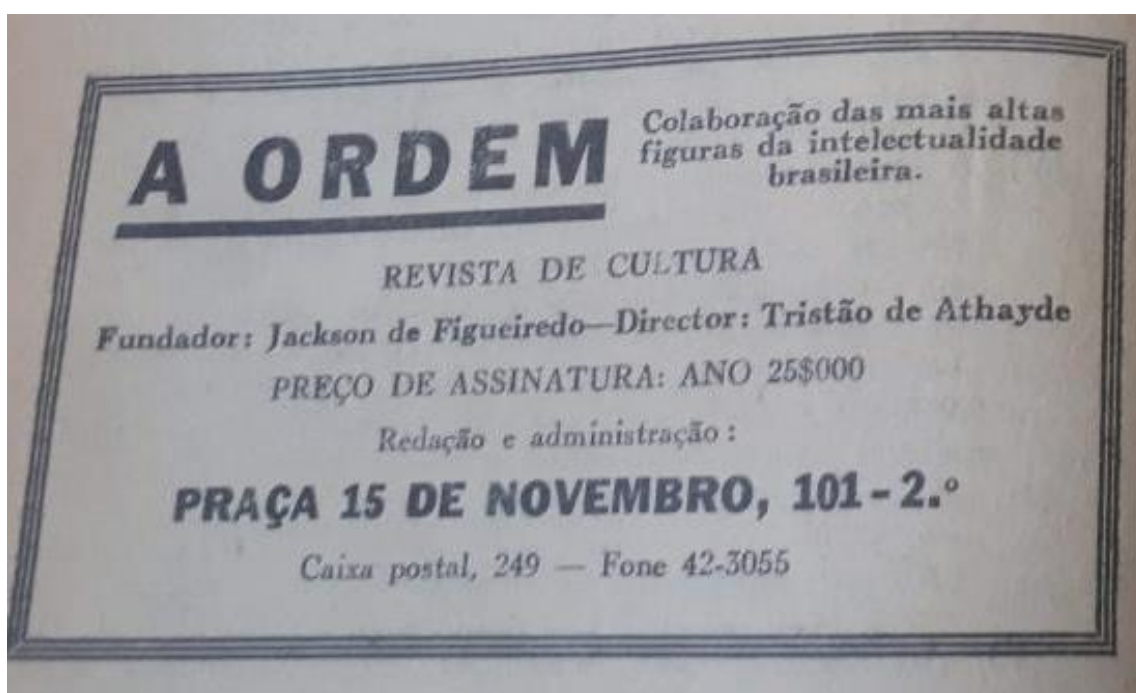
Figura 12: RBP sob a direção de Helder Câmara (1937).



Fonte: Acervo da autora.

Ao longo da RBP haviam diversos anúncios e propagandas, dentre esses aparecia, de modo frequente, a divulgação da revista **A Ordem** (figura 13). Uma revista católica de periodicidade mensal, fundada por Jackson de Figueiredo em 1921, e sob a direção de Tristão de Athayde (pseudônimo de Alceu Amoroso Lima), desde 1928. O anúncio indicava o endereço da redação e da administração, bem como informava o preço da assinatura. **A Ordem** era apresentada como “Revista de Cultura” e, de fato, aglutinava os mais importantes intelectuais católicos do país.

Figura 13: Anúncio da revista **A Ordem**, na RBP em 1936.



Fonte: Acervo da autora.

Na literatura sobre o tema não há consenso acerca dos motivos que levaram a RBP a deixar de circular em 1938. Sgarbi (1997), por exemplo, afirma que não encontrou em sua pesquisa indícios que dessem conta de uma crise interna no periódico, ou de algo que sugerisse o seu enfraquecimento. Já Praxedes (1997) registra em sua dissertação que, a partir de 1938, houve uma queda na circulação da revista, tendo implicado numa falta de fundos para mantê-la ativa.

3.2 A militância de Helder Câmara no campo educacional por meio de artigos na RBP

No período em que publicou artigos na **Revista Brasileira de Pedagogia** (RBP) Helder Câmara demonstrou, sob certos aspectos, estar em um momento de transição no que diz respeito a sua concepção educacional. Em alguns textos se opôs a metodologias da Escola Nova em certos momentos, já em outros artigos, vindos mais adiante cronologicamente, a partir do ano de 1937, mostrava-se interessado e mesmo simpático às assertivas ligadas ao viés da pedagogia moderna.

A fim de analisar os artigos publicados por Helder Câmara utilizamos conceitos elaborados pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. A discussão acerca dos campos sociais é muito importante nesse sentido, notadamente, ao serem contempladas suas instituições, suas intersecções e a dinâmica dos agentes em seu interior. A porosidade entre os campos religioso e educacional, interessa-nos sobremaneira, visto se tratar do espaço no qual Helder Câmara transitava em sua atividade como intelectual, a fim de trabalhar em favor dos grupos católicos nos quais militava de modo a adquirir maior representatividade no campo.

Tratava-se também de uma estratégia. Estratégia que pode ser interpretada nos termos apresentados por Michel de Certeau (1994), o qual leva em conta o poder do qual um agente, ou instituição, dispõe, e o modo como pode empregá-lo para de maneira eficaz conseguir algo que lhe seja favorável. Tais elementos contribuem para o entendimento da estratégia católica, vinculada à **Revista Brasileira de Pedagogia**, enquanto meio de ação para alcançar o professorado e promover aspectos da pedagogia moderna, segundo a particularidade da apropriação católica – devidamente autorizada pela hierarquia da Igreja.

Já em sua primeira publicação na RBP, intitulada Metodologia Nova para a moral?, Helder Câmara abordou a necessidade de repensar aspectos das práticas pedagógicas correntes: “Os castigos servirão? Quasi sempre servem apenas para criar tímidos e hipócritas e, em casos particulares, anormais”. (CÂMARA, 1934, p. 99).⁶ Ele demonstrou ser contra o uso de castigos como método para a educação e afirmou a necessidade do emprego de outras técnicas: “[...] busquemos na psicologia, corajosamente, técnicas que se adaptem aos males que ela verificou”. (CÂMARA,

⁶ Em todas as transcrições dos textos optou-se por manter a grafia original das fontes.

1934, p. 99). Ainda, afirmou ao finalizar o artigo: “Não temos uma metodologia feita para o ensino da moral. Queremos encontra-la”. (CÂMARA, 1934, p. 100).

Embora Hélder Câmara não propusesse uma metodologia específica para a educação católica, tal questão era abordada em seus textos, havendo indicações relativas à necessidade de se buscar um método compatível com o ensino do catecismo. O que pode ser considerada uma ação de caráter estratégico, uma vez que o modo de ensinar é um móvel de luta, que poderia concorrer para uma hegemonia católica no campo educacional. Ainda em relação à estratégia, Michel de Certeau afirma que: “[...] as estratégias escondem sob cálculos objetivos a sua relação com o poder [...]”. (CERTEAU, 1994, p. 47).

Câmara trata de modo recorrente em contextos variados da utilização dos conhecimentos da psicologia infantil na educação, inclusive no relativo à utilização das literaturas infantis e seus autores:

Quereis que eu sintetize as qualidades dum verdadeiro autor de literatura infantil? Alma cheia de sentimentos elevados e nobres. Conhecimentos da psicologia infantil para não partir de pontos que as crianças sejam incapazes de se interessar. Senso de medida e proporção para doar fantasias, sem excesso de irreal; transmitir conhecimentos uteis sem aspecto de doutrinação; impregnar os escritos de fragancia cristã sem aparência de moralista que vive a fazer sermões; distilar nacionalismo sincero e profundo, sem tiradas cívicas intoleráveis e artificais. (CÂMARA, 1936b, p. 86-87).

Nessa citação fica evidente que Câmara aborda à questão do nacionalismo, que para ele deveria ser algo sincero e intenso. Vale lembrar que o nacionalismo era uma das características centrais do movimento integralista, do qual o autor participava no período. Em acordo com João Fábio Bertonha: “O nacionalismo era imprescindível para o movimento integralista, isto pode ser observado no lema e no documento de fundação da AIB. O lema integralista apresenta os princípios preconizados pelo partido: Deus, Pátria e família”. (2013, p. 84). Nesses termos é possível entender o trecho do artigo de Hélder Câmara como expressão de sua apropriação de ideias integralistas.

Ao discutir um livro escrito por Laura Jacobina, intitulado **Moral cristã e Educação**, fez elogios à obra, dizendo ser algo útil para os educadores em geral e não somente aos católicos. Câmara (1936j), em artigo nomeado Livro esperado e livro tremendo, afirmou ainda: “Teria sido oportuna, a proposito de pedagogia nacionalista, uma referencia a pedagogia da Ação Integralista Brasileira o mais sadio de todos os

nacionalismos contemporaneos”. (CÂMARA, 1936j, p. 372). Dessa forma Câmara demonstrava o anseio de que a Ação Integralista Brasileira fosse tematizada na revista, visto entendê-la como exemplar no que dizia respeito ao desenvolvimento de um nacionalismo. Conforme destacado por Bertonha, o nacionalismo era:

[...] um elemento fundamental para angariar adeptos ao movimento integralista. Ao mesmo tempo, para a AIB, o nacionalismo presente na sua doutrina representava as aspirações da pátria e de todos os seus componentes (povo, política, cultura, etc.), bem como comprovava intenções nacionalistas do movimento integralista e respaldava seu objetivo de consolidar a nação brasileira. Nesse sentido, a AIB se apresentava como o verdadeiro responsável pela restauração dos valores nacionais e pela (re)organização da nação no Brasil. (BERTONHA, 2013, p. 84).

A questão do nacionalismo na escola foi algo debatido em artigos de Hélder Câmara, nos quais apontava para a demanda de uma escola nacionalista que preparasse os brasileiros para conhecer e amar o Brasil. Câmara (1937b) afirmou, no texto Metodologia do ensino do catecismo na Escola Nova, que isso deveria ocorrer desde o jardim da infância e seria um meio para transformar a então pátria em uma grandiosa nação⁷. Conforme seu entendimento:

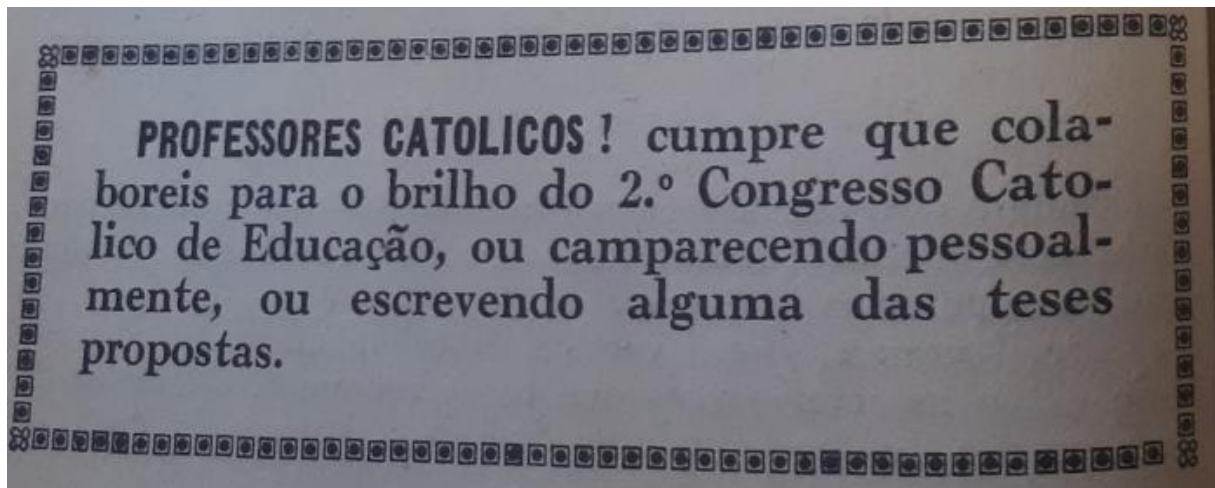
Nas patrias onde o nacionalismo mais profundo se fez, condutores de homens conseguiram encher de juventude da convicção de que a pátria se constitui menos pela unidade geográfica, racial ou linguística do que por um forte sentimento comum, por uma ideia dominadora que a todos empolgue, por uma vontade unanime, por uma personalidade marcante e sem igual. (CÂMARA, 1937b, p. 40).

Tal nacionalismo proposto por Câmara deveria vir acompanhado da fé católica. Afirmou, ainda, que estaria cada vez mais convicto e emocionado em defender o Brasil. De acordo com Brito (2016) o nacionalismo era parte da proposta da Ação Integralista Brasileira, proposição que, inclusive, foi socialmente bem recepcionada, expandida e repetida. Nesse sentido, é possível entender que Câmara trabalhava em favor de uma proposta da Ação Integralista Brasileira, por meio de sua defesa de um modelo de escola nacionalista. Ele encerrou seu texto com a frase: “Mais belo e maior só o nome daquele que há de abençoar os esforços dos criadores do Brasil – nome que eu pronuncio mais comovido e que este sim não pode deixar de ser minha palavra final: Nosso Senhor Jesus Cristo!”. (CÂMARA, 1937b, p. 42). Ao fim desse artigo,

⁷ Pátria se refere ao território em que uma pessoa nasce e nação concerne ao povo de um território politicamente organizado (LUFT, 2005).

seguia um convite aos professores católicos para participar do 2º Congresso Católico de Educação (figura 14).

Figura 14: Convite para participação no 2º Congresso Católico de educação, na RBP em 1936.



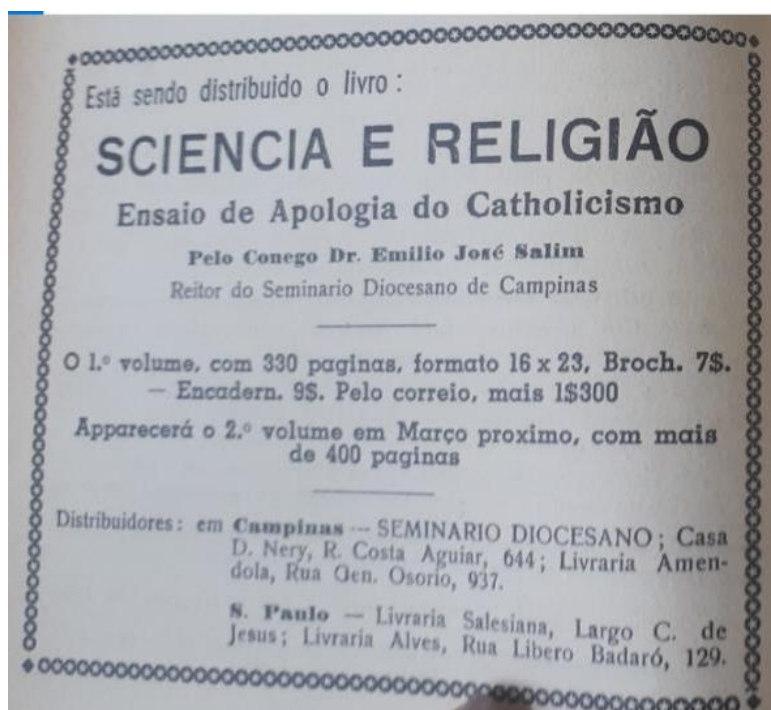
Fonte: Acervo da autora.

Em artigo intitulado *Pedagogia Terapeutica*, Câmara (1936g) indicou e comentou livros relacionados à pedagogia, dentre eles a obra intitulada ***Introducion al estudio de la Pedagogia Terapeutica***, escrita por Alfredo Strauss. Em suas palavras seria um “[...] livro útil pelas suas conclusões educativas. Estudando a oligofrenia, os transtornos de linguagem, a psicopatia e a psicose [...] não esquece o ilustre professor [...] de indicar-nos maneiras de agir”. (CÂMARA, 1936g, p. 213). Mais uma vez Câmara destacava aspectos da ciência psicológica em seus textos. Para além de teorias psicológicas, a menção a testes de inteligência esteve presente nas discussões de Câmara, notadamente, no artigo *A escolaridade e os testes de inteligência*. Segundo ele: “[...] os testes de inteligencia não deveriam conter elementos que exigissem escolaridade. Póde uma criança muito sem preparo ser muito inteligente. (CÂMARA, 1937a, p. 20). Defendeu ainda a necessidade de serem realizados testes com menos injustiças, não se limitando a provas pedagógicas.

Em seus textos Hélder Câmara com frequência discutia as relações existentes entre educação e religião, de modo a contemplar diferentes autores e suportes para elaborar suas contribuições. Enquanto intelectual que buscava demonstrar as conexões entre o campo educacional e o campo religioso, Câmara operava na fronteira entre ambos. Considerando que ao transitar entre campos, Câmara movimentava valores ligados à sua posição enquanto agente. No campo educacional

seu interesse era iminentemente ligado à concepção religiosa de educação, com vistas a, por meio de sua ação intelectual, alcançar e orientar os professores católicos. Nesse sentido, eram veiculados nas páginas da RBP anúncios de livros que tratavam da articulação entre religião e educação, ou religião e teorias científicas de modo mais amplo (figura 15). Uma estratégia de mediação cultural junto ao público alvo da revista.

Figura 15: Anúncio do livro **Sciencia e Religião**, na RBP em 1935.



Fonte: Acervo da autora.

Hélder Câmara apontava em seus escritos na RBP para a necessidade de se educar o ser humano em sua totalidade, não se restringindo ao que seria atinente ao campo religioso. Tratava-se de uma característica presente em sua metodologia para o ensino do catecismo:

Não paramos na camada puramente religiosa – É o homem todo que queremos educar, no sentido amplo de desenvolver, adaptar e aperfeiçoar. Qualquer estrutura, vemos no entozamento natural de todas as demais, e, partes que todas são do espírito, as encaramos, por meio d'elle, ligadas ao corpo, com todas consequências que sobrem ao composto humano. (CÂMARA, 1935a, p.119).

Vale ressaltar que, para além das questões do espírito havia menção ao corpo em sua proposta de ensino do catecismo, conforme se verifica no trecho a seguir, que é parte do seu artigo Metodologia do Ensino do Catecismo: “Ter sempre o corpo e o

coração bem limpos. Seria esplendido um jogo catechístico que ligasse os cuidados da alma com os cuidados corporaes”. (CÂMARA, 1935a, p. 125). A proposta de uma ação educativa que contemplasse o ser humano como um todo estava presente na perspectiva integralista, na qual: “[...] o homem integral deveria ser moral e espiritualmente superior agindo de acordo com os princípios cristãos e/ou católicos. Também deveria ser forte e saudável, o que seria alcançado a partir de preceitos eugênicos”. (BERTONHA, 2013, p. 87).

Ainda, no que dizia respeito à formação dos católicos e às características que deveriam ser neles trabalhadas, Câmara destacava:

É preciso que combatamos a timidez dos catholicos, quasi sempre excessiva e prejudicial. Commumente os adversários de nossa fé tem mais do que nós ousadia. Convém ir despertando destemor e confiança nos nossos, que, senhores da verdade e, em geral, dados mais a estudos sérios e orientados, estão aptos, de todo a enfrentar a irreligião. Os catecismos tem papel importantíssimo a desempenhar neste sentido [...]. (CÂMARA, 1935a, p. 128).

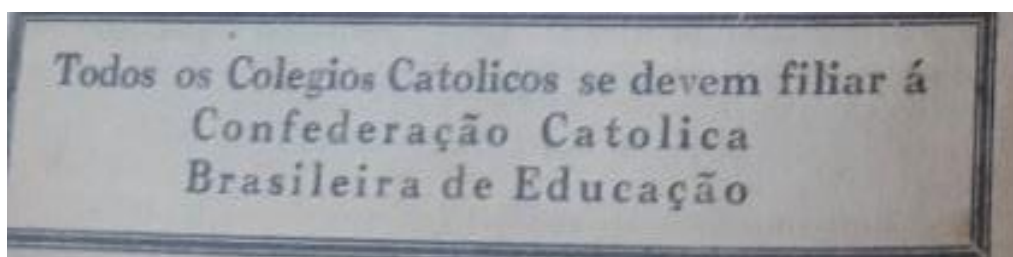
Hélder Câmara assinalava aos católicos a necessidade de mais empenho, no que dizia respeito às atitudes em relação às ideias que ganhavam corpo naquele período. Nesse sentido, é importante considerar que: “Em toda a década de 30, a Igreja Católica perseguirá o objetivo de consolidar sua unidade em plano nacional, através de uma centralização e coordenação da direção episcopal e do apostolado dos leigos”. (FAUSTO, 2007, p. 362). Isso se referia também ao campo educacional, assim, é importante considerarmos a perspectiva de Pierre Bourdieu, ao afirmar que:

[...] os esquemas que organizam o pensamento de uma época somente se tornam inteiramente compreensíveis se forem referenciados ao sistema escolar, o único capaz de consagrá-los e constituí-los, pelo exercício, como hábitos de pensamentos comuns a toda uma geração. (BOURDIEU, 2005, p. 208).

Dessa forma, a seara da educação desempenha um papel fundamental em relação ao espaço social, pois o campo educacional é decisivo para a composição e reprodução de ideias e de valores. A considerar isso, o interesse dos católicos por esse campo, no quadro aqui discutido, pode ser melhor compreendido e situado. Pois se tratava de algo intimamente ligado ao objetivo de construir uma hegemonia cultural católica no país.

Em artigo denominado Os jesuítas do século XVII, Hélder Câmara fez elogios aos padres da Companhia ao afirmar: “Um consolo final quero trazer a quantos tiveram oportunidade de relembrar a missão bemfazeja dos jesuítas – nos nossos dias, eles voltaram aos seus trabalhos apostólicos nos sertões do Brasil”. (CÂMARA, 1936d, p. 138). Em outro artigo, intitulado Livro precioso e livro tremendo, Câmara (1936l) prosseguiu exaltando o trabalho dos padres jesuítas, inclusive, direcionando censuras aos seus detratores. Por exemplo, fez críticas ao livro **Espírito e Fisionomia do Bolchevismo**, de autoria de René Fulop Miller, que, segundo Câmara, afirmava ser a Companhia de Jesus tão perniciosa quanto a doutrina de Stalin. Ao fim desse artigo foi apresentado um quadro, no qual registrava-se a mensagem de que todos os colégios católicos deveriam se filiar à CCBE (figura 16).

Figura 16: Mensagem para filiação à CCBE, na RBP em 1936.



Fonte: Acervo da autora.

A convocação para que os Colégios católicos se filiassem à CCBE pode ser analisada como mais uma forma de estratégia para unificar as ações católicas, e com isso aumentar a efetividade da presença da Igreja na educação. Michel de Certeau (1994) denomina estratégia como uma manipulação ou cálculo das relações de forças que ocorre a partir do período que um agente de querer e poder pode ser isolado. Nesse sentido a estratégia está relacionada ao poder que é utilizado para efetivar uma espécie de dominação, em que estão presentes poderes que não estão explícitos ao outro, fazendo parte da vida cotidiana.

A pedagogia catequética foi tratada por Hélder Câmara (1936h) no artigo Um grande pequeno livro. No texto abordou a obra que fazia parte dos Cadernos Catequéticos e que estampava na capa o nome de Valeska Paixão. Segundo ele se tratava de um pequeno livro com observações pertinentes, capazes de orientar professoras e catequistas. “Admirável essa moça! Seus escritos nada tem do eruditismo pedante, tão frequente no comum dos livros que nos vem as mãos”.

(CÂMARA, 1936h, p. 308). De acordo com os comentários e citações feitas por Hélder Câmara (1936h), o livro possuía como conteúdo a formação da consciência dos professores e das crianças, enfatizando a importância de valorizar as almas que passariam pelas mãos dos educadores. A partir dessa perspectiva elas não deveriam ser tratadas com mediocridade, as crianças deveriam ser consultadas e suas capacidades levadas em conta. Câmara recomendou com entusiasmo a referida leitura aos professores católicos.

Em outro artigo, intitulado Pesquisa catequética no Distrito Federal, Câmara (1937c) trouxe resultados de uma pesquisa educacional feitas por professoras, e descreveu a organização, a coleta de dados e as conclusões do estudo. Essa pesquisa teve como participantes 719 catequistas entre as 2021 que lecionavam religião nas escolas públicas do Distrito Federal. Afirmou: “[...] 2/3 dos catequistas são os próprios professores das classes, conhecedores de seus alunos e afeitos a observá-los”. (CÂMARA, 1937c, p. 130). A pesquisa citada tinha como instrumento de coleta de dados um questionário, cujos dados foram posteriormente tabulados por D. Alfredina Paiva e Souza⁸. Como conclusão o estudo apontou para a necessidade de abertura de um curso de formação catequética para os alunos, além de deixar o questionamento acerca de se seria algo positivo a padronização do ensino da religião. Ainda nesse ano, em 1937, o nome de Hélder Câmara apareceu na revista com a seguinte descrição: “Diretor do departamento técnico do Ensino de Religião”. Enquanto responsável por tal departamento da RBP, ocupou-se do debate acerca da temática do ensino religioso, abordando a circunstância em que o mesmo se desenvolvia nas escolas públicas, na capital do Brasil.

Em outro texto, Hélder Câmara (1936k) discutiu o Ensino das Humanidades, título do livro escrito pelo Padre Arlindo Vieira, no qual era abordado o problema do ensino secundário. Câmara registrou sobre a questão: “Não me diminuiu o desejo de ver O ensino das humanidades espalhado por todo o Brasil, posto nas mãos de alunos e professores, de deputados e ministros, de chefes de família e membros do conselho de educação”. (CÂMARA, 1936k, p. 373).

No entendimento de Câmara (1937d), conforme discutido em seu artigo *Les mestres de la pedagogie contemporaine*, o intelectual belga Frans de Hovre era o orientador dos mestres católicos do Brasil, pois seus livros se difundiam largamente

⁸ Era professora do Instituto de Educação e especialista em pesquisas educacionais.

pelo país impactando o professorado ligado à Igreja. No que dizia respeito à pedagogia católica, Hovre era um intelectual de referência em diversos países, tais como: Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Reino Unido, Itália e Holanda. Nesse sentido, o intelectual citado por Câmara pode ser considerado um produtor cultural.

Hélder Câmara se fez presente na aula inaugural da Faculdade de Filosofia de São Bento, em São Paulo, no ano de 1937. Como conteúdo para a RBP apresentou por meio de um artigo o que foi discutido nesse evento, sintetizando os assuntos abordados por meio do seu texto. (CÂMARA, 1937e). Registrou comentários sobre Spinoza e sobre Farias Brito, tendo contemplado reflexões filosóficas embasadas em tais autores. Dentre as discussões se pode destacar o trecho em que tratou do tema: Spinoza, Farias Brito e a razão. Nele Câmara encetou críticas às argumentações spinozianas que, segundo ele, seriam incapazes de admitir a existência de algo sobrenatural. Em relação à inteligência e à capacidade de atratividade de Spinoza, afirmou: “Não confundimos moderno com verdadeiro. Mas dado o preconceito do novo em nossa terra é o caso de perguntar-se si é mocidade ou velharia adorar Spinoza”. (CÂMARA, 1937e, p. 237). Câmara (1937e) relatou que Farias Brito fez críticas inseguras ao spinozismo, encerrando com a afirmação de que seriam necessários melhores guias para a inteligência nacional.

Em outro texto, com o título John Dewey e o problema religioso, Hélder Câmara (1937f) citou o filósofo e pedagogo americano John Dewey, particularmente a obra ***A common Faith*** de 1934, livro no qual aborda o problema religioso. A esse respeito escreveu o padre Câmara: “Não é exagero afirmar que Dewey está empolgado pelo problema religioso. Contemplando a desordem contemporânea, incrimina a irreligiosidade como responsável pelos destinos do homem. Só a religião poderá salvar o mundo”. (CÂMARA, 1937f, p. 6). Além disso, segundo sua interpretação, Dewey via como positiva a intenção da Igreja em influir na questão social, em que pesasse sua proposta estar mais relacionada à existência de um tipo de religião menos ligada a dogmas, o que entenderia como um caminho para que a religião não fosse elemento divisor entre os seres humanos. Acerca disso, Câmara afirmou:

Não penso, neste instante, em partidários de outros credos. Como sacerdote católico, penitencio-me em nome dos meus irmãos de fé pela falta de caridade que tantas vezes manifestamos ao lidar com aqueles que não pertencem a nossa igreja. Na ansia de comunicar a verdade, esquecemo-nos de que em nós o exemplo falaria mais do que as palavras e convenceria muito mais do que a exasperação. (CÂMARA, 1937f, p. 9).

Câmara (1937f) afirmou que Dewey estava empolgado com o problema religioso, enfatizando que o remédio para a desordem contemporânea seria distinguir os termos religião e religiosidade. Nesse sentido, promovia comparações indicando que antes a religião era o centro da vida social e naquele momento grande parte das atividades humanas estavam em divergência com a ação da Igreja. Ao abordar assuntos relativos às questões sociais, Câmara afirmou que Dewey não entendia a Igreja como intrusa ao atuar nesse âmbito, ela seria intrusa apenas se tentasse resolver sozinha um problema que pertence ao poder temporal. “São cheias de calor as últimas páginas de Dewey. Ele vê como um bom sintoma o desejo da igreja de influir na questão social”. (CÂMARA, 1937f, p. 7).

As obras de Dewey fundamentam as críticas de Câmara (1937g) em relação aos excessos presentes nos conceitos absolutos e nas posições relativistas. Para ele, os processos educativos e as finalidades da educação passavam por constantes transformações. Em um artigo, intitulado A educação intelectual e o fator religioso: seus respectivos valores, fez a seguinte afirmação: “Deixemos que John Dewey exponha e critique os conceitos modernos de educação e vejamos que a fé se projeta em questões palpitantes assim”. (CÂMARA, 1937g, p. 130). Em alguns momentos Câmara (1937g) acaba se apropriando por meio de suas leituras de alguns ideais de Dewey, de modo que passou a construir sentidos conforme direcionava suas leituras. A considerar esse aspecto vale retomar Roger Chartier ao afirmar: “Um texto existe apenas porque há um leitor para lhe atribuir um significado”. (CHARTIER, 1997, p. 12). E dessa forma Câmara atribuía diferentes significados às leituras que fazia dos textos de Dewey, em alguns momentos criticando e em outros fundamentando suas opiniões a partir dos textos. A leitura é uma prática que acontece conforme o espaço histórico, em que ocorre o encontro da intenção do autor quando escreveu e o leitor enquanto criador de sentidos e significados.

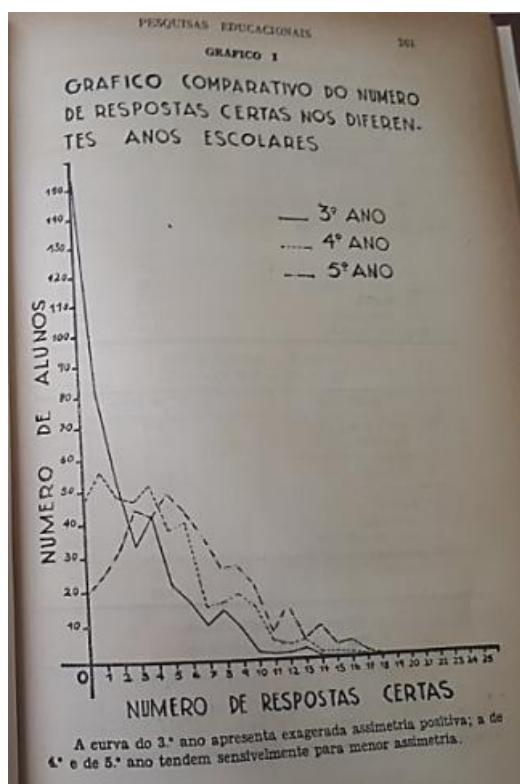
Hélder Câmara demonstrou ser favorável à utilização de pesquisas educacionais para o avanço nas metodologias da educação, para ele tais pesquisas eram importantes no sentido de contribuir para a eficiência do ensino da religião. Em relação a isso, afirmou:

Sem incorrerem nos excessos de anti-subjetivismo tão comuns nos meios educacionais, os católicos podemos e devemos lançar mão de pesquisas objetivas, que não só demonstrem a perfeita utilização, pela igreja, dos processos científicos, mas reduntem em maior eficiência para o ensino da religião. (CÂMARA, 1937h, p. 247).

Dentre pesquisas com este perfil Câmara (1937h) citou uma investigação acerca do vocabulário catequético, a qual em sua avaliação tinha grande rigor científico. Nesse artigo, chamado Vocabulário Catequético, descreveu que o estudo utilizou como método um questionário direcionado para crianças, a partir do segundo ano, de 25 escolas públicas e 2 colégios particulares, de lugares distintos. As questões tratavam de palavras integrantes do vocabulário catequético, as quais deveriam ser explicadas pelos participantes. Sobre isso Câmara afirmou: “Estamos querendo fazer um catecismo novo, de que as crianças gostem bastante. Precisamos escolher palavras que todas as crianças entendam”. (CÂMARA, 1937h, p. 250). Com essa afirmação é possível verificar que a pesquisa buscava identificar palavras que fossem claras ao entendimento das crianças no ensino do catecismo.

A investigação em questão foi detalhada por Câmara (1937h), quanto à sua organização, ao seu objetivo, e no que dizia respeito às tabelas e aos gráficos que apresentavam os resultados obtidos. Os resultados foram amplamente discutidos e comparados, como se pode verificar por meio do gráfico presente na revista:

Figura 17 – Gráfico comparativo. Pesquisa do vocabulário catequético, na RBP em 1937.



Fonte: Acervo da autora.

A partir do gráfico indicado, constante da investigação discutida, Câmara (1937h) comparou as respostas certas obtidas por meio da pesquisa, em diferentes anos escolares. Estudo que em seu entendimento apresentava grande mérito por se amparar em métodos científicos.

Além dos gráficos foram divulgadas tabelas com as porcentagens resultantes do trabalho de pesquisa. Isso é indício de que Hélder Câmara estava interessado nos métodos de ensino catequético – como ele denominava em seus textos – e buscava meios que pudessem melhorá-los, de modo a atingir cada vez mais êxito. Como conclusão de seu texto, Câmara (1937h) levantou a questão: a quem caberia a responsabilidade do elevado número de erros relacionados ao vocabulário catequético? Nesse sentido, chamou a atenção das catequistas para revissem o vocabulário empregado em suas aulas, e apontou para a necessidade de se utilizar uma linguagem que pudesse ser assimilada por todos.

Em uma coluna fixa da RBP, denominada Pesquisas Educacionais, Câmara (1938a) discutiu o critério utilizado para a distribuição de turmas, conforme proposto pelo Instituto de Pesquisas Educacionais do Rio de Janeiro. O critério estabelecia a seguinte estrutura: turmas V, compostas por alunos “fracos” em português e em matemática; turmas Y, com alunos “fortes” em português e matemática; e turmas X, constituídas por alunos de nível médio. Tais letras seriam empregadas como indicador do nível dos estudantes. Hélder Câmara se posicionou da seguinte maneira em relação a essa distribuição: “[...] o professorado não será mais forçado a uma distribuição meramente subjetiva, trabalhosa e falha”. (CÂMARA, 1938a). Finalizou o texto com a afirmação de que o Instituto estava cumprindo sua finalidade na medida do possível, demonstrando ser favorável ao modo que estava sendo organizada tal distribuição.

Dentre os diversos assuntos abordados por Hélder Câmara em seus artigos, a Metodologia de Ensino do Catecismo foi o tema mais recorrente. Sua defesa do ensino de catecismo não implicava, concomitantemente, na defesa de seus métodos tradicionais de ensino. Sua concepção a esse respeito, por exemplo, foi uma das que se modificou sob a influência do ideário da Escola Nova. E sobre isso afirmou:

Os sinceros não ignoram que os representantes legítimos do pensamento catholico, longe de se atemorizarem com a escola nova, reconhecem, de bom grado, as boas e bellas parcelas de verdade, que os modernos, si não inventaram, tiveram a oportunidade e a gloria de focalizar melhor. (CÂMARA, 1935a, p. 119).

Para Câmara, a Escola Nova continha excessos e nesse sentido questionou: “Porque tantos se deixam seduzir pelos excessos da pedagogia nova? E’ que não querem ou não podem aprofundar-lhe a essencia. Deixam-se fascinar pelo curioso dos métodos sugestivos das praticas a realizar. Não procuram as raizes. Não desce a fonte [...]. (CÂMARA, 1936a, p. 29). Esse questionamento esteve presente no primeiro Congresso Católico Nacional de Educação, para além desse ponto, também foi incentivada nos congressistas a busca por obras de modernos pedagogos católicos, a fim de competir com os mestres da educação renovada.

A Escola Nova, na apparencia veio aligeirar o currículo primario, mas dada a precipitação com que tem sido proposta para o nosso meio, na realidade, aumentou a confusão nos arraiais primários, suscitando projetos em que professores e alunos se emaranham, quasi sempre, sem saída, multiplicando práticas socializadoras, enxertadas sem organacidade e em excesso no sistema escolar, com prejuízo das técnicas fundamentais. (CÂMARA, 1936c, p. 44).

Câmara (1936e) abordou a posição do Brasil em relação ao **Dicionário de Pedagogia Labor**, segundo ele, algo moderno e valioso. Esse dicionário contemplava em seu conteúdo elementos da doutrina católica e tratava de temas variados relacionados à educação. Inclusive, possuía um espaço direcionado à abordagem dos grandes mestres de todos os tempos, sendo citados personagens importantes para a educação brasileira, tais como: José de Anchieta, Lourenço Filho e Rui Barbosa. Câmara registrou que no dicionário foram destacadas as relações entre a bíblia e a pedagogia, entre a religião e a educação. Como falha no dicionário apontou os ataques direcionados à pedagogia de São Tomás de Aquino.

Hélder Câmara (1936f), no artigo intitulado A escrita na escola primária, fez menção ao trabalho de Lourenço Filho, ao afirmar que havia feito do Instituto de Educação do Distrito Federal a obra prima de sua vida. Entretanto, em seguida apresentou ressalvas ao seu livro **Introdução ao estudo da escola nova**, registrando que não avaliava a obra como o melhor trabalho do autor, visto entender estar repleta de encantamento e erros. Após essa crítica, reiterou que o melhor trabalho de Lourenço Filho era mesmo o Instituto de Educação:

E’ uma escola ‘diferente’, onde se vem processando a elaboração verdadeira de tudo o que a moderna pedagogia possui de realmente bom. Seria lastimavel que o sopro da escola nova passasse violento, destruindo, sem quase construir. No Distrito o Instituto ficará como uma nota de equilíbrio, um dado positivo em meio a confusão geral. (CÂMARA, 1936f, p. 210).

De acordo com Câmara (1936f) o Instituto tinha como principal característica a reação aos excessos da Escola Nova. Suas afirmações estavam embasadas nas experiências de Ormindia Marques⁹ no Instituto, as quais foram por ela relatadas no livro **A escrita na escola primária**. De acordo com Monteiro (2012) essa obra pode ser considerada um marco histórico no que concerne ao ensino da linguagem escrita no Brasil, além de ter sido um instrumento de divulgação dos ideais da Escola Nova. Câmara (1936f) fez comentários relativos a obras dedicadas ao estudo do desenvolvimento da escrita de modo a elogiar a contribuição de Ormindia, tendo em vista o esforço que empreendeu a fim de compartilhar suas experiências com os demais colegas de magistério. Sobre isso, escreveu:

D. Ormindia prova-nos, com muita segurança, que a questão da escrita se levanta para a escola nova, assumindo mesmo aspéto de alta relevância, que escaparam a escola tradicional. E através dum histórico de escrita, levamos a sentir a riqueza do sistema muscular de escrita – mais humano, mais capaz de atender a notas justas que o passado considerava e a dados que o presente não pode deixar de encarar. Desdobra-se diante de nós, a experiência realizada, pela autora, em sua escola primária no Instituto, com espírito científico perfeito e com carinho tornado proverbial. (CÂMARA, 1936f, p. 210).

As experiências relatadas por Ormindia Marques foram bem vistas por Câmara (1936f), especialmente no que concerne ao modelo de ensino da escrita. Suas avaliações acerca de métodos e modelos de ensino ganharam destaque no artigo Metodologia do ensino do catecismo na Escola Nova, no qual Câmara (1935a) trouxe informações relevantes sobre o ensino de catecismo na perspectiva da pedagogia moderna e enfatizou a necessidade de uma defesa política dos ideais da Igreja:

Hoje então que nos catholicos nos organizamos para a defesa política dos nossos ideaes, precisamos de uma elite cultural, que conheça os princípios da igreja em todos os problemas, evitando-nos o desprazer de, em nosso nome, serem sustentadas heresias, em discursos solemnes. (CÂMARA, 1935a, p. 128).

Ao ser abordada a necessidade de uma elite cultural capaz de conhecer e de propagar as ideias e os valores da Igreja, a sociologia de Pierre Bourdieu pode contribuir com a análise, notadamente, ao tratar do campo religioso e das disputas

⁹ Ormindia Marques foi diretora da Escola Primária do Instituto de Educação do Distrito Federal em 1932.

pelo poder. Em acordo com Bourdieu todo campo se refere a “[...] um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças”. (BOURDIEU, 2004b, p. 22-23). Nesse sentido o campo religioso se apresenta como espaço no qual são intensamente mobilizados móveis de luta pelo poder, particularmente por se tratar de um campo com forte impacto na transformação ou na manutenção de relações de dominação.

Em outras palavras, a religião contribui para a imposição (dissimulada) dos princípios de estruturação da percepção e do pensamento do mundo e, em particular, do mundo social, na medida em que impõe um sistema de práticas e de representações cuja estrutura objetivamente fundada em um princípio de divisão política apresenta-se como estrutura natural-sobrenatural do cosmos. (BOURDIEU, 2011, p. 31-32).

Assim, a religião de certa forma impõe um sistema de práticas que são orientadoras da conduta de seus seguidores. Em relação ao catecismo, Câmara (1935b), ao escrever o texto Metodologia do ensino do catecismo na Escola Nova, propôs a criação de um órgão centralizador das experiências, a fim de que essa modalidade de ensino se tornasse cada vez mais atraente. Para tanto, afirmou existir a necessidade do desenvolvimento de projetos e a utilização de jogos fundamentados na psicologia infantil. Também registrou a demanda pela: “[...] criação nas diversas sedes de Conselhos Regionais da CCBE de centros catechísticos nos moldes da Legião de S. Sebastião do Distrito Federal de S. Paulo, os quaes actuariam sob o controle do órgão central proposto [...]”. (CÂMARA, 1935b, p. 201).

Ao considerar que em 1935 o ensino religioso era livre nas escolas públicas do Brasil, Câmara (1935c), em seu artigo Programa de cadeira da religião, enquanto diretor de instrução do Ceará, apresentou o programa que estava sendo seguido no estado, para que servisse de exemplo aos demais. Dessa forma, registrou o intento do referido programa: “O ensino da religião na escola primária tem como objetivo: a) dotar a criança de sólidos conhecimentos básicos da verdade católica; b) desenvolver nela hábitos de um verdadeiro cristão; c) iniciá-la na vida litúrgica da Igreja”. (CÂMARA, 1935c, p. 72).

Com isso deixava evidente que, em seu entendimento, o intuito do ensino religioso nas escolas oficiais deveria ser o da consolidação das ideias e dos valores básicos da religião católica. Câmara (1935c) afirmou, ainda, que a religião como disciplina escolar seria tão importante quanto as demais, e que não deveria ser menosprezada. A estratégia da Igreja, singularizada na ação intelectual de Hélder

Câmara, lançava mão de intervenções no campo educacional para fazer circular conhecimentos e perspectivas advindos do campo religioso, o que pode ser entendido sob a perspectiva analítica de Pierre Bourdieu:

O campo religioso tem por função específica satisfazer um tipo particular de interesse, isto é, o interesse religioso que leva os leigos a esperar certas categorias de agentes que realizem ‘ações mágicas e religiosas’, ações fundamentalmente ‘mundanas’ e práticas, realizadas ‘a fim de que tudo corra bem para ti que vivas muito tempo na terra’. (BOURDIEU, 2007, p. 82).

No trecho citado Hélder Câmara fez reflexões acerca de até que ponto as práticas religiosas podem interferir sobre as pessoas, considerando que são por elas vivenciadas desde muito pequenas, mesmo que sem a efetiva compreensão de tais atos. A teoria de Bourdieu (2007) pode auxiliar na análise desses questionamentos, pois as referidas atitudes e as inclinações nelas implicadas podem ser entendidas como um *habitus*, incorporado pelos agentes a partir de sua socialização cotidiana. Hélder Câmara destacou o quanto o ensino escolar desempenharia papel crucial, para uma efetiva incorporação dos valores católicos pelos sujeitos: “Si o mestre está globalizando, não há centros de interesse, projetos ou unidades de trabalho que não ofereçam ampla margem para conhecimentos religiosos a inculcar ou hábitos cristãos a desenvolver”. (CÂMARA, 1935c, p. 73).

Também foi assunto de destaque nos artigos de Hélder Câmara sobre o campo educacional a necessidade da elaboração de um Plano Nacional de Educação. Nos textos em que debateu a temática é possível verificar elementos que fundamentavam suas proposições. Nesse sentido, Câmara (1936c) afirmou não acreditar na eficiência de um ensino geral, a considerar o quadro político que acabava por envolver as escolas. Ressaltou a necessidade de considerar que as particularidades regionais não poderiam prejudicar a exaltação do nacionalismo. E, no que dizia respeito à permanência, defendeu a necessidade de um mínimo de 5 anos para a escola primária. Ainda, dentre as proposições defendidas por Hélder Câmara, verificam-se algumas ancoradas na ideia de colaboração entre Igreja e Estado. Em suas palavras: “Na escola queremos integrar a criança na vida, integremo-la na vida plena, em Deus, Jesus Cristo e estará realizada totalmente a nossa missão educacional”. (CÂMARA, 1936c, p. 50).

Câmara (1936c), ao escrever o artigo O ensino primário no Plano Nacional de Educação, fez menção a um projeto de criação de escolas denominado Cruzada

Nacional de Educação¹⁰, expressando a seguinte avaliação: “Mais urgente, aliás do que abrir novas escolas seria mobiliar, convenientemente, as escolas em funcionamento”. (CÂMARA, 1936c, p. 45). Manifestou preocupação em relação à evasão escolar, afirmando que muitos alunos iniciavam o ensino primário, mas eram poucos os que concluíam.

Hélder Câmara se posicionou numa perspectiva que apresentava demandas para além da expansão do número de escolas, ao destacar a necessidade de investigar e aplicar métodos eficazes para que os alunos concluíssem com êxito as etapas de ensino. Em uma avaliação ampla, registrou o seguinte entendimento acerca do encaminhamento de soluções para os problemas da educação no país:

Pouco a pouco, somos levados a constatar que é inútil pensar em meias reformas. Querer soluções sumarias e superficiais é não querer soluções. A pensarmos, seriamente, no ensino primário, teremos que o situar num plano geral de reestruturamento da nacionalidade. (CÂMARA, 1936c, p. 46).

Em seu texto *Os católicos e o Plano Nacional de Educação*, Câmara (1936i) propunha a ideia da construção de um Plano Nacional de Educação que, em seu entendimento, mesmo que não passasse de um projeto, já valeria a pena. O papel da educação religiosa e a inserção dos valores católicos nas práticas de ensino, eram por ele defendidas na composição de tal plano. “**Algumas sugestões do Plano Nacional de Educação** é um livro a altura do valor da pedagogia católica e bem revela a força e fecundidade que da colaboração da Igreja o Estado póde esperar”. (CÂMARA, 1936i, p. 371). Câmara (1936i), ainda, destacou possíveis contribuições para a composição de um plano nacional, notadamente, ao mencionar e listar o valor das ideias de diversos intelectuais católicos, tais como: Alceu Amoroso Lima, Manuel Marcondes de Rezende, Antônio d’Ávila, padre Arlindo Vieira, padre José Danti, padre Castro Neri, Everardo Backheuser e a irmã Mére Saint-Ambroise.

Ao contemplar os autores e a autora indicados, Câmara (1936i) destacou aspectos de seus posicionamentos e de suas obras. Acerca de Alceu Amoroso Lima afirmou que os Princípios Gerais da Pedagogia, por ele apontados, eram prova irrefutável do vigor da pedagogia católica: “[...] o ilustre pensador condensa em itens sóbrios e luminosos a nossa doutrina educacional. A possibilidade de expressar-se

¹⁰ Esse projeto se tratava de uma campanha contra o analfabetismo que buscou expandir o número de escolas no Brasil, tendo levado à abertura de mais de 7.000 escolas. (BICA; CORSETTI, 2011).

assim em código sintético, harmonioso e claro contrasta com a confusão e incoerência de muitos credos pedagógicos”. (CÂMARA, 1936i, p. 370). Já ao mencionar o estudo de Manuel Marcondes Rezende, particularmente ao tratar da nacionalização da escola, Câmara (1936i) aproveitou para atacar aspectos da democracia liberal e do sistema republicano. Ao abordar a obra de Antônio D’Ávila exaltou sua contribuição fortemente amparada no senso prático, a partir do qual entendia que o autor desfazia algumas das ilusões que sustentavam a ideia de obrigatoriedade da frequência escolar.

Ao considerar as contribuições dos padres Arlindo Vieira e José Danti, Câmara (1936i) destacou a defesa que os mesmos faziam da reforma do ensino secundário, a partir do que seriam em seu entendimento fecundos princípios católicos. Quanto ao padre Castro Neri, Hélder Câmara indicou que, por meio de argumentação e de bom senso extraordinários, o sacerdote conseguia organizar sugestões de ensino excelentes no atinente à Psicologia e à História da Filosofia. Sobre Everardo Backheuser, escreveu: “E’ discutível o que diz Everardo Backheuser sobre as causas de não alfabetização de adultos em nossa pátria, mas é indiscutível e urgente a criação das Universidades Populares”. (BACKHEUSER, 1936i, 370). Por fim, registrou que Mére Saint-Ambroise, a única mulher da lista, era uma voz feminina que mostrava o valor das religiosas que estavam disseminadas pelo Brasil, exercendo trabalhos valorosos na humildade de seus mosteiros.

Ao longo de seus artigos na RBP Hélder Câmara citou diversos autores e obras, advindos de filiações teóricas variadas, a fim de pautar e sustentar suas discussões. Cabe ressaltar a presença em seus textos de alguns elementos conceituais ligados às ideias integralistas, movimento ao qual havia aderido em 1932. Ao se considerar esse aspecto, verificou-se que Hélder Câmara se encontrava em um importante momento de sua trajetória intelectual, a saber, uma circunstância na qual arrefeciam seus ideais integralistas, em favor de posicionamentos renovadores em diferentes campos sociais, destacando-se no presente estudo seus escritos sobre o campo educacional, por meio dos quais dialogava com os métodos e as técnicas da Escola Nova.

Objetivamente na RBP a presença de elementos conceituais integralistas, notadamente o nacionalismo e a defesa da educação do ser humano integral – com destaque para a espiritualidade – se fizeram presentes entre 1935 e 1937, ano no qual Câmara se afastou do integralismo, por orientação de Dom Leme, no contexto do

Estado Novo. Já as menções e avaliações referentes à Escola Nova, muitas vezes realizadas no sentido de considerar como poderiam contribuir para as práticas pedagógicas católicas, destacadamente para o catecismo, fizeram-se presentes em todos os anos da publicação: 1934 a 1938. Portanto, trataram-se de duas perspectivas que coexistiram no horizonte intelectual de Hélder Câmara na década de 1930.

3.3 Resenhas assinadas com o pseudônimo Alceu da Silveira: a apropriação realizada pelo Helder Câmara leitor.

Hélder Câmara escreveu 34 resenhas de livros para a RBP. Nessa modalidade específica de texto optou por empregar pseudônimo, a saber: Alceu da Silveira, nome escolhido em homenagem a dois intelectuais católicos que admirava: Alceu Amoroso Lima e Tasso da Silveira. Tais produções textuais estiveram presentes de modo regular na revista, ao longo de todo seu período de circulação. Vale destacar que, a partir de 1937, foi criada uma coluna fixa intitulada Literatura Pedagógica, espaço reservado exclusivamente à publicação de resenhas.

Por meio de suas resenhas críticas, Câmara construía e demonstrava sua avaliação acerca dos livros selecionados, além de promover reflexões mais amplas sobre e a partir dos autores em questão. Ao nos referirmos a essas resenhas, manteremos a utilização de seu pseudônimo, tal qual consta nos documentos originais, portanto, referenciaremos Hélder Câmara nesse subitem do capítulo como Alceu da Silveira. Essa opção levou em conta o fato de auxiliar na organização das fontes, visto o grande número de artigos e resenhas publicados pelo autor num mesmo ano, bem como traz contribuição visto facilitar ao leitor a consulta às referências no final do presente trabalho.

É possível identificar nas resenhas aqui analisadas o fato das avaliações e das opiniões manifestas darem conta de uma mentalidade que passava por transformações importantes. Como exemplo é possível mencionar os posicionamentos de Câmara em relação a Dewey: elogiado em alguns textos – a partir de uma perspectiva renovadora – como dono de ideias “esplêndidas”, ao tratar da relação com os alunos e da valorização de sua iniciativa; já em outros textos, criticado duramente em razão do que Câmara chamou de “socialismo de Dewey” – notadamente, interpretação balizada por ideias integralistas.

Ao tratarmos da modalidade de texto aqui especificamente selecionada, a saber, a resenha crítica, buscamos realizar uma análise das apropriações empreendidas por Câmara, ao travar contato, por meio da leitura dos livros resenhados, com ideias e valores que de algum modo lhe causaram impacto – nesse sentido, acreditamos poder empregar o conceito de apropriação, tal qual estabelecido por Roger Chartier. O conceito de apropriação cultural, conforme apresentado por Chartier (2002), contribui para nossas análises na medida em que contempla o quanto as leituras podem afetar o leitor, levando-o a uma nova compreensão de mundo e de si mesmo por meio de uma apropriação de discursos. Vale destacar que a referida apropriação precisa ser entendida como ativa, ou seja, o leitor não apenas recebe e incorpora informações de modo passivo, o mesmo tem um modo particular e único de se apropriar de tal conteúdo, algo que o converte em um produtor de sentido no que diz respeito aos conteúdos em questão. Nesse sentido, Chartier contribui com a afirmação de que “[...] a escrita é, ela própria, leitura de uma outra escrita”. (CHARTIER, 1988, p. 61).

Ao levarmos em conta essa perspectiva defendida por Chartier, abordaremos as resenhas críticas produzidas por Câmara no sentido de tentar caracterizá-lo enquanto leitor, a fim de produzir uma análise capaz de traçar as principais linhas de pensamento que sustentavam suas avaliações, opiniões e intervenções naquele momento de sua vida. Considerando que: “Todo autor, todo escrito impõe uma ordem, uma postura, uma atitude de leitura. Que seja explicitamente afirmada pelo escritor ou produzida mecanicamente pela maquinaria do texto, inscrita na letra da obra”. (CHARTIER et al, 2001, p. 20). Nesses termos ao escrever as suas resenhas críticas ele estava exercendo suas opiniões e sua postura, deixando evidente as suas ações enquanto fez tais leituras.

Fica evidente a rotina de leitor de Hélder Câmara, visto que foram consideráveis o número de resenhas feitas, de modo a ser possível verificar por meio delas as inclinações dos autores e das autoras com os quais travava contato intelectual. A leitura pode ser compreendida também como um espaço social, que segundo Pierre Bourdieu é “[...] um espaço (a várias dimensões) construído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto das propriedades que actuam no universo social considerado [...] apropriadas a conferir, ao detentor delas”. (BOURDIEU, 2000, p. 133-134). Esse espaço social se constitui como um campo de forças e nesse sentido a leitura pode ser entendida como um meio de sociabilidade,

suscetível às relações de forças internas. Roger Chartier contribui com a análise desse campo da leitura, segundo ele:

Toda história da leitura supõe, em seu princípio, esta liberdade do leitor que desloca e subverte aquilo que o livro lhe pretende impor. Mas esta liberdade leitora não é jamais absoluta. Ela é cercada por limitações derivadas das capacidades, convenções e hábitos que caracterizam, em suas diferenças, as práticas de leitura. Os gestos mudam segundo os tempos e lugares, os objetos lidos e as razões de ler. Novas atitudes são inventadas, outras se extinguem. (CHARTIER, 1998, p. 77).

A primeira resenha que Hélder Câmara publicou sob o pseudônimo Alceu da Silveira foi acerca de um livro de Afrânio Peixoto, intitulado **História da Educação**, publicado em São Paulo no ano de 1933. No texto foram feitas críticas ao livro: “O Dr. Afranio foi muito aos autores. Fez trabalho de 2.^a ou 3.^a mão. Muitas vezes, por isto mesmo, não apanha bem a essência dos sistemas, principalmente antigos e repete lugares comuns ingenuos e simplistas”. (SILVEIRA, 1934a, p. 48). E suas críticas foram além. Afirmou que o modo como Peixoto argumentava em seu livro era advindo de alguém que nunca leu Santo Tomás. Finalizou sua resenha com a afirmação que o livro possui muitos erros, porém com verdades capazes de desnortear decoradores de certos livros. (SILVEIRA, 1934a).

Ao resenhar o livro **Como pensamos** de John Dewey, publicado em 1933, Silveira (1934b) afirmou que Dewey não necessariamente descobriu algo novo, mas que para ele esse foi um livro sereno. Aproveitou, ainda, para demonstrar por meio da resenha a sua insatisfação com o que chamou de excessos da Escola Nova. Mas foram comentados os pontos positivos desse livro, como a análise que Dewey fez em relação ao ato de pensar. Em suas palavras: “Livro bom, que, si não acrescenta novidades a quem possua lógica e psicologia tomista, póde dar de Dewey uma ideia mais alta e serena do que os demais trabalhos seus”. (SILVEIRA, 1934b, p. 111). Ao avaliar que outros trabalhos de Dewey estariam melhores, fica demarcado que seus comentários e críticas são referentes ao livro em questão e não necessariamente ao autor do livro. É importante considerar o contexto no qual Silveira fez a leitura do livro, a saber, em 1934, ano em que era o diretor de instrução pública do estado. A considerar esse aspecto, vale retomar a assertiva de Chartier: “Uma vez escrito e saído das prensas, o livro, seja ele qual for, está suscetível a uma multiplicidade de usos. Ele é feito para ser lido, claro, mas as modalidades do ler são, elas próprias,

múltiplas, diferentes e segundo as épocas, os lugares, os ambientes”. (CHARTIER, 2003, p. 173).

O livro **Tecno-psicologia do trabalho industrial**, escrito em 1933 por Leon Valter, foi resenhado por Silveira que enfatizou a importância da psicologia, inclusive, nas fábricas, o que era o tema alvo do livro. “A psicologia moderna dispõe de recursos seguros e rápidos – os testes – para descobrir que operários possuem as aptidões de rigor”. (SILVEIRA, 1934c, p. 50). Para ele, esses testes tratados no livro eram de grande valia e deveriam ser utilizados nas indústrias inteligentes, mas segundo Silveira o livro deixou a desejar no que concerne à parte histórica. Roger Chartier assinala que: “Pela representação do livro, o poder funda-se sobre uma referência ao saber. Assim, ele se mostra ‘esclarecido’”. (CHARTIER, 1998, p. 84). Nesse sentido, o livro representava uma autoridade e Silveira reconhecia a sua importância, mas isso não significava para ele que a obra estaria isenta de erros.

As discussões em torno da psicologia não se esgotaram nesse momento, pois a obra **Lições catequéticas de Quinet**, publicada em 1935, foi resenhada por Silveira que de saída afirmou: “Nem tudo porém, que é de Quinet mesmo é perfeito e ideal. Há falhas que não veem da tradução. No século da psicologia estruturalista, é estranho sustentar-se a abstenção do corpo nos atos da inteligência e da vontade”. (SILVEIRA, 1936a, p. 52). O livro citado trazia detalhes sobre o ensino do catecismo desde o que chamava de exercícios sobre Adão, nos quais se partia de discussões acerca dos primórdios da cosmologia cristã. Também eram contempladas na obra pequenas orações para o ensino da religião. Ao concluir a resenha Silveira afirmou que esperava por mais livros de Quinet, com melhores traduções.

Se percebe então, que os temas relacionados à psicologia continuaram a ser abordados em diferentes resenhas, dentre elas a do livro **Psicologia do comportamento**, escrito por Henri Pieron em 1935. Segundo Silveira, a obra: “Abre-se a Psicologia do Comportamento com um histórico de psicologia moderna que nos parece parcial e falho. Na ânsia de frisar as correntes objetivas, nem se alude a psicanálise. (SILVEIRA, 1935b, p. 89). Na mesma coluna deu seguimento a temas relacionados ao campo da Psicologia, ao fazer menção ao livro **Educação Psicológica da primeira infância**, de autoria de José Martinho da Rocha, publicação do ano de 1934. (SILVEIRA, 1935c). Ao tratar do livro fez uma comparação à obra de Pieron resenhada anteriormente, acrescentando que a mesma era um livro bem mais completo e imparcial. Apesar disso fez críticas a Pieron ao escrever: “[...] apesar de

animado de apriorismo materialista, as deduções tendenciosas surgem raras e a muitos imperceptíveis[...] ataques a Igreja e a idade das trevas não poderiam faltar”. (SILVEIRA, 1935c, p. 91). Ao finalizar afirmou que mesmo com tais falhas havia no livro pontos instrutivos relacionados às passagens difíceis da vida.

E para continuar a abordar o tema da psicologia, utilizou também de livros internacionais, como a obra em torno da psicologia alemã, denominada **Gestaltliopsichologie – Estrutura e Aprendizagem** (1936), escrita por Lucia Magalhães e Joaquim Ribeiro, foi alvo das críticas de Silveira. Logo de início o autor deixa clara sua insatisfação: “A obra esta confusa e obscura, dando a impressão de que nem mesmo os autores entenderam bem os seus escritos”. (SILVEIRA, 1936g, p. 107). Como ponto positivo mencionado na resenha, aparece o elogio às citações feitas dos estudos sobre a Gestalt realizados por Everardo Backheuser, classificadas como momentos de lucidez do livro. Em sua resenha Silveira ainda aconselhou Lucia Magalhães, a retomar sozinha o seu tema pois, dessa forma, após meses de maturação, poderia conseguir um livro útil sobre Gestalt, o que não entendia ser o caso até aquele momento. Dessa forma, afirmou que o livro seria melhor sem a presença de Joaquim Ribeiro, considerado por ele como destemeroso, principalmente quando fez subordinações às técnicas de produção do psiquismo humano.

Para Silveira (1936) a psicologia poderia contribuir para o ensino católico e em relação a isso citou o livro **Filosofia, pedagogia e religião** (1936) do autor Dr. Lucio José dos Santos foi considerado como grande em todos os seus aspectos. Para Silveira o autor “[...] faz mais do que dar ideias claras sobre a psicologia da estrutura e a psicologia comportamentalista traça das duas um luminoso paralelo. O mesmo se diga dos reflexos condicionados que muitos ensombram e ele esclarece”. (SILVEIRA, 1937a, p. 77). Afirmou que esse era um livro indispensável para os professores católicos, considerando toda sua elevação e honestidade.

Nesse sentido, a considerar a menção constante a livros que abordam temas relacionados à psicologia, pode-se entender que Silveira acabou se apropriando desse âmbito temático por meio de suas leituras. Roger Chartier (1998) afirma que toda leitura é uma forma de apropriação em que “[...] cada leitor, cada espectador, cada ouvinte produz uma apropriação inventiva da obra ou do texto que recebe”. (CHARTIER, 1998. p. 19).

Já o livro **Em marcha para a democracia** (1934) de Anísio Teixeira foi tratado com duras críticas. Alceu da Silveira afirmou existir um otimismo ingênuo por parte de

Anísio, afirmou existirem contradições em suas indicações sobre a Idade Média. Logo de início deixou claro:

Os admiradores do dr. Anísio Teixeira não deviam consentir que elle escrevesse. Em poucas páginas são tantas as contradições em que elle cáe, tantos os erros que elle avança, solene, tantos os pontos falhos dados como dogmas, que, ao surgirem as irreverencias de que elle é prodigo, bem se póde sorrir do arrogante e enfatuado inimigozinho da nossa fé. (SILVEIRA, 1934d, p. 140).

O ponto que mais incomodou Silveira no livro foram as irreverencias contra o catolicismo, além das distorções feitas por Anísio. Nesse sentido registrou: “[...] quasi todas as grandes verdades católicas são naturalizadas, torcidas em frases perversas de apostata, que se esforça por renegar e esquecer princípios que o atordoam”. (SILVEIRA, 1934d, p. 142). Ao finalizar sua resenha destacou que o ponto positivo no livro seria o progresso na discussão sobre a liberal democracia. Silveira enquanto leitor demonstrou ser exigente e crítico, a partir dos critérios que o pautavam na defesa da comunidade católica.

Uma das resenhas assinadas por Alceu da Silveira abordou os problemas da educação por meio do livro **Visão pedagógica da América do Norte**, escrito por Isaias Alves. No texto o crítico registrou: “No meio pedagógico brasileiro confuso e extremista, consola ver num homem como Isaias Alves, inteligente e culto, dia a dia, firmar-se mais no bom senso e na serenidade”. (SILVEIRA, 1934e, p. 369). Em seguida ressaltou os pontos de discordância com o livro, destacando o que chamou de determinismo histórico e de exageros na educação sexual. Discutiu no texto da questão da educação religiosa, ao dar ênfase à ideia de que se tratava de um trabalho conjunto do lar, da escola, da sociedade e da Igreja. Afirmou ainda:

Muito integralista, o cuidado com que o autor de Problemas da Educação olha para o nacional, para o nosso homem, mais do que para a nossa terra, pois não adiantam embevecimentos líricos diante de nossas belezas ou mesmo riquezas mas enterradas, si não tornarmos o brasileiro capaz de fazer nosso país crescer e prosperar. (SILVEIRA, 1934e, p. 370).

Nesse trecho fica evidente a demonstração da posição de Silveira em relação ao integralismo, pois mencionou o movimento como algo positivo. Vale ressaltar que no ano dessa publicação, 1934, Hélder Câmara fazia parte do movimento integralista. Assim, ao mencionar que em seu entendimento o autor Isaias Alves teria uma visão

edificante para o avanço da nacionalidade, expressava para além de um elogio pessoal, também o entusiasmo pelo ideal nacionalista nos termos integralistas.

E nesse trecho não foi o único a abordar o intelectual Isaias Alves juntamente com referências ao integralismo. Ao dar sequência às resenhas acerca da educação, o livro **Estudos objetivos da educação** (1935), de Isaias Alves, tornou-se alvo das críticas de Silveira (1937d). Em sua avaliação a obra possuía páginas felizes e páginas detentoras de contradições. Como afirmou: “Por todo o livro se sente um liberal antigo, talvez um maçom chocando-se com um simpatizante do fascio e do integralismo”. (SILVEIRA, 1937d, p. 191). O que mais incomodou Silveira foi o que entendeu ser a ingenuidade expressa no livro, sobretudo ao acreditar que “[...] o mestre deve criar a ilusão de que a vida é manso lago azul sereno, como a preparação mais apta para as tempestades do porvir”. (SILVEIRA, 1937d, p. 192). Finalizou a resenha afirmando que o autor, Dr Isaias, já havia escrito livros muito melhores e mais equilibrados

Ainda, apoiou as objeções feitas à proposta da escola única, conforme expressas no livro, entretanto, demonstrou reservas às críticas contundentes apresentadas contra a escola ativa. Finalizou a resenha exaltando a seriedade do livro visto olhar para o exemplo norte-americano sem complexo de inferioridade. Frente a isso levantou questionamento acerca de quais seriam os motivos pelos quais o Brasil não aproveitava a lição da América do Norte, a saber, a advinda do trabalho conjunto entre o lar, a escola, a sociedade e a Igreja. (SILVEIRA, 1934e).

Com o intuito de focalizar a questão da escola única, foi escolhido para ser resenhado o livro **A escola única** (1934), escrito por Lourenzo Luzuriaga. Silveira (1935a) afirmou que a tese defendida por esse escritor espanhol era contraditória e má. Nesse sentido enfatizou que para a efetiva compreensão de uma escola única não era necessário recorrer a estrangeiros, bastava ler os trabalhos feitos por Everardo Backheuser, que segundo ele seriam trabalhos mais lúcidos e convenientes sobre esse assunto. Ressaltou que se tratava de “[...] um livro pouco recomendável [...]”. Acima de tudo, porém, colocamos a pureza dos nossos princípios doutrinários”. (SILVEIRA, 1935a, p. 47). Outro fator que incomodou Silveira foram as citações que apresentavam a exigência da laicidade no ensino, frente às quais explicitou seu desacordo.

Um livro descrito como curiosíssimo em resenha de Alceu da Silveira foi o intitulado **Teoria e prática no ensino secundário**, escrito em 1935 por autores da área do ensino, cujos nomes não foram indicados. Apenas indicou que se tratava de

um trabalho feito por inspetores regionais do ensino secundário do Distrito Federal. Descreveu a obra como um “[...] estudo do curso seriado a luz da pedagogia moderna e estudo realizado sob o signo estruturalista, o que é bem antianisiano. A escola nova que, no mínimo, agitou a escola primária, quasi nada conseguiu entre os mestres secundários”. (SILVEIRA, 1935d, p. 91). Concluiu a resenha levantando questionamento acerca de quem estaria orientando os inspetores do ensino secundário – sob a direção de Anísio Teixeira.

O livro **Didática da Escola Nova**, de 1935, foi elogiado por Silveira (1936b) ao escrever: “[...] é uma iniciação magnífica ao estudo da escola nova, pela visão geral que proporciona da didática renovada”. (SILVEIRA, 1936b, p. 53). Entretanto, também foram feitas críticas ao livro do cubano Aguayo, notadamente, ao apontar o que entendia serem devaneios e contradições, tais como: extremismo anacrônico ao abordar a Idade Média, classificando-a como uma idade bárbara; e um equívoco em relação a questão das fases infantis que, segundo Silveira (1936b), foram abordadas sem o estabelecimento das devidas distinções. Destacou ainda que era um bom livro e que sua tradução estaria predestinada a grande popularidade entre os mestres brasileiros.

O padre Arlindo Vieira é citado por Alceu da Silveira em uma resenha em razão do seu livro: **O problema do ensino secundário** (1936). A obra foi elogiada existindo a indicação de que a mesma deveria ser lida por todos os responsáveis pelo ensino no Brasil. “Todos clamam contra a complexidade absurda dos nossos programas (O pe. Vieira faz aproximações desnorteantes entre os guias francez e os do Brasil). Todos sentem as falhas do comum do nosso corpo docente”. (SILVEIRA, 1936c, p. 120). Afirmou ainda que se tratava de um livro “oportuníssimo”, inclusive frente à ideia do Plano Nacional de Educação que estava emergindo.

Temáticas relativas a São Tomás de Aquino foram discutidas por Silveira (1936d), a partir do livro **Filosofia da Educação de Sto Tomas de Aquino**, escrito por Leonardo Van Acker em 1936, mencionado como um marco na bibliografia da educação brasileira. “A sua concepção de intelecto harmoniza-se, de maneira perfeita, com o postulado de escola renovada. Tem-se a impressão de ouvir um moderno, quando o De magistro nos fala em auto-educação”. (SILVEIRA, 1936d, p. 122). Na resenha Silveira aproveitou para fazer críticas à escola behaviorista que, segundo ele, era uma escola passiva que colocava as esperanças na onipotência educativa, apenas a partir dos estímulos físicos. Ao concluir seu texto, ainda afirmou que o ano

de 1936 podia ser considerado um ano de educação, pois nele os professores haviam “ganhado” esse grande livro.

A obra **Exercícios de Leitura Manuscrita** publicada em 1936 por Lindolfo Gomes era utilizada nas escolas públicas. Tratava-se de um livro acerca da interpretação de letras feitas à mão, ou seja, letras cursivas, as quais estavam sendo deixadas de lado em razão do aumento do emprego das máquinas de datilografia. Silveira avaliou a obra de maneira positiva, conforme suas palavras: “Sejam bem-vindos os exercícios da leitura manuscrita às escolas primárias!”. (SILVEIRA, 1936e, p. 105). Recomendou o livro aos seus leitores o descrevendo, em linhas gerais, como um texto agradável, instrutivo e cheio de espírito cristão. Apenas registrou ressalvas a trechos que considerou libertários, que segundo ele se faziam presentes em dois momentos do livro. Entretanto, não especificou exatamente quais eram esses trechos, tampouco a particularidade de tais conteúdos.

O livro **Seleção da língua Portuguesa**, publicado em 1934 por Laudelino Freire, foi resenhado por Silveira (1936f). Tratava-se de uma obra concebida para ser empregada nas escolas primárias. Um livro com prosa, versos e trechos de clássicos românticos, parnasianos e naturalistas. Silveira (1936f) entendeu-se tratar de um livro de difícil compreensão para o público-alvo, a saber, crianças de 11 a 12 anos. Ainda, registrou que o autor construiu pontos de vista falhos a partir de expressões complexas, nesse sentido, ao resenhar essa obra, Silveira expressou sua preocupação quanto à iminente dificuldade para que as crianças conseguissem apreender tal conteúdo.

Silveira demonstrou ao longo de suas resenhas ser bem exigente e crítico quanto aos livros. Mas uma obra que o agradou e surpreendeu foi **Pensamentos** (1936) de Pascal, que segundo ele é um “[...] livro extraordinário! Coloca-lo em mãos indiferentes ou inimigas é jogar ao solo uma semente tão cheia de viço que, nas próprias pedras, é capaz de medrar! A dificuldade está em serem lidas as primeiras páginas”. (SILVEIRA, 1936h, p. 374). No decorrer de toda a resenha escrita ficou evidente a sua admiração por Pascal, finalizando com a afirmação de que esse era um livro claro e belo.

Temáticas relacionadas à Escola Nova emergiram por diferentes vias do campo intelectual no decorrer de toda a década de 1930, e estiveram presentes nas resenhas feitas por Silveira. Em um desses momentos, utilizou o livro da autora Maria Fagundes denominado como **Les Methodes actives dans l'enseignement religieux**, que foi

traduzido como **Escola Nova e catecismo**. Para ele o livro é de suma importância para os professores católicos e acatólicos, pois a obra trouxe novas metodologias para o ensino da religião. De modo que: “Tudo que a escola nova possui de mais encantador é mobilizado a favor do catecismo”. (SILVEIRA, 1937b, p. 81). Com isso, de acordo com Silveira (1937b), a obra se embasou em Piaget no que concerne ao raciocínio das crianças. Mas finaliza com o argumento de que na prática a renovação total das metodologias é um grande desafio, tanto para o ensino da religião quanto para as outras disciplinas.

Em texto intitulado O sistema de projetos e o ensino da religião, Silveira (1937c) discutiu as raízes psicológicas da proposta de ensino popularizada por John Dewey. Ao avaliar a utilização de projetos para o ensino de temáticas relativas à religiosidade, considerou a ideia viável e enfatizou: “Surja o projeto que surgir não será mais difícil articulá-lo à religião do que as demais disciplinas do currículo”. (SILVEIRA, 1937c, p. 173). Ficou evidente que para ele o ensino religioso era semelhante ao ensino nas demais áreas formativas. Como exemplos de projetos com potencial para o ensino da religião mencionou: viagens, passeios e estudos que se desdobrariam a partir dessas experiências. Sobre isso, afirmou:

Não citamos um projeto adrede preparado para adaptar-se ao ensino da religião. Tomamos um trabalho aparecido sem a mínima interferência nossa. A naturalidade com que nele se enquadrou o catecismo demonstra o engano dos que pensam ser a doutrina cristã ensino avelhantado, incapaz de ajustar-se as modernas metodologias divulgadas pela escola nova. (SILVEIRA, 1937c, p. 173).

Nesse trecho é possível perceber que Silveira (1937c) aproveitou a questão abordada para defender o ponto de vista de que a doutrina cristã e o ensino da religião não poderiam ser considerados ultrapassados. Também apontou a seus leitores a pertinência e as possibilidades que se colocavam no sentido do emprego das metodologias da Escola Nova para fins do ensino religioso.

Alceu da Silveira (1937e) relatou que havia acabado de ler o livro **Historia do Bebê** (1937), cuja autoria era de Narbal de Marsillac Fontes e de D. Ofelia de Avelar Barros Fontes. Silveira afirmou que as autoras eram muito divertidas. Em seguida, encetou uma crítica à obra: “[...] a minha queixa mais séria é a divagação religiosa com que procuram justificar, no prefacio, a animação das letras”. (SILVEIRA, 1937e, p. 193). Por meio dos comentários de Silveira (1937e) é possível perceber que o livro continha abordagens e instruções acerca de jogos e de atividades. Algumas ideias

foram bem vistas por ele, tal como a utilização de desenhos e palavras cruzadas. Sob outra perspectiva, não considerou adequado o que chamou de artificialismo das proposições. Ainda, ao concluir a resenha, alertou para a necessidade urgente de serem encampadas pesquisas atinentes aos livros escolares, contemplando-se no estudo aqueles que estavam sendo utilizados pelos alunos naquele momento.

O líder integralista Plínio Salgado também teve obra presente nas resenhas feitas por Alceu da Silveira (1937f), nomeadamente, seu livro **Geografia Sentimental** (1937), que tratava da geografia do Brasil, ao descrever os rios, as paisagens e demais aspectos dessa seara. Plínio foi nomeado como um grande artista – “cheio de Brasil”. Os elogios de Silveira demonstraram sua admiração por Plínio Salgado, bem como sua identificação com a exaltação do país apresentada pelo autor, algo que entendia dever ser partilhado por todos. Em suas palavras: “Quando numa patria aparecem livros sentidos e belos como este, todo um clima sadio e intenso patriotismo deve andar pairando no ar”. (SILVEIRA, 1937f, p. 307). Ficou evidente a sua satisfação com esse livro, pois toda a resenha era composta por muita estima à obra.

Na resenha que intitulou Apologista Notavel, Silveira (1937g) afirmou que havia um padre de Campinas que estava realizando um trabalho excepcional de apologia ao catolicismo: o Conego Emilio José Salim. Mencionou um livro publicado por esse sacerdote, a saber, o intitulado **Ciência e Religião** (1937), ao qual fez elogios tanto no relativo à clareza da obra, quanto à inteligência do autor. Nessa mesma resenha exaltou o integralismo expresso no livro em questão, como se verifica no trecho a seguir:

De parabéns está o integralismo. O Conego Salim, em pleno corpo de sua apologetica, estuda o fenômeno integralista, perquirindo se a um catolico é dado ou não abraçar a doutrina do sigma. O julgamento vem precedido de uma longa explanação do pensamento camisas-verdes, impressionando a abundancia e a fidelidade das fontes citadas. O veredictum do analista autorizado e implacavel não podia ser mais lisonjeiro para os discípulos de Plinio Salgado. E' a pagina mais luminosa e mais feliz de quantas se escreveram sobre as relações entre o integralismo e a Igreja Catolica. (SILVEIRA, 1937g, p. 307).

Fica evidente que nesse período, Hélder Câmara, escrevendo resenhas sob o pseudônimo Alceu da Silveira, dedicava-se à leitura de obras que abordavam o integralismo, movimento do qual fazia parte à época. Além do já expresso no trecho aqui transcrito, Silveira (1937g) fez elogios ao sacerdote Salim, afirmando ser um dos melhores defensores nacionais da fé cristã. De acordo com Bertonha (2013) os

integralistas defendiam a implementação de a regeneração moral da sociedade como um todo, visto entenderem não ser possível fazer avançar as condições materiais da vida dos seres humanos sem a satisfação dessa premissa. A considerar esses termos, percebe-se que Hélder Câmara no ano de 1937, enquanto intelectual católico, ainda se identificava com ideais do integralismo.

A admiração de Hélder Câmara por Tasso da Silveira era algo explícito, e recorrentemente manifesto ao longo de sua trajetória intelectual. Assim, empregando o pseudônimo Alceu da Silveira, escreveu uma resenha crítica sobre uma obra publicada pelo poeta em 1937, a saber: **Caminhos do Espirito**. Silveira (1937h) afirmou que Tasso da Silveira era um argumento vivo a favor da doutrina católica. Reiterou ainda: “Tasso da Silveira é hoje o dono de um senso metafísico invejável, de um profundo senso psicológico, de um terno e equilibrado senso místico, tudo servindo a um senso apologetico que o faz expender conceitos impressionantes”. (SILVEIRA, 1937h, p. 418). Fica evidente no texto a admiração que tinha por Tasso da Silveira, que, como já mencionado, teve parte de seu nome incorporado ao pseudônimo empregado por Hélder Câmara.

O sacerdote Alvaro Negromonte, então diretor de Cultura Católica da capital mineira, teve obra resenhada por Silveira (1937i), nomeadamente, o livro **Jesus, mestre dos pequeninos**. Esse livro foi alvo de elogios em razão da precaução com a qual o autor tratou a matéria catequética. Conforme registrado na resenha: “Alegro-me em constatar que o ensino de religião, entre nós, está podendo competir com o ensino das demais disciplinas escolares”. (SILVEIRA, 1937i, p. 420).

Os novos rumos para os livros didáticos estiveram presentes nas discussões estabelecidas por Silveira (1937j), para tanto tratou do livro **Nossa Aritmética** (1937) da autora Alfredina de Paiva e Souza. Sustentou que o livro trazia dados concretos ancorados na realidade, apresentados com plena segurança por parte da autora. Indicou que o seu parecer se resumia ao: “[...] desejo de que os livros didáticos no nosso país entrem, em definitivo, nos novos rumos que D. Alfredina Paiva e Sousa acaba de abrir”. (SILVEIRA, 1937j, p. 523). Ao encerrar o texto da resenha registrou que o livro tinha exercícios excelentes, com repetições oportunas e com atividades de velocidade.

Na resenha que Silveira (1937k) intitulou Presenças, empenhou-se em abordar diversos livros do historiador francês Daniel Rops. As obras citadas foram: **Ce qui meur el ce qui nail**, **Les Annes tournantes**, **Les problemes de la sexualité** e **Le**

comunisme et les chrestiens. Os livros foram comentados por Silveira e utilizados para debater acerca do tema do Humanismo, como asseverou: “Daniel Rops cobre de ridículo os falsos humanistas. [...] ‘sou humanista’ repete o marxista para quem o homem é resultado dum processo economico. Humanista eles não o são nem uns, nem outros”. (SILVEIRA, 1937k, p. 77). Afirmou, ainda, que eram muito necessários escritores como Daniel Rops, a fim de contribuir para que as pessoas se mantivessem distantes daqueles que romantizavam o sofrimento, transformando-os em temáticas literárias particulares.

O livro **A vida de Santos Dumont** (1935), escrito por Ofelia e Narbal Fontes, também foi resenhado por Silveira (1937l). Logo de início ele ressaltou: “É um livro excelente que precisa de ligeiros reparos”. (SILVEIRA, 1937l, p. 212). Além disso, demonstrou ser contra as ideias universalistas presentes no livro, enfatizou que “[...] um povo sem pátria é homem sem lar e que, no nosso século, o internacionalismo é a bandeira nas mãos dos comunistas”. (SILVEIRA, 1937l, p. 213). Em que pese isso, exaltou que alguns trechos da obra contemplavam ideias nacionalistas, algo que entendia como um ponto a ser mais explorado. Ao finalizar a resenha, acrescentou que se fazia necessário especificar no texto da obra, como e quais dados sobre Santos Dumont foram encontrados e utilizados no decorrer do livro, enfatizando a necessidade de se ter maior clareza em relação as fontes.

O livro de Abbé Quinet, intitulado **Para os pequeninos do Jardim da infância** (1937), foi resenhado por Silveira (1937m) e designado por ele como uma obra prima, entre os livros de religião para a então classe primária. Após o elogio afirmou que ainda não se tratava de uma obra sem defeitos, mas que, apesar das falhas, o que prevalecia era o notório esforço autor. Acrescentou a seguinte consideração sobre Quinet: “Não nasceu apenas para escrever palavras, mas, e sobretudo para animar historias, movimenta-las, enchendo de sedução os garotinhos”. (SILVEIRA, 1937m, p. 214). Silveira ressaltou que era preciso mais cuidado por parte de Quinet em relação aos limites da inteligência e da maturidade em crianças de classes primárias. Visto, por exemplo, o fato de ainda não terem plena compreensão acerca do que são e aonde ficam diferentes países, conhecimento necessário para que pudessem adentrar ao conteúdo da forma como foi abordado o país do menino Deus no livro.

Na resenha intitulada *Traduções Catequéticas*, Silveira (1937n) abordou livros que considerou trazerem propostas bem sucedidas em relação à catequese, desse modo considerava oportuno registrar comentários sobre as obras, até mesmo para

utilizá-las em futuros trabalhos. Os estudos citados e seus respectivos autores foram: **Deus e os nossos pequeninos** de Maria Fagundes, **Catecismo segundo o Evangelho** do Padre Eugenio Carlos, **Catecismo dos Meninos** de Mlle Christina Hemptinne, e **Para os pequeninos do Jardim da infância** de Abbé Quinet. Silveira (1937n) fez uma análise particularizada de cada uma das obras.

Ao iniciar seus comentários e tratar da obra de Maria Fagundes, elogiou-a: “A coleção conta com ilustrações numerosas, quase todas felicíssimas capazes de encantar a meninada”. (SILVEIRA, 1937n, p. 330). Em seguida, fez a análise da obra do Padre Eugenio, na qual indicou que a tradução detinha erros que podiam ser considerados graves. A considerar esse problema, finalizou o texto afirmando: “Domina-nos um pensamento único – o desejo de ver escoimado de qualquer defeito o livro admirável que marcou época na historia da catequese”. (SILVEIRA, 1937n, p. 332). Ao tratar o livro de Mlle Chistina fez críticas em relação à tradução que, em seu entendimento, tornou-o artificial de modo a induzir as catequistas a se distanciarem do contato com os pequenos. O livro de Quinet, que já havia sido resenhado por Silveira em outra oportunidade, foi retomado e classificado como algo primoroso, embora não fosse obra sem defeitos. Como conclusões gerais sobre as traduções de livros destinados à catequese elencou:

1) Dirija-se o 2º Congresso Católico Nacional de Educação as casa editoras do país – principalmente as que publicaram com frequência obras católicas-lembrando a vantagem da consulta prévia aos Departamentos Técnicos de Ensino Religioso acerca dos livros catequéticos a traduzir. 2) Recomenda-se as casas editoras que publicam traduções catequéticas a escolha de tradutores que não deixam escapar solecismo e que saibam adaptar a nossa língua o pensamento estrangeiro. 3) Atenda-se ao aspecto material das traduções catequéticas, sem esquecer a precariedade financeira do comum dos catecúmenos. (SILVEIRA, 1937n, p. 335).

Temas relacionados a pesquisas educacionais foram recorrentes ao longo das resenhas escritas por Silveira na RBP. Nesse âmbito, está presente a resenha do livro ***El rendimiento escolar y la inteligencia*** (1935) escrito por Maria Kaczynska. Para Silveira (1938a) se tratava de um livro com demonstrações práticas de espirito científico em pesquisas educacionais. Para ele “[...] as relações entre o rendimento escolar e a inteligencia foram sondadas por Maria Kaczynska em extensão e profundidade”. (SILVEIRA, 1938a, p. 169). Em sua avaliação a leitura desse livro era um incentivo e um guia eficaz, pois trazia estudos escolares que abordavam questões referentes ao que se nomeou de alunos dotados e pouco dotados. Ainda, pautando a

discussão pela psicologia, exaltou a importância dos primeiros anos escolares para o franco desenvolvimento das potencialidades infantis. Nessa resenha não foi mencionado algo relacionado à religião, tendo as discussões se limitado às questões educacionais.

O livro **Brasileirinho** (1938), da coleção Pindorama, escrito por Ofelia Fontes e Narbal Fontes foi resenhado por Silveira (1938b). Segundo ele se tratava de um livro composto por um tipo de prosa rimada com variedade de ritmo. Destacou que: “Um suave aroma cristão perfuma o livro todo. Não são sermões de moral. Não é apologia encomendada. Não é catequese direta. Um sentido religioso espontâneo e natural [...]”. (SILVEIRA, 1938b, p. 278). Ainda, afirmou que o livro continha exercícios variados para a escola primária, e que na mão de um bom professor seria uma preciosidade.

A última resenha escrita por Silveira na RBP, intitulada Ao lado de Froebel, Montessori e Decroly, tratou do livro: **Pauline Kergomard et l'éducation nouvelle enfantine**, escrito por Francisca Derkenne. (SILVEIRA, 1938c). Para ele essa obra de Derkenne não ficava a dever a trabalhos de Froebel, de Montessori e de Decroly, no que dizia respeito às questões educacionais. Silveira (1938c) citou ainda um trecho o qual segundo ele Dewey poderia assinar: “A criança deve ver a coisas de todos os lados, sob todos os aspectos, do lado de cima e do lado de baixo, o interior e o exterior; deve vê-la a luz e na sombra, com os olhos, mas perfeitamente com os dedos”. (SILVEIRA, 1938c, p. 281). Abordou questões educacionais que foram abordadas por Kergomard, inclusive na lição que é lembrada sobre a essência da atenção ser o interesse, encarando ainda os jardins da infância como uma espécie do que chamou de mal necessário. Silveira (1938c) encerrou o artigo com a afirmação de que Kergomard seria mais um nome a incluir na galeria dos precursores da escola renovada.

Ao se examinar as resenhas escritas por Hélder Câmara – sob o pseudônimo Alceu da Silveira – percebe-se que a leitura era algo constante em sua vida, pois em cada uma delas trouxe, ao menos, um livro diferente para avaliar e encetar comentários positivos e/ou críticas. Conforme Roger Chartier, ao considerarmos que: “A leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados” (CHARTIER, 1998, p. 77), podemos entender que Câmara produziu diferentes significados aos livros resenhados, de modo a redigir textos críticos a partir de sua singularidade como intelectual católico.

As questões educacionais estiveram presentes no decorrer dos escritos de Hélder Câmara acerca dos variados livros, ficando evidente que buscava também obras internacionais e pesquisas desenvolvidas em outros países para traçar e expor suas avaliações. Verificou-se que houve uma variação na junção de temáticas, ora tratando simultaneamente de questões relativas aos campos religioso e educacional, ora tratando exclusivamente das questões ligadas ao processo de ensino e de formação em um sentido amplo. A considerar a temática da revista se efetivou a preponderância das temáticas educacionais, embora invariavelmente tendo como critérios de organização e de interpretação categorias e valores fundantes da cosmovisão católica.

Conclusão

Hélder Câmara pode ser considerado um importante intelectual católico, pois desempenhou papel fundamental na história da Igreja no Brasil do século XX. É fundamental ter em vista que sua trajetória foi marcada por diferentes fases, nas quais suas ideias se modificaram, em certos aspectos, de maneira profunda. Nascido em Fortaleza, no Ceará, viveu em diversos lugares ao longo de sua vida, sendo marcante sua mudança para o Rio de Janeiro, capital da república, em 1936, cidade na qual permaneceu até 1964, quando então se transferiu para Recife. Ao se analisar o período delimitado para estudo na presente dissertação, verificou-se que Câmara ocupou cargos importantes em diversas instituições, como parte relevante de sua ação intelectual, dentre eles: Diretor de Instrução pública do Ceará, em 1934; Chefe da Sessão de Medidas e Programas do Instituto de Pesquisas Educacionais do Distrito Federal, em 1936; Diretor Técnico do ensino religioso da Arquidiocese do Rio de Janeiro, em 1936; Chefe de Sessão de Inquéritos e Pesquisas do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, em 1939.

Nascido em uma família católica teve contato com a religião desde muito cedo, tendo já aos 14 anos ingressado no Seminário Diocesano de Fortaleza, com o efetivo intuito de se tornar sacerdote. De fato, tornou-se padre e durante toda sua vida, mesmo que se alternando em correntes de pensamento, militou em favor dos valores e dos interesses da Igreja. Foi nomeado bispo em 1952 e arcebispo em 1964, passando a ser amplamente conhecido, a partir de então, como Dom Hélder. Tratou-se de um momento de grande impacto em sua trajetória intelectual, a partir do qual se notabilizou pelo empenho em favor da construção de uma Igreja popular, a característica de seu trabalho junto à CNBB foi modelar nesse sentido. Entretanto, antes da edificação social da imagem Dom Hélder, enquanto figura pública que militava em favor dos direitos humanos e no combate à pobreza, verifica-se uma trajetória intelectual intensa na qual a sequência de eventos e de adesões a movimentos e correntes de pensamento variados caracterizaram a vida do sacerdote. O foco da presente investigação na década de 1930, em grande medida, buscou traçar, por meio da investigação das publicações em um periódico específico, a RBP, uma etapa da movimentada formação e ação intelectual de Hélder Câmara.

Em que pese a particularidade estabelecida para esta pesquisa houve empenho em dialogar com obras de diferentes autores que se ocuparam da trajetória

de Hélder Câmara, mesmo os que trataram primordialmente em seus estudos de períodos diferentes do por nós privilegiado, bem como os que analisaram aspectos diferentes da atuação de Câmara que não o relativo ao campo educacional. Nesse sentido, realizamos a leitura de obras de autores que publicaram seus estudos desde a década de 1990, até produções mais contemporâneas. Dessa forma foi possível confrontar e analisar os dados contidos em bibliografias variadas. Nas obras de Praxedes (1997), de Pilletti e Praxedes (1997; 2008) a década de 1930 foi abordada como parte do que denominaram “anos verdes” da vida de Hélder Câmara, em que se destacou sua participação no movimento integralista. Rampon (2013) tratou esse período sob o signo de um “Pecado da juventude”. Fuitem (2019) investigou a atuação de Câmara na seara das instituições educacionais do período, contemplando concomitantemente sua participação na Ação Integralista Brasileira. Já nas obras de Neta (2019) e de Araújo (2012) o período foi apenas mencionado, sem receber maior destaque ou detalhamento. Nos textos de Condini (2008), de Barros (2011) e de Rocha (1999) a década de 1930 não foi citada, com os autores tendo se ocupado de questões e obras relativas a momentos posteriores da vida e da ação intelectual de Hélder Câmara.

Com essa breve retomada de bibliografias contempladas ao longo da dissertação, tenciona-se dar visibilidade ao fato de que a década de 1930, além de ser um período menos estudado da trajetória intelectual de Câmara, quando abordada costuma receber ênfase à questão de sua adesão ao integralismo, com outras temáticas passíveis de estudo nesse momento de sua ação intelectual, por exemplo a questão da educação, ficando em segundo plano ou sendo apenas mencionadas no que diz respeito às suas participações institucionais, sem haver destaque ao conteúdo de seus escritos sobre educação à época. Desse modo, Hélder Câmara é de modo geral qualificado como um intelectual importante para a Igreja no Brasil e, mesmo, no contexto internacional, entretanto a particularidade de sua atuação e o teor conceitual de seus escritos sobre a educação não costuma ser tematizado com frequência. Verificou-se, como um resultado secundário de nossa pesquisa, o fato da vida de Hélder Câmara ser estudada de modo detalhado e recorrente em seu período classificado como progressista, a saber, sua atuação destacada nesse sentido na década de 1960. O Dom Hélder progressista, dos anos 1960, atrai maior atenção dos pesquisadores que o padre Hélder reacionário, dos anos 1930.

Em 1932, a convite direto de Plínio Salgado, Hélder Câmara aceitou tomar parte na Ação Integralista Brasileira. É importante destacar que sua participação foi intensa, e não apenas uma adesão burocrática, tendo ocupado papel dirigente na organização de reuniões, comícios, discursos e publicações em defesa da AIB. Efetivamente, foi uma de suas mais expressivas lideranças no estado do Ceará. Hélder Câmara militou junto ao integralismo até o ano de 1937 – contexto da extinção formal de partidos políticos por ocasião do Estado Novo – quando concretizou sua saída por direcionamento de seu arcebispo: dom Sebastião Leme. O qual era defensor de uma estratégia de ação política e social na qual clérigos não deveriam pertencer nominalmente partidos. Em que pese ter se tratado de uma determinação vinda da hierarquia da Igreja, Hélder Câmara não foi relutante em deixar tal militância, possivelmente por se tratar de momento no qual suas convicções já começavam a se inclinar em outro sentido.

De toda sorte a década de 1930 foi turbulenta como um todo para Câmara, destacadamente, no que se refere à intersecção entre os campos educacional e religioso, pois os embates ligados à presença do ensino religioso nas escolas oficiais, entremeados pela ação no campo intelectual a fim de tomar posições junto ao Estado, implicaram os quadros dirigentes católicos – clérigos e leigos – em uma intensa participação de características política e cultural. Frente à ascensão dos ideais da Escola Nova a Igreja empreendeu uma resistência ativa no campo educacional, efetivando uma apropriação católica dos métodos e técnicas escolanovistas. A circulação de tal apropriação se deu em grande medida por meio de periódicos, dentre os quais, após a saída dos católicos da ABE em 1932, destacou-se a **Revista Brasileira de Pedagogia**. Nessa revista Hélder Câmara publicou 26 artigos, assinados com seu próprio nome, 34 resenhas críticas assinadas com o pseudônimo Alceu da Silveira. As suas publicações eram referência e subsídio teórico ao professorado, pois traziam discussões atinentes à educação e ao ensino, dentre outras temáticas, como a religiosa por exemplo, além de trazerem indicações de leitura, selecionadas e comentadas por Câmara, a fim de impulsionar a circulação da apropriação católica da Escola Nova e assim contribuir com a formação de professores segundo essa interpretação autorizada pela hierarquia.

Ao longo da leitura e da análise dos artigos de Hélder Câmara na RBP, verificam-se trechos de defesa ao integralismo, bem como a alusão ou a exaltação de ideias advindas desse movimento, tal como o nacionalismo por exemplo. A temática

nacionalista era concebida e expressa por Câmara em seus textos de modo a não conflitar com as proposições universalistas da fé católica. Concomitantemente a essa questão foi possível identificar nos artigos a ênfase dada à concepção de “homem integral”, da qual derivava a defesa de uma educação integral que abrangesse o corpo, o intelecto, a moral e a espiritualidade. Vale destacar que tais temáticas integralistas não se faziam presentes na íntegra de seus artigos, e também não puderam ser identificadas em um ano específico. Em linhas gerais, tais ideias estiveram dissolvidas em suas publicações, entre os anos de 1935 e 1937.

Ao se encetar uma avaliação mais ampla, é possível entender que os textos de Hélder Câmara revelavam se tratar de um autor em época de transição intelectual, no sentido de que suas interpretações, suas avaliações e suas opiniões propositivas se transformaram ao longo dos 5 anos de suas publicações na RBP. É modelar nesse sentido o fato de ser possível verificar em alguns artigos ou resenhas duras críticas às ideias de John Dewey, e em outros textos de mesma natureza ser possível identificar avaliações entusiasmadas e elogiosas desse autor. Algo análogo se deu em seu diálogo com a pedagogia moderna de modo geral, pois aspectos renovadores foram por ele inicialmente criticados. Já em artigos posteriores, aparentando ter assimilado e internalizado determinados ideais pedagógicos, trabalhou pela defesa, pela difusão e pela circulação de proposições escolanovistas entre o professorado católico, apontando aspectos que poderiam contribuir para o melhor e mais efetivo ensino do catecismo, ou de conteúdos religiosos de modo geral. É interessante sua afirmação no sentido de que a Escola Nova era composta por excessos, o que em sua avaliação a tornava uma proposta muito sedutora para o professorado ávido por novidades teóricas e técnicas. Seus assinalamentos nesse sentido iam no sentido de uma espécie de intervenção moderadora, por meio da qual fazia ganhar destaque no discurso escolanovista os aspectos que poderiam ser de algum modo aproximados dos valores e da cosmovisão católicos, apresentados como verdadeira essência de qualquer processo formativo, independentemente de sua particularidade nos métodos e nas técnicas. A indicação recorrente da necessidade de se ler e situar naquele contexto as obras de “mestres pedagogos católicos” aponta no sentido de um direcionamento intelectual que impulsionava também possibilidades de renovação da pedagogia católica, de modo a fazer frente ao entusiasmo social por autores novos e laicistas.

A questão da religião enquanto disciplina escolar foi algo debatido por Hélder Câmara, para ele a religião mereceria tanto destaque quanto as demais disciplinas presentes nas instituições de ensino. Assim, defendia que a mesma não deveria ser menosprezada, tal qual avaliava estar acontecendo, mas sim deveria fazer parte formal do currículo do sistema escolar. Nesse sentido, apontou para a necessidade de séria discussão acerca da ideia de elaboração de um Plano Nacional de Educação, pois com a intenção de se unificar nacionalmente as práticas educacionais, corria-se o risco de se perder de vista as particularidades regionais o que implicaria na concepção de um plano que não pudesse ser bom para todos, inclusive, ao se pensar elementos ligados ao modo de ensino da religião.

No que dizia respeito à organização institucional e material das escolas, Hélder Câmara deixou evidente em seus escritos que para ele a questão quantitativa não deveria ser o principal alvo dos planos para o avanço da educação no país, assim, embora saudasse a inauguração de novas escolas considerava que o fator qualidade de ensino deveria ser critério basilar para a abertura das mesmas. Verifica-se que frente a correlação quantidade-qualidade tendia a se inclinar mais ao critério da qualidade, algo que, permeado pela influência das ideias integralistas, empregava em sua argumentação acerca do combate ao problema da evasão escolar, ao assinalar que mais do que reformas educacionais havia demanda por uma reestruturação da nacionalidade como um todo. A partir de afirmações como essa, fica claro que embora Câmara não tivesse atuado diretamente em sala de aula, seu papel como intelectual militante no campo educacional era efetivo, notadamente, ao se considerar o alcance e o impacto que a RBP tinha junto aos professores de modo geral, e não apenas aos católicos militantes. Para além de propostas exclusivamente ligadas ao cotidiano e às práticas escolares, a ação intelectual de Hélder Câmara pode ser lida num sentido formativo, considerando-se o caráter amplo de suas proposições.

Os artigos escritos por Câmara na RBP eram em sua maioria pautados em livros e artigos que lhe eram contemporâneos, inclusive, a escolha das obras para suas resenhas críticas era via de regra orientada por esse critério. A partir do critério preponderante, qual fosse o da atualidade da publicação, foi possível identificar a Psicologia enquanto temática bastante recorrente e selecionada nos artigos e resenhas críticas de Hélder Câmara na RBP. Ele costumava destacar o quanto conceitos oriundos do campo da psicologia poderiam contribuir para o sucesso do ensino como um todo e, dentro da particularidade de seu interesse, poderiam

impulsionar o ensino da religião. Ao serem concebidas fases do desenvolvimento que balizavam as possibilidades de aprendizagem de determinados conteúdos, a considerar a sua complexidade formal e a demanda por abstração. O emprego de técnicas que pudessem tornar mais interessantes aos alunos os conteúdos, também eram apresentadas por Câmara como possibilidades oferecidas a partir de certos debates e proposições advindas da Psicologia, enquanto campo do conhecimento que poderia oferecer instrumentos para a educação. Em suas resenhas críticas, embora abordasse publicações de temáticas variadas, com frequência privilegiou o estudo e o debate de obras advindas da seara psicológica, tratando de autores brasileiros ou internacionais.

Ao se analisar mais detidamente as resenhas críticas de Hélder Câmara, assinadas com o pseudônimo Alceu da Silveira, foi possível observar que suas críticas, ou mesmo censuras às obras, vinham à tona de modo mais contundente. No decorrer da pesquisa não foi possível identificar uma motivação específica que levou Câmara a assinar suas resenhas com pseudônimo, embora seja sabido que se tratava de um costume da época. De toda forma, o que se verificou com a leitura e a análise da íntegra de suas publicações na RBP, foi o fato de que quando assinava os textos na modalidade de artigos, enquanto Hélder Câmara, suas observações costumavam ser mais discretas e cautelosas. Ao passo que o teor de seus textos na modalidade de resenhas críticas, enquanto Alceu da Silveira, ganhavam um tom mais exigente, de tal modo poucas foram as obras que não receberam assinalamentos críticos contundentes.

Nas resenhas costumava ficar claro o seu incômodo contra aqueles que escreviam obras desfavoráveis ao catolicismo, dentre elas estão suas críticas a Anísio Teixeira, que segundo ele, distorcia muitos aspectos atinentes à religiosidade católica. Sob o pseudônimo Silveira, Hélder Câmara evidentemente combatia em defesa dos interesses da Igreja, entretanto, os temas e as discussões não se restringiam ao campo religioso. Dentre suas publicações houve aquelas que se limitaram a abordar as questões educacionais em si mesmas, sem remeter de algum modo a elementos do campo religioso. O que demonstra que as questões religiosas não eram seu mote exclusivo.

Traços de defesa ao integralismo também foram encontradas nas resenhas críticas, portanto, assinadas como Alceu da Silveira. A título de exemplo, é possível registrar a presença de elogios a intelectuais que faziam parte da Ação Integralista

Brasileira. Verificava-se que o emprego da palavra integralista enquanto adjetivo, ganhava no texto a carga semântica de um elogio ao intelectual mencionado. Houve mesmo, em uma resenha de 1937, menção direta ao líder integralista Plínio Salgado, exaltado como pessoa e como autor da obra que se colocava em questão, a saber, o livro **Geografia Sentimental**. Vale lembrar que elogios eram raros quando se tratava das resenhas de Silveira.

A demonstração do alinhamento a aspectos do integralismo e de seus valores se sustentavam nos escritos de Hélder Câmara, o que deixava claro que em sua avaliação o integralismo estaria cumprindo um papel social importante naquele momento do país. A menção e a escolha de livros para debate que articulavam ideias integralistas à Igreja católica eram um claro marco nesse sentido. Tais exaltações e defesas – concomitantes à sua simpatia por certos elementos da renovação pedagógica propostas pela Escola Nova – se fizeram presentes nos artigos de Câmara até o ano de 1937. Ao examinarmos seus textos ao longo do último ano de circulação da RBP, qual seja, 1938, não foram encontradas menções ou defesas de ideias fundamentais da Ação Integralista Brasileira. O que, certamente, é reflexo do fato de Hélder Câmara ter se desvinculado do movimento, em 1937, seguindo a orientação de dom Leme.

A Escola Nova foi tema frequente nas resenhas críticas, destacadamente, qualificada como uma didática renovada que poderia contribuir com novas metodologias para o ensino da religião. Hélder Câmara, por meio de seu pseudônimo, destacava que diversos elementos escolanovistas tinham um efeito encantador e que, ao se avaliar isso, tais aspectos deveriam ser aproveitados e mobilizados em favor da pedagogia católica e do ensino da religião. Para tanto, indicava obras que deveriam ser lidas pelos professores católicos, a fim de que pudessem conhecer a nova didática, para, a partir de então, renovarem suas práticas. Porém, Câmara reconhecia que essa renovação das práticas seria um grande desafio, tanto para o ensino do catolicismo – catequese – quanto para as outras disciplinas.

Com a presente dissertação foi possível confirmar a efetiva relevância da presença intelectual de Hélder Câmara, na década de 1930, como participante e, a partir de 1936, editor chefe, da **Revista Brasileira de Pedagogia**. Tal atividade junto ao periódico foi importante, inclusive, para o posicionamento inicial de Hélder Câmara no campo intelectual brasileiro, tendo implicado na expansão de seu capital simbólico junto a clérigos e a leigos ligados ao campo educacional. Ao considerarmos a RBP

enquanto veículo de comunicação empregado com o fim de fazer circular ideias e de promover valores, torna-se possível ter a percepção de seu caráter estratégico para a militância católica.

Desse modo, conforme delimitação temporal estabelecida para nosso estudo, é possível afirmar que Hélder Câmara foi um intelectual importante no movimento de defesa e de expansão dos valores católicos no espaço social da década de 1930, ao tomar parte nas lutas travadas na esfera cultural, nas quais as ações ligadas à educação se converteram em prioridade, a se considerar a penetração e o alcance sociais das instituições de ensino e do professorado ligados à Igreja. A renovação da pedagogia católica, em grande medida, foi meio de ação necessário para um movimento mais amplo empreendido no âmbito da cultura nacional, com vistas à restauração da presença dos católicos enquanto agentes sociais de força respeitada e efetiva nos campos intelectual e político do país.

No atinente à especificidade dos escritos de Hélder Câmara na RBP, foi possível verificar que desde suas primeiras publicações em 1934 – dois anos após sua adesão à AIB – já abordava a necessidade de renovação das práticas pedagógicas católicas, principalmente o catecismo, para tanto dialogava com os modernos métodos e técnicas de ensino da Escola Nova. Textos de Câmara com essa característica persistiram até 1938, ou seja, estiveram presentes ao longo de todo o período em que a RBP foi publicada. Já textos de Câmara ligados aos ideais integralistas, conforme resultado obtido por meio de nossa leitura e análise, estiveram presentes no período entre 1935 e 1937. Constatou-se, portanto, na produção escrita de Hélder Câmara na RBP, a presença concomitante de ideias integralistas e de ideias escolanovistas. Ao se considerar esse fato é possível afirmar que Hélder Câmara se encontrava em um importante momento de transição em sua trajetória intelectual, no qual autoritarismo, nacionalismo, espiritualidade e renovação pedagógica, foram conceitos a um só tempo conjugados pelo intelectual católico. Num horizonte próximo posicionamentos renovadores e progressistas em diferentes campos sociais se tornariam traços distintivos da ação de Hélder Câmara.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, E. M. **Dom Helder Câmara: Profeta-Peregrino da justiça e da paz.** Pensamento teológico e antropológico. Aparecida: Ideias & Letras, 2012.
- BANDEIRA, M. **A Igreja Católica na virada da questão social (1930-1964):** anotações para uma história da Igreja no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- BARBOSA, J. R. A ascensão da ação integralista brasileira (1932-1937). **Revista de Iniciação Científica da FFC**, Marília, v. 6, n. 1/2, p. 3, 2006.
- BARROS, M. **Dom Helder Câmara: profeta para os nossos dias.** São Paulo: Paulus, 2011.
- BARROS, R. C.; OLIVEIRA, L. **Dom Helder: o artesão da paz.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.
- BARROS, R. C.; OLIVEIRA, L. **Dom Helder: o artesão da paz.** Brasília: Senado Federal, 2000.
- BERTONHA, J. F. **Fascismo, nazismo, integralismo.** São Paulo: Editora Ática, 2001.
- BERTONHA, J. F. **Sombras autoritárias e totalitárias no Brasil: integralismo, fascismos e repressão política.** Maringá: Eduem, 2013.
- BICA, A. C.; CORSETTI, B. O prelúdio das campanhas de alfabetização na era Vargas: a Cruzada Nacional de Educação. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 15, n. 33, p. 170-180, 2011.
- BOBBIO, N. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea.** São Paulo: Unesp, 1997.
- BOMENY, H. M. B. **Os intelectuais da educação.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BONNEWITZ, P. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu.** Petrópolis: Vozes, 2003.
- BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento.** São Paulo: Edusp, 2007.
- BOURDIEU, P. **Coisas ditas.** São Paulo: Brasiliense, 2004a.
- BOURDIEU, P. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BOURDIEU, P. Gênese e Estrutura do Campo Religioso. In: **A Economia das Trocas Simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 2005. p. 27-78.
- BOURDIEU, P. **Meditações pascalianas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, P. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5, p. 193-216, 2011a.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 11. ed. Campinas: Papirus, 2011b.

BOURDIEU, P. Gênese e estrutura do campo religioso. In: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2011c.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004b.

BOURDIEU, P. **Poder, derecho y classes sociales**. 2 ed. Bilbao: Editorial Desclée de Brouwer, 2001.

BOURDIEU, P.; CHARTIER, R. **O sociólogo e o historiador**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Vozes, 2008.

BRITO FILHO, P. C. **Visão autenticamente católica da política**. São Paulo: IPCO, 2018. Disponível em: <https://ipco.org.br/visao-autenticamente-catolica-da-politica-2/>. Acesso em: 22 de jan. 2020.

BRITO, Giselda. **Estudos do Integralismo no Brasil**. 2 ed. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2016.

BRUNEAU, T. C. **Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

CÂMARA, H. Metodologia Nova para a Moral? **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 2, p. 98-100, mar. 1934.

CÂMARA, H. Metodologia do ensino do catecismo na Escola Nova. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 12, p. 119-128, mar. 1935a.

CÂMARA, H. Metodologia do ensino do catecismo na Escola Nova. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 13, p. 185-202, mar. 1935b.

CÂMARA, H. Programa de cadeira da religião. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 16 e 17, p. 72-79, mar. 1935c.

CÂMARA, H. F. de Hovre. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 21, p. 29-31, fev. 1936a.

CÂMARA, H. Sentido filosófico nos livros de literatura infantil. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano 3, p. 84-87, n. 22, mar. 1936b.

CÂMARA, H. O ensino primário no plano nacional de educação. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 26 e 27, p. 43-50, jul./ago. 1936c.

CÂMARA, H. Os jesuítas do século XVII. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 28 e 29, p. 130-139, set./out. 1936d.

CÂMARA, H. O Brasil e o dicionário da pedagogia labor. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 28 e 29, p. 208-209, set./out. 1936e.

CÂMARA, H. A escrita na escola primária. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 28 e 29, p. 210-211, set./out. 1936f.

CÂMARA, H. Pedagogia Terapêutica. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 28 e 29, p. 213-214, set./out. 1936g.

CÂMARA, H. Um grande pequeno livro. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 30, p. 368-369, nov. 1936h.

CÂMARA, H. Os católicos e o Plano Nacional de Educação. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 30, p. 369-370, nov. 1936i.

CÂMARA, H. Livro esperado e livro benvindo. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 30, p. 371-372, nov. 1936j.

CÂMARA, H. O ensino das humanidades. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 30, p. 372-374, nov. 1936k.

CÂMARA, H. Livro precioso e livro tremendo. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 30, p. 375-376, nov. 1936l.

CÂMARA, H. A escolaridade e os testes de inteligência. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 31, p. 20-21, fev. 1937a.

CÂMARA, H. Escola e Nacionalismo. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 31, p. 39-42, fev. 1937b.

CÂMARA, H. Pesquisa Catequética no Distrito Federal. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 32, p. 130-135, mar. 1937c.

CÂMARA, H. Les mestres de la pedagogie contemporaine. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 33, p. 225-233, abr. 1937d.

CÂMARA, H. Spinoza e Farias Brito. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 33, p. 235-240, abr. 1937e.

CÂMARA, H. John Dewey e o problema religioso. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 36 e 37, p. 5-12, jul. 1937f.

CÂMARA, H. A educação intelectual e o fator religioso: seus respectivos valores. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 38 e 39, p. 130-135, set./out. 1937g.

CÂMARA, H. Vocabulário catequético. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 40, p. 247-268, nov. 1937h.

CÂMARA, H. V X Y. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 44 e 45, p. 378-380, fev./mar. 1938.

CÂMARA, H. A mãe da ao bispo o seu lema. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 1954.

CAMPOS, N. **Intelectuais e igreja católica no Paraná: 1926 – 1938**. Ponta Grossa: EdUEPG, 2010.

CARVALHO, M. **Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

CARVALHO, M. Pedagogia da Escola Nova e usos do impresso: itinerário de uma investigação. **Revista Educação**, Santa Maria, v. 30, n. 2, p. 87-104, jul./dez. 2005.

CASALI, A. **Elite intelectual e restauração da Igreja**. Petrópolis: Vozes, 1995.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes do fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, R. **A ordem dos livros**. Lisboa: Vega: Passagens, 1997.

CHARTIER, R. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: UNESP, 1998.

CHARTIER, R. **A história cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

CHARTIER, R. et al; **Práticas de leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

CHARTIER, R. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 2003.

CONDINI, M. **Dom Helder Camara: modelo de esperança na caminhada para a paz e a justiça social**. 2004. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

CONDINI, M. **Dom Helder Camara: modelo de esperança**. São Paulo: Paulus, 2008.

CONDINI, M. **Fundamentos para uma educação libertadora: Dom Helder Camara e Paulo Freire**. São Paulo: Paulus, 2015.

COSTA, I. S. Os bispos nordestinos e a criação da CNBB. **Interações**, Campo Grande, v. 9, n. 15, p. 109-143, 2014.

CUNHA, M. V.; COSTA, V. John Dewey, um comunista na Escola Nova brasileira: a versão dos católicos na década de 1930. **História da Educação**, Pelotas, v. 6, n. 12, p. 119-142, 2002.

CURY, C. R. J. **Ideologia e educação brasileira**: católicos e liberais. 4. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Autores Associados, 1988.

DOSSE, F. **La marcha de las ideas**: historia de los intelectuales, historia intelectual. Valencia: Universitat de Valencia, 2007.

FAUSTO, B. (Dir). **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil Republicano – Economia e cultura (1930-1964). 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. T. 3, v. 11.

FÁVERO, M. L. A.; BRITTO, J. M. **Dicionário de educadores no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

FILHO, F. **Além das ideias**: histórias de vida de Dom Helder Camara. Recife: Cepe, 2012.

FREIRE FILHO, E. de S. **A trajetória da Associação Brasileira de Educação: 1924-2001**. Rio de Janeiro: Editora do Educador, 2002.

FUITEM, F. D. L. **Dom Helder Câmara**: o irmão dos pobres. São Paulo: Loyola, 2019.

HORTA, J. S. B. **O hino, o sermão e a ordem do dia**: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945). Campinas: Autores Associados, 2012.

LECLERC, G. **Sociologia dos intelectuais**. São Leopoldo: UNISINOS, 2004.

LUCA, T. R. Fontes impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 111-153.

MAGALDI, A. M. B. M.; NEVES, C. V. Valores católicos e profissão docente: um estudo sobre representações em torno do magistério e do “ser professora” (1930-1950). **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 7, n. 3, p. 99-115, 2007.

MARTINS, W. **História da Inteligência Brasileira**. Volume VII (1933-1960). 3. ed. Ponta Grossa: EdUEPG, 2010.

MICELI, S. Intelectuais brasileiros. In: MICELI, S. (Org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. 2. ed. São Paulo: ANPOCS; Brasília: CAPES, 1999. p. 109-145. v. 2.

MICELI, S. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras. 2001.

MONTEIRO, C. **A escrita na escola primária**: repercussões da obra de Orminda Marques nas décadas de 30 a 60 do século XX. 118f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU, 1974.

NETA, L. N. **O dom da leitura**: Helder Camara e suas bibliotecas. São Paulo: Paulinas, 2018.

NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M. **Bourdieu e a educação**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

OLIVEIRA, P. A. R. **Religião e dominação de classe**: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1985.

PILETTI, N.; PRAXEDES, W. **Dom Hélder Câmara entre o poder e a profecia**. São Paulo: Ática, 1997.

PILETTI, N.; PRAXEDES, W. **Dom Helder Camara**: o profeta da paz. São Paulo: Contexto, 2008.

PIO XI. **Carta Encíclica Divini Illius Magistri** – Acerca da Educação Cristã da Juventude, 31 de dezembro de 1929. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/piusxi/pt/encyclicals/documents/hf_pxi_enc_31121929_divini-illius-magistri.html#fn48. Acesso em: 2 nov. 2019.

PRADO, L. R. M. **Um personagem, um observador, um articulista**: a escrita epistolar de Hélder Câmara sobre o Concílio Vaticano II. 2012. 134 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2012.

PRAXEDES, W. **Dom Hélder Câmara e a educação popular no Brasil**. 1997. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

RAMPON, I. A. **O caminho espiritual de Dom Helder Camara**. São Paulo: Paulinas, 2013.

ROCHA, Z. **Helder, o dom**: uma vida que marcou os rumos da Igreja no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999.

ROZOWYKWIAT, T. (Org). **Meus queridos amigos**: as crônicas de Dom Helder Camara. Recife: Cepe, 2016.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, D. **História do tempo e tempo da história**: estudos de historiografia e história da educação. Campinas: Autores Associados, 2015.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SGARBI, A. D. **Igreja, educação e modernidade na década de 30**: escolanovismo católico construído na CCBE, divulgado pela Revista Brasileira de Pedagogia. 1996. 226 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

SILVA, H. R. A história intelectual em questão. In: LOPES, M. A. (Org.). **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 15-24.

SILVEIRA, A. Resenha de livros: Afrânio Peixoto. História da Educação. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 48-49, fev. 1934a.

SILVEIRA, A. Resenha de livros: John Dewey. Como pensamos (tradução). **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 110-111, mar. 1934b.

SILVEIRA, A. Resenha de livros: Leon Walter. Tecno-psicologia do trabalho industrial. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, p. 49-51, abr. 1934c.

SILVEIRA, A. Resenha de livros: Anísio Teixeira. Em marcha para a democracia. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 4, p. 141-143, maio, 1934d.

SILVEIRA, A. Resenha de livros: Isaias Alves. Visão pedagógica da América do Norte. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, p. 368-370, jun. 1934e.

SILVEIRA, A. Resenha de livros: L. Luzuriaga. A escola única. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, Confederação Católica Brasileira de Educação, ano 2, n. 11, p. 45-47, fev. 1935a.

SILVEIRA, A. Resenha de livros: Henri Pieron. Psicologia do comportamento. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 12, p. 89-90, mar. 1935b.

SILVEIRA, A. Resenha de livros: John B. Watson. Educação Psicológica da primeira infância. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 16 e 17, p. 90-91, mar. 1935c.

SILVEIRA, A. Resenha de livros: Alguns inspetores de ensino – Teoria e prática do ensino secundário. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 16 e 17, p. 91-93, mar. 1935d.

SILVEIRA, A. Resenha de livros: Lições catequéticas de Quinet. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 21, p. 51-52, fev. 1936a.

SILVEIRA, A. Resenha de livros: A. Aguayo. Didática da Escola Nova. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, Confederação Católica Brasileira de Educação, ano 3, n. 21, p. 52-53, fev. 1936b.

SILVEIRA, A. Resenha de livros: Pe. Arlindo Vieira. O problema do Ensino Secundário. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 22, mar. p. 119-121, 1936c.

SILVEIRA, A. Resenha de livros: Filosofia da educação de Sto Tomas de Aquino. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 22, p. 121-123, mar. 1936d.

SILVEIRA, A. Resenha de livros: Leitura manuscrita. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 26 e 27, p. 104-105, jul./ago. 1936e.

SILVEIRA, A. Resenha de livros: Seleta da Língua Portuguesa por Laudelino Freire. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 26 e 27, p. 106-107, jul./ago. 1936f.

SILVEIRA, A. Resenha de livros: Estrutura e aprendizagem. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 26 e 27, p. 107-108, jul./ago. 1936g.

SILVEIRA, A. Resenha de livros: Pascal em Portugues. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano 3, n.30, p. 374-375, nov. 1936h.

SILVEIRA, A. Filosofia, Pedagogia e religião. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 31, p. 76-78, fev. 1937a.

SILVEIRA, A. Escola Nova e catecismo. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, Confederação Católica Brasileira de Educação, ano 4, n. 31, p. 80-81, fev. 1937b.

SILVEIRA, A. O sistema de projetos e o ensino da religião. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 32, p. 170-173, mar. 1937c.

SILVEIRA, A. Estudos e objetivos da educação. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 32, p. 191-192, mar. 1937d.

SILVEIRA, A.: Historia do Bebê. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 32, p. 192-194, mar. 1937e.

SILVEIRA, A. Geografia sentimental. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 33, p. 305-307, abr.1937f.

SILVEIRA, A. Apologia notavel. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 33, p. 307-308, abr. 1937g.

SILVEIRA, A. Caminhos do Espirito. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 34, maio. p. 417-418, 1937h.

SILVEIRA, A. Jesus, mestres dos pequeninos. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 34, p. 420-421, maio.1937i.

SILVEIRA, A. Novos rumos para os livros didáticos. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano 4, n.35, p. 522-523, jun. de 1937j.

SILVEIRA, A. Presenças. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 36 e 37, p. 76-78, jul.1937k.

SILVEIRA, A. Santos Dumont e os escolares. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 38 e 39, p. 212-213, set.1937l.

SILVEIRA, A. Para o jardim da infância. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 38 e 39, p. 214-216, set.1937m.

SILVEIRA, A. Traduções catequéticas. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 40, p. 329-335, nov. 1937n.

SILVEIRA, A. Espírito Científico em Pesquisas Educacionais. **Revista Brasileira de Pedagogia**. Rio de Janeiro, ano 5, n. 41 e 42, p. 168-169, jan.1938a.

SILVEIRA, A. Brasileirinho. **Revista Brasileira de Pedagogia**. Rio de Janeiro, ano 5, n. 43, p. 278-279, fev. 1938b.

SILVEIRA, A. Ao lado de Froebel, Montessori e Decroly. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 43, p. 280-282, fev.1938c.

SIRINELLI, J. F. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003. p. 231-270.

SKALINSKI JUNIOR, O. **Alceu Amoroso Lima e a Renovação da Pedagogia Católica no Brasil (1928-1945)**: uma proposta de espírito católico e corpo secular. Curitiba: CRV, 2015.

SOUZA, N. Ação Católica, militância leiga no Brasil: méritos e limites. **Revista de Cultura Teológica**, São Paulo, n. 55, p. 39-59, 2006.

WASSERMAN, C. História intelectual: origem e abordagens. **Tempos históricos**, Marechal Cândido Rondon, v. 19, n. 1, p. 63-79, 2015.